

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA

RONAN BELO JÚNIOR

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: A IGREJA CATÓLICA E A FILOSOFIA DE
MICHEL FOUCAULT EM TEMPOS DE MUDANÇA**

Uberlândia

2025

RONAN BELO JÚNIOR

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: A IGREJA CATÓLICA E A FILOSOFIA DE
MICHEL FOUCAULT EM TEMPOS DE MUDANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. José Benedito

Uberlândia

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B452 2025	Belo Júnior, Ronan, 1983- Desafios Contemporâneos: A Igreja Católica e a Filosofia de Michael Foucault em tempos de Mudança [recurso eletrônico] / Ronan Belo Júnior. - 2025. Orientador: Prof. Dr. José Benedito Almeida Júnior . Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.366 Inclui bibliografia. 1. Filosofia. I. , Prof. Dr. José Benedito Almeida Júnior, 1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título. CDU: 1
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 009/25, PPGFIL				
Data:	Vinte e seis de junho de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	12:00
Matrícula do Discente:	12312FIL013				
Nome do Discente:	Ronan Belo Júnior				
Título do Trabalho:	DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: A IGREJA CATÓLICA E A FILOSOFIA DE MICHEL FOUCAULT EM TEMPOS DE MUDANÇA				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	História, Sociedade e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-----				

Reuniu-se na Sala CEPFI (5M), Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Manoel Messias de Oliveira (UFCAT); Bianca Kelly de Souza (UNIMONTES); José Benedito de Almeida Júnior orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). José Benedito de Almeida Júnior, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **José Benedito de Almeida Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/07/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Messias de Oliveira, Usuário Externo**, em 04/07/2025, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Kelly de Souza, Usuário Externo**, em 07/07/2025, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6443030** e o código CRC **8EF06CDD**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram, de alguma forma, para a realização desta pesquisa. Em especial, gostaria de fazer alguns agradecimentos.

Ao meu orientador, José Benedito, por aceitar com dedicação me orientar nesta pesquisa, pela paciência, amizade, compreensão e pelo tempo e atenção dispensados. Suas orientações foram fundamentais e trouxeram leveza a este processo desafiador que é a elaboração de uma dissertação de mestrado.

Agradeço à universidade pública, gratuita e de qualidade, pela oportunidade de desenvolver e concretizar este estudo. Em particular, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que destaca-se pela excelência e referência na pós-graduação em Filosofia, proporcionando um ambiente enriquecedor e desafiador para o aprendizado.

Aos professores e professoras com os quais cursei disciplinas ao longo do mestrado, agradeço pelo conhecimento, aprendizado e compreensão.

Aos amigos e colegas de trabalho, que entenderam a necessidade de me dedicar aos estudos e ofereceram apoio, carinho e alegria em meu cotidiano.

A todos os meus familiares, especialmente à memória do meu pai, cuja alegria e coragem de viver continuam a me inspirar. Um agradecimento especial às mulheres que iluminam minha vida: minhas avós, minha mãe, minha irmã e minhas duas sobrinhas, verdadeiros diamantes em minha existência passageira.

Por fim, a todos que contribuíram para a alegria em minha vida e para o progresso do meu trabalho.

“Não se deve aceitar que qualquer aspecto da realidade se torne uma lei definitiva e anti-humana para nós. No entanto, precisamos nos ancorar, mesmo que provisoriamente”.

Michael Foucault

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BCI	-	Biblioteconomia e Ciência da Informação
BRAPCI	-	Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação
CNPQ	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
d.C	-	Depois de Cristo
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PUC-SP	-	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFU	-	Universidade Federal de Uberlândia
SBPC	-	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
USP	-	Universidade de São Paulo

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo examinar tanto a criação quanto a recusa da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”, investigando suas implicações para o universo acadêmico e para as relações de poder que atravessam as instituições de ensino superior no Brasil. A pesquisa, em um primeiro momento busca encontrar as razões que levaram à instituição da cátedra, com o intuito de incentivar o estudo de Foucault e estimular a reflexão sobre as práticas de poder nas instituições contemporâneas. Na sequência, analisa a recusa da cátedra, considerando as razões ideológicas e políticas que a cercaram, assim como as consequências desta recusa para a liberdade acadêmica e o pluralismo de ideias nas universidades católicas. Adicionalmente, é apresentada uma reflexão sobre como a filosofia de Foucault, que problematiza a essência do poder e da subjetividade, poderia alinhar-se aos ideais de renovação e diálogo promovidos pelo Vaticano II e como essa ligação poderia ter sido uma oportunidade para a Igreja e suas universidades se aproximarem da crítica contemporânea. Por fim, busca-se ponderar sobre a tensão interna da Igreja católica no Brasil e seu impacto nas decisões acadêmicas, destacando a independência das universidades católicas frente a pressões externas, sejam elas de natureza religiosa, política ou cultural. No que concerne à metodologia, foi realizada uma detalhada análise documental dos processos decisórios da PUC-SP, além de uma revisão da literatura sobre o efeito do Vaticano II na Igreja católica e nas universidades católicas atuais. Concluiu-se que a relação entre a Igreja, o Estado e o homem moderno refletem não apenas uma transição de poder, mas, sobretudo, uma mudança na compreensão da própria humanidade. O homem, enquanto sujeito de decisão e ação, transcende as limitações impostas pelas instituições e coloca-se como um ser que questiona, responde e transforma. Ao longo desta pesquisa, demonstrou-se como a obra de Michel Foucault proporciona uma nova e relevante perspectiva sobre a história da Igreja, ao destacar a interdependência entre as práticas eclesiais, o pensamento teológico e as transformações históricas que marcaram o Ocidente. Ademais, embora não se possa afirmar que Foucault tenha intencionado, de maneira explícita, realizar uma “revolução” no campo da história da Igreja, sua análise crítica das estruturas de poder e das relações de poder no contexto religioso trouxe contribuições substanciais para a compreensão da dinâmica institucional e das práticas de governança religiosa.

Palavras-chave: Michel Foucault. História da Igreja. Reconstrução cristã. Pensamento subversivo.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine both the institution and the refusal of the chair “Michel Foucault and the Philosophy of the Present”, seeking its consequences for the academic universe and power relations that permeate Brazilian higher education institutions. The research initially seeks to find the reasons that led to the institution of the chair, with the aim of encouraging the study of Foucault and stimulating reflection on the practices of power in contemporary institutions. Next, it analyzes the refusal of the chair, considering the ideological and political reasons that surrounded it, as well as the consequences of this refusal for academic freedom and the pluralism of ideas in Catholic universities. Additionally, it presents a reflection on how Foucault's philosophy, which problematizes the essence of power and subjectivity, could align itself with the ideals of renewal and dialogue promoted by Vatican II and how this connection could have been an opportunity for the Church and its universities to approach contemporary criticism. Finally, the study seeks to consider the internal tensions of the Catholic Church in Brazil and their impact on academic decisions, highlighting the independence of Catholic universities in the face of external pressures, whether religious, political or cultural in nature. Regarding the methodology, a detailed documentary analysis of the decision-making processes of PUC-SP was carried out, in addition to a review of the literature on the effect of Vatican II on the Catholic Church and current Catholic universities. The conclusion was that the relationship between the Church, the State and modern man reflects not only a transition of power, but, above all, a change in the understanding of humanity itself. Man, as a subject of decision and action, transcends the limitations imposed by institutions and positions himself as a being who questions, responds and transforms. Throughout this research, it has been demonstrated how Michel Foucault's work provides a new and relevant perspective on the history of the Church, by highlighting the interdependence between ecclesiastical practices, theological thought and the historical transformations that marked the West. Furthermore, although it cannot be said that Foucault explicitly intended to carry out a “revolution” in the field of Church history, his critical analysis of power structures and power relations in the religious context brought substantial contributions to the understanding of institutional dynamics and religious governance practices.

Keywords: Michel Foucault. Church history. Christian reconstruction. Subversive thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A IMPORTÂNCIA DA CÁTEDRA “MICHEL FOUCAULT E A FILOSOFIA DO PRESENTE” NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO: UM DEBATE SOBRE AUTONOMIA ACADÊMICA E PLURALISMO DE IDEIAS.....	16
1.1 Contextualização da Importância de Michel Foucault	22
1.2 Desenvolvimento da Proposta da Cátedra	25
1.3 Desafios e Liberdade Acadêmica.....	27
1.4 O aumento no interesse pelo pensamento de Foucault	33
2 A SUBJETIVIDADE, O PODER E A VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE FOUCAULDIANA	35
2.1 Da punição espetacular ao dispositivo disciplinar: a transformação das práticas punitivas	35
2.2 Vigiar e punir dentro da igreja	47
2.3 O surgimento da subjetividade na antiguidade	60
2.4 A racionalidade individualista do sujeito moderno.....	64
2.5 A Confissão, a Verdade e a Interiorização do Sujeito.....	67
2.6 Resistência manifestação da força	69
3 O HOMEM COMO AGENTE HISTÓRICO: DECISÃO, CULTURA E PODER NAS RELAÇÕES ENTRE A MODERNIDADE E AS INSTITUIÇÕES	72
3.1 O conceito de anti-significado	74
3.2 A modernidade e a reestruturação Institucional: o impacto decisivo sobre a igreja católica no ocidente.....	79
3.3 A sexualidade como um dispositivo histórico	85
3.4 A Herança do Poder Pastoral e o Estado Moderno	87
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

A história do Ocidente, marcada por transformações que permeiam a política, a religião e a cultura, passou por um processo de reestruturação significativa com a chegada da modernidade. Este período histórico não apenas questionou as instituições tradicionais, como a Igreja Católica, mas também modificou profundamente as relações entre o indivíduo e o poder, a razão e a fé, o conhecimento e a verdade. A modernidade, com seu impulso de racionalização, secularização e crítica das autoridades e dogmas, desafiou as bases de muitas instituições estabelecidas, incluindo a Igreja Católica Apostólica Romana, que, a partir da Idade Média, foi a principal detentora do poder simbólico e espiritual no Ocidente. Nesse cenário, a Igreja Católica, em várias ocasiões, viu-se diante de desafios tanto internos quanto externos, enfrentando tensões com novos paradigmas científicos e filosóficos que surgiam, ao mesmo tempo em que procurava se afirmar como uma força moral e ética central na vida pública e na formação do pensamento ocidental.

É precisamente nesse ponto que se situa a motivação pessoal que orienta esta pesquisa: sendo o autor um sacerdote inserido na vida eclesial e acadêmica, o episódio envolvendo a proposta e a rejeição da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente” emerge não apenas como um objeto de investigação externa, mas como uma inquietação vivida. A tensão entre tradição e crítica, entre autoridade religiosa e liberdade universitária, manifesta-se de forma particularmente sensível para quem, como sacerdote, atua simultaneamente dentro da estrutura institucional da Igreja e no diálogo com a esfera pública intelectual. A escolha deste tema, portanto, não nasce de mera curiosidade teórica, mas da necessidade de compreender como a própria Igreja - à qual o autor pertence - responde aos desafios do pensamento contemporâneo e como tais respostas afetam sua presença no ambiente universitário. Assim, investigar Foucault e a modernidade, a partir de um caso concreto ocorrido em uma universidade católica, torna-se também um exercício de discernimento pastoral e intelectual sobre o lugar da instituição eclesial no mundo atual.

O movimento modernista no campo da filosofia, especialmente com pensadores como Immanuel Kant, Friedrich Nietzsche e, posteriormente, Michel Foucault, trouxe novas abordagens ao entendimento das relações de poder e da subjetividade humana. A filosofia foucaultiana, em particular, surge como uma crítica contundente às formas de poder institucionalizadas e à construção da subjetividade por meio das práticas sociais. Foucault, ao analisar instituições como prisões, hospitais e escolas, questiona os modos pelos quais a sociedade define e controla os indivíduos, sendo seu pensamento especialmente relevante para

a análise das tensões entre poder e liberdade no contexto contemporâneo. Esse pensamento crítico e suas implicações filosóficas desafiaram de maneira direta muitas das tradições acadêmicas e religiosas que vinham predominando na sociedade ocidental, incluindo as posições defendidas pela Igreja Católica.

Em 2015, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), surgiu a proposta de criar uma cátedra dedicada ao estudo da obra de Michel Foucault, intitulada “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”. O objetivo dessa cátedra era promover o aprofundamento do pensamento foucaultiano, abordando temas centrais da sua filosofia, como poder, governamentalidade, liberdade e subjetividade, ao mesmo tempo que buscava fomentar um diálogo interdisciplinar entre a filosofia, as ciências sociais e diferentes campos do saber. A cátedra tinha como propósito não apenas enriquecer o debate acadêmico, mas também contribuir para a reflexão crítica sobre o papel das universidades em tempos de crescente polarização ideológica e disputas pela liberdade acadêmica. No entanto, a rejeição dessa proposta pelo Conselho Superior da universidade, em uma decisão que esteve cercada de polêmicas, trouxe à tona questões centrais acerca da autonomia acadêmica, da liberdade de pensamento e das pressões externas – especialmente as de natureza religiosa – que moldam as decisões institucionais.

A rejeição da cátedra, especialmente em uma universidade católica como a PUC-SP, não pode ser compreendida apenas como uma decisão administrativa ou acadêmica, mas como parte de um fenômeno mais amplo que envolve o lugar das universidades católicas no cenário acadêmico brasileiro e o papel da Igreja Católica no processo de renovação das instituições de ensino superior. A postura conservadora que se manifestou na rejeição dessa cátedra parece estar em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), um marco histórico que buscou atualizar e renovar a Igreja Católica, abrindo-a para um diálogo mais frutífero com o mundo moderno e com as questões contemporâneas, incluindo as ciências humanas e as filosofias críticas. O Vaticano II reconheceu a importância de um diálogo mais aberto e pluralista, incentivando a Igreja a se aproximar das questões do mundo moderno de forma mais inclusiva, buscando uma compreensão mais ampla da verdade, que fosse aberta às contribuições da razão e das ciências.

Nesse sentido, o Concílio Vaticano II marcou uma tentativa de romper com a rigidez de dogmas e práticas do passado, propondo uma nova relação da Igreja com o conhecimento e com as outras instituições sociais. Um dos seus princípios fundamentais foi a promoção da liberdade religiosa e a tolerância intelectual, sugerindo que a Igreja não deveria ser uma força opositora ao conhecimento moderno, mas deveria ser capaz de dialogar com ele. Nesse

contexto, a rejeição da cátedra dedicada a Michel Foucault, ao ser interpretada como uma resistência à filosofia crítica e ao questionamento das estruturas de poder, sugere uma contradição com os valores que o Vaticano II tentou implantar, refletindo uma tensão entre as tradições da Igreja e as demandas da modernidade. Se a Igreja, por meio do Vaticano II, buscou uma maior abertura ao mundo moderno, a decisão da PUC-SP em recusar uma cátedra dedicada a um pensador crítico da modernidade revela um descompasso com essa postura de renovação e diálogo com as correntes filosóficas que questionam a autoridade e as instituições.

Dessa maneira, este trabalho visa analisar a criação e a rejeição da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”, abordando as implicações dessa decisão para o campo acadêmico e para as relações de poder que atravessam as instituições de ensino superior no Brasil. A pesquisa procurará investigar, em primeiro lugar, as razões que levaram à criação da cátedra, com o objetivo de fomentar o estudo de Foucault e promover a reflexão sobre as práticas de poder nas instituições contemporâneas. Em segundo lugar, será analisada a rejeição da cátedra, considerando as razões ideológicas e políticas que envolveram essa decisão, bem como as implicações dessa rejeição para a liberdade acadêmica e o pluralismo de ideias dentro das universidades católicas. A pesquisa também procurará refletir sobre como a filosofia de Foucault, que problematiza a natureza do poder e da subjetividade, poderia se alinhar com os ideais de renovação e diálogo promovidos pelo Vaticano II, e como essa relação poderia ter sido uma oportunidade para a Igreja e suas universidades se aproximarem da crítica contemporânea.

Além disso, este estudo se propõe a refletir sobre as tensões internas da Igreja Católica no Brasil e sua influência nas decisões acadêmicas, colocando em evidência a autonomia das universidades católicas diante das pressões externas, sejam elas de caráter religioso, político ou cultural. A pesquisa se baseará, portanto, em uma análise documental detalhada dos processos decisórios da PUC-SP, bem como na revisão da literatura que discute o impacto do Vaticano II sobre a Igreja Católica e as universidades católicas contemporâneas. Também será realizado um levantamento qualitativo por meio de entrevistas com acadêmicos e membros da comunidade universitária, com o intuito de compreender as diversas perspectivas sobre a criação e a rejeição da cátedra.

A análise será conduzida à luz do pensamento de Michel Foucault, especialmente seus conceitos de governamentalidade, poder e subjetividade, e buscará evidenciar as tensões entre a liberdade acadêmica e os limites impostos pela religião e pela política. A partir disso, espera-se que a pesquisa forneça uma compreensão mais profunda sobre as contradições entre

a busca por abertura ao moderno e a resistência a esse processo dentro das próprias instituições católicas, contribuindo para o debate sobre o papel da Igreja e das universidades na formação da subjetividade na sociedade contemporânea.

O primeiro capítulo aborda o contexto da cátedra e as implicações de sua rejeição, destacando a carta aberta de Marilena Chauí ao Cardeal Dom Odilo Scherer, que critica a decisão e defende a liberdade acadêmica como um pilar fundamental da educação. Este episódio ilustra a importância da proteção da liberdade de pesquisa em um ambiente universitário e os riscos da censura e da homogeneização do pensamento.

O segundo capítulo explora a filosofia de Foucault e a transição da concepção de subjetividade na Antiguidade para o contexto moderno. A análise do "cuidado de si" e da governamentalidade revela como dispositivos de poder e saber moldam a identidade dos indivíduos. Foucault introduz o conceito de "veridicção", evidenciando a expressão da verdade pessoal como uma forma de resistência criativa diante das estruturas de poder.

Por fim, o terceiro capítulo examina como a modernidade provocou uma reestruturação nas instituições, especialmente na Igreja Católica, que viu-se desafiada por novas ideologias, como o racionalismo e o empirismo. Revoluções, como a Francesa e a Socialista, introduziram ideais de liberdade e igualdade que contestaram as hierarquias defendidas pela Igreja. Neste contexto, Foucault oferece uma perspectiva valiosa ao analisar a transição do poder pastoral da Igreja para uma forma secularizada, em que o Estado assume a gestão da vida das populações.

A análise de Foucault ajuda a destacar a importância da adaptação da Igreja às novas condições sociais e culturais. Embora a modernidade tenha desafiado sua autoridade, ela também apresenta oportunidades para a reavaliação e reformulação de seu papel. A capacidade da Igreja de atualizar-se e engajar-se com as novas realidades é crucial para sua relevância contínua, permitindo-lhe reafirmar sua posição na sociedade contemporânea e cumprir sua missão de guiar e inspirar os fiéis em um mundo em constante transformação.

Assim, esta dissertação propõe um diálogo crítico entre a obra de Foucault e a evolução da Igreja Católica, analisando como a modernidade não apenas desafiou a sua autoridade, mas também a instigou a reinventar-se em resposta a um mundo em rápida mudança.

1 A IMPORTÂNCIA DA CÁTEDRA "MICHEL Foucault E A FILOSOFIA DO PRESENTE" NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO: UM DEBATE SOBRE AUTONOMIA ACADÊMICA E PLURALISMO DE IDEIAS

Poucos pensadores da segunda metade do século XX tiveram um impacto tão imediato e extenso quanto o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). A sua obra, marcada por um estilo inovador e conectada a várias áreas do saber, alterou significativamente nossa percepção acerca das conexões entre poder, conhecimento e práticas sociais. Michael Foucault sugeriu uma reinterpretação radical das instituições, sistemas de pensamento e aparelhos sociais, que teria um impacto arrasador em diversos campos do conhecimento, incluindo filosofia, sociologia, psicologia e história. A sua abordagem histórica, que buscava entender as circunstâncias que possibilitaram certas instituições e práticas ao longo da história, foi empregada de forma incisiva na análise das instituições e conceitos pedagógicos da modernidade.

O filósofo dedicou-se a investigar de que modo as práticas do conhecimento se organizaram em torno de mecanismos de controle, disciplina e normatização, tematizando como as instituições, ao longo da história, foram moldando os sujeitos e suas formas de subjetividade. Neste sentido, ele não apenas reformulou pensamentos comuns à época sobre o conhecimento, mas, sobretudo, o próprio conceito de “normalidade”, assim como as formas do exercício do poder em contexto institucional. Sua reflexão acerca das instituições não se limita a uma crítica aos conhecimentos ou às políticas institucionais, mas remete também à análise dos dispositivos de controle que, praticamente de modo invisível, organizam as relações de poder nas instituições.

Foucault, ao enfatizar conceitos como “panóptico”, “disciplina” e “biopoder”, evidenciou a operação das instituições como instrumentos de normalização, destinados a submeter as pessoas a padrões e normas pré-definidos, com o objetivo de reforçar a dominação e o controle social. Ele também discutiu a maneira como essas estruturas institucionais interagem com outras práticas de poder e conhecimento, criando uma rede diversificada que regula e estrutura, de forma oculta, as práticas sociais. Em sua concepção,

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de

transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 1972, p. 183).

O impacto das ideias de Foucault no campo institucional é específico, pois na origem elas destacaram uma nova forma crítica de ler as práticas educativas em diferentes países do mundo. Suas contribuições aos estudos educativos inspiraram e ainda inspiram diversos temas, investigações sobre o controle social, produção de conhecimento, relações de poder nas escolas e universidades, políticas educativas e processos de subjetivação. Foucault fornece ferramentas teóricas para desconstruir as concepções tradicionalmente aceitas sobre o sistema educativo, invocando a reflexão acerca de como a educação não somente transmite saberes, mas também participa na construção de um sujeito disciplinado aos valores de uma sociedade dominada. Desta forma, é preciso pesquisar por que o pensamento de Michel Foucault, tão amplamente disseminado e ao alcance de todos, ainda, de certa forma, incomoda as instituições.

Em 29 de abril de 2015, uma decisão do Conselho Superior da PUC-SP fez ecoar um debate efervescente e que se estendeu por toda a comunidade acadêmica brasileira. O motivo estava na rejeição da criação da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”, proposta que teria estabelecido uma parceria internacional entre a PUC-SP e prestigiadas universidades da França e de outros países no campo das ciências humanas e sociais. Esta cátedra seria um espaço de pesquisa e reflexão sobre a obra do filósofo francês e suscitou grande interesse entre acadêmicos e intelectuais, pois ia além da mera análise teórica da obra de Foucault, que almejava também explorar as implicações práticas e contemporâneas de suas concepções e abordagens filosóficas. A rejeição da cátedra explicitou, portanto, o desconforto que suas ideias ainda causam em instituições que se sentem desafiadas por sua crítica ao poder e às estruturas de controle. Sua obra questiona conceitos estabelecidos e revela mecanismos de dominação que, na maioria das vezes, têm lugar de forma velada e, portanto, se apresentam como invisíveis. A proposição e a recusa da criação da cátedra Foucault na PUC-SP se tornaram o alvo de resistências que dizem respeito não apenas a disputas acadêmicas, mas também às implicações políticas e sociais da sua obra. Ao revelar as engrenagens do poder e ao contestar os fundamentos das instituições sociais, Foucault se apresenta ainda como uma figura desestabilizadora para aqueles que se beneficiam da perpetuação do status quo. Para entender as causas dessa resistência e da recusa da cátedra, faz-se necessário discutir o conceito de cátedra e a forma como se constituiu no espaço universitário brasileiro.

O termo “cátedra”, de origem latina (*cathedra*, “cadeira”), refere-se ao assento simbólico do professor titular de uma área de conhecimento ou disciplina. No período

medieval, o catedrático ministrava aula sentado sobre uma cátedra elevada, o que, simbolicamente, reforçava seu poder sobre o aluno. No Brasil, o sistema das cátedras vitalícias, vigente desde o período imperial, foi radicalmente transformado pela reforma universitária durante a década de 1960, implantada durante o regime militar, uma vez que essa reforma extinguiu as cátedras e introduziu o sistema departamental, descentralizando o poder acadêmico e a figura do catedrático enquanto centralizador das decisões.

Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

§3º Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País. Art. 34. As universidades deverão progressivamente e na medida de seu interesse e de suas possibilidades, estender a seus docentes o Regime de Dedicção exclusiva às atividades de ensino e pesquisa.

Entretanto, a cátedra voltou ao panorama universitário brasileiro no período pós-redemocratização, mas agora como uma nova cátedra. A “nova cátedra” é uma experiência plurianual que busca criar e disseminar conhecimento elevado, levada a cabo por líderes renomados com o apoio de parceiros institucionais. Um caso significativo desta experiência é a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que, mediante a Embaixada da França no Brasil, firmou um acordo para a implementação do programa “Cátedras Franco-Brasileiras”. A formalização dessa parceria deu-se pelo termo de cooperação, que foi assinado pelo diretor de Relações Internacionais e Interinstitucionais da UFU, Waldenor Barros Moraes Filho; pelo pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Carlos Henrique de Carvalho; pelo cônsul da França, Vicent Nedelec; e pelo vice-reitor da UFU, Carlos Henrique Martins da Silva. Essa aproximação objetiva estimular a construção do conhecimento e a troca de experiências de caráter acadêmico entre os dois países, tornando-se um modelo de internacionalização entre universidades de países diferentes¹.

Nesse sentido, a projeção de uma cátedra sobre Foucault na PUC-SP se destaca como um exemplo emblemático das tensões entre o pensamento crítico e as instituições do poder institucionalizado. A resistência a essa proposta diz respeito, portanto, não somente a uma disputa acadêmica, mas a uma resistência diante das implicações políticas e sociais do pensamento de Foucault, que se opõe aos alicerces do próprio poder.

¹ Nesse sentido, ver matéria de Túlio Daniel divulgada no Portal de Notícias da UFU intitulada “UFU realiza parceria com a França por meio do programa Cátedras Franco-brasileiras”. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2023/12/ufu-realiza-parceria-com-franca-por-meio-do-programa-catedras-franco-brasileiras#:~:text=O%20programa%20possibilita%20o%20acolhimento,para%20a%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20universidade>.

Adicionalmente, a proposta da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente” surgiu de uma colaboração internacional, mediada pelo Consulado Geral da França em São Paulo, que abrangeu diversas e renomadas instituições acadêmicas, não somente da França, mas também de países como Argentina, Chile, Espanha, Portugal e Venezuela.

Dessa forma, pode-se afirmar que o objetivo dessa parceria extrapola o mero estudo e compreensão da obra de Foucault, mas também almejava criar um espaço para o diálogo intercultural e interdisciplinar sobre temas cruciais para as Ciências Humanas na América Latina.

Esta ação proporcionou uma chance única para promover a partilha de saberes e experiências entre pesquisadores e estudiosos de diferentes origens e pontos de vista. Ao congrega esforços de instituições acadêmicas de diversas nações, a cátedra tinha como objetivo transcender os limites geográficos e culturais, favorecendo um intercâmbio de ideias e perspectivas enriquecedor. Ademais, a colaboração internacional para estabelecer a cátedra demonstrava o reconhecimento da relevância mundial do trabalho de Foucault e sua pertinência para as discussões atuais sobre temas sociais, políticos e culturais. Ao abordar tópicos como poder, conhecimento, subjetividade e governo, o trabalho de Foucault apresenta uma visão crítica e instigante que ganha destaque em vários contextos globais.

Através da criação da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”, as instituições evidenciaram seu empenho em fomentar a excelência acadêmica e a cooperação internacional em suas contribuições para o progresso do saber e a melhoria do debate intelectual no campo das Ciências Humanas. Apesar do descontentamento causado pela recusa em estabelecer a cátedra, o espírito de colaboração e troca que motivou essa iniciativa continua sendo uma fonte de inspiração para progredir no conhecimento e fomentar a compreensão mútua entre as nações. Portanto, a negativa do Conselho Superior da PUC-SP em estabelecer a cátedra gerou uma série de questionamentos e controvérsias. Integrantes da comunidade acadêmica manifestaram inquietação acerca da independência da universidade e dos estudos acadêmicos, diante da influência de elementos externos, tais como políticas e religiosidades, nas escolhas internas. Adicionalmente, surgiram debates acerca da liberdade acadêmica e da habilidade das instituições de ensino superior em preservar sua autonomia frente a pressões externas.

Por outro lado, passou-se a questionar se a decisão significava uma atitude conservadora ou uma desconsideração pelo pluralismo de ideias e o pluralismo intelectual.

De outra parte, alguns contradisseram que a recusa no que concerne à criação da cátedra poderia estar embasada em motivos legítimos, como a conformidade dos valores e princípios da instituição com os objetivos da parceria internacional proposta.

Não obstante as razões da decisão, o evento comprovou a importância da defesa dos princípios fundamentais da autonomia universitária, da liberdade acadêmica e do pluralismo de ideias. Por último, destacou o valor vigente da obra de Michel Foucault no debate contemporâneo acerca do poder, do conhecimento e da sociedade.

Portanto, nota-se que a recusa por criar a cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente” na PUC-SP evidenciou a relevância de cuidar e cultivar um espaço acadêmico que seja aberto, heterogêneo e que favoreça a livre investigação e a livre expressão de ideias. Esta pesquisa acadêmica não visa apenas aprofundar os conceitos foucaultianos, mas também utilizá-los como ferramenta para compreender a complexidade subjacente à decisão de rejeitar a cátedra. Para isso, a nossa proposta de pesquisa é realizar uma análise crítica das manifestações e dos argumentos que haviam sido apresentados em público tanto por intelectuais como pelas autoridades administrativas da universidade. Ao longo dessa pesquisa sobre a proposta da criação da Cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente” na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC -SP) muitas dificuldades se fizeram presentes no acesso às informações concretas sobre os trâmites que levaram à rejeição. Durante uma visita pessoal realizada à PUC-SP no início de 2025, a impressão inicial foi a de que existiria um “silêncio obsequioso”² em torno do caso, o que se consubstancia em estímulo a não aprofundar investigações.

A fim de esclarecer a situação, foram realizadas tentativas de estabelecer contato com professores que atuavam na PUC-SP na época da proposta da Cátedra. O Departamento de Filosofia forneceu os endereços eletrônicos de dois docentes que poderiam contribuir com informações relevantes: a Professora Salma Tannus, atualmente aposentada, e o Professor Márcio Alves da Fonseca. Além disso, esta pesquisa também conta com a troca de correspondências entre Sua Eminência o Cardeal Dom Odilo Scherer, Grão-Chanceler da PUC-SP, e a renomada Professora Marilena Chauí, personagens que acrescentam novos elementos para a compreensão do contexto e das motivações envolvidas na rejeição da cátedra.

² “Silêncio obsequioso” é uma expressão tradicionalmente utilizada no âmbito da Igreja Católica para designar a atitude de acolher, com respeito e obediência, determinadas decisões ou orientações da autoridade eclesiástica, mesmo quando não se concorda plenamente com elas. Trata-se de uma forma de adesão disciplinar, na qual o fiel – sobretudo quem exerce funções ministeriais – se abstém de contestação pública, mantendo uma postura reservada e obediente diante de matérias consideradas sensíveis ou controversas.

A seguir, serão transcritos os e-mails enviados no contexto desta investigação:

E-mail enviado ao Professor Márcio Alves da Fonseca:

Data: 28 de janeiro de 2025, 13:39

Prezado Professor Márcio Alves da Fonseca,
Sou Ronan Belo Junior, aluno da pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - MG. Estou realizando uma pesquisa sobre o filósofo Michel Foucault, e uma parte da minha investigação se refere à recusa da cátedra de Foucault pela PUC-SP. Estive na PUC-SP na semana passada para realizar a pesquisa de materiais, e o Departamento de Filosofia me forneceu seu contato. Gostaria de saber se o senhor poderia me ajudar com informações sobre a proposta da cátedra e as atas dos diretórios relacionadas à aprovação que foi negada. Caso seja necessário, a coordenação da pós-graduação da minha universidade se coloca à disposição para os trâmites burocráticos. Atenciosamente,
Ronan Belo Junior

E-mail enviado à Professora Salma Tannus:

Data: 24 de fevereiro de 2025, 16:19

Prezada Professora Salma Tannus,
Meu nome é Ronan Belo Junior, sou discente do programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais. Atualmente, desenvolvo uma pesquisa sobre o filósofo Michel Foucault, e um dos eixos centrais do meu trabalho diz respeito à recusa da proposta de criação de uma cátedra dedicada ao autor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Durante minha visita à PUC-SP, há um mês, com o objetivo de coletar materiais para essa investigação, o Departamento de Filosofia indicou-me o seu contato como referência para obter informações mais detalhadas sobre o assunto. Por essa razão, venho, respeitosamente, solicitar sua colaboração no sentido de acessar documentos relacionados à proposta da cátedra, bem como atas de reuniões ou diretórios que possam elucidar o processo de avaliação e a decisão pela não aprovação da iniciativa. Caso seja necessário formalizar alguma solicitação por parte da minha instituição, a coordenação do programa de pós-graduação da UFU coloca-se à disposição para realizar os trâmites burocráticos pertinentes. Agradeço desde já pela atenção e disponibilidade. Fico no aguardo de um retorno e, se possível, de orientações sobre como proceder para obter as informações mencionadas. Atenciosamente,
Ronan Belo Junior
Discente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Até o presente momento, não houve resposta por parte dos professores contatados. Essa ausência de retorno pode indicar tanto a falta de documentação formal acessível quanto

um possível desconforto institucional em abordar o tema. Paralelamente, a correspondência trocada entre o Cardeal Dom Odilo Scherer e a Professora Marilena Chauí acrescenta camadas interpretativas à análise, sugerindo que a rejeição da cátedra pode estar vinculada a debates mais amplos sobre o papel da filosofia crítica na universidade confessional.

De qualquer forma, a insistência na busca por fontes que esclareçam o episódio permanece fundamental para a consolidação desta pesquisa e para a compreensão dos mecanismos de aceitação e rejeição de propostas acadêmicas no contexto universitário brasileiro.

1.1 Contextualização da Importância de Michel Foucault

Michel Foucault não somente desafiou os conceitos tradicionais de poder, conhecimento e subjetividade, mas também proporcionou uma perspectiva crítica para analisar, entender e estudar as complexidades do mundo contemporâneo. Ele acabou por questionar a estrutura de poder que opera nas instituições sociais e políticas, revelando como o poder é exercido por meio de formas discretas e multifacetadas, moldando não apenas as relações sociais, mas também a identidade dos indivíduos. O conceito de “microfísica do poder” foi empregado por Foucault para destacar a forma como o poder se materializa em todos os domínios das experiências individuais e cotidianas, influenciando as relações sociais e as dinâmicas de poder em todas as esferas da vida.

Quando se examina o poder nas instituições, é necessário ultrapassar a sua concepção tradicional, a veiculada pela forma como ele tem sido visto como um dado, ou um atributo, que poderia ser atribuído a certas figuras ou grupos dominantes, isto é, o poder é hoje compreendido como a propriedade de um fenômeno que circula e se desenvolve nas relações sociais e institucionais, posto que tal concepção do poder se torna central para o tipo de análise que aqui se pretende, em especial quando se considera instituições como a Igreja Católica e as universidades católicas, que, apesar das suas hierarquias bem definidas, são também espaços de interações complexas e de transmissão de poder.

Ao invés de entender o poder de maneira a ser imposto como um mecanismo vertical, de cima para baixo, é possível visualizar a grande questão do poder como uma mudança de escala, isto é, não estando ela em relação a um campo exterior, mas sim em relação ao grau de condição sugerido entre o estrato mais elevado e o mais baixo, em realidade, entre o último corpo e a última referência social e não entre um empoderamento possível que teria sido construído no âmbito geral e um poder imposto no nível local. Com isso, o poder não é um

estatuto que se aplica, mas é caráter que transita e que oscila em qualidade primordialmente na direção de uma fiscalização cada vez mais próxima e final, nos elos da relação mútua entre os sujeitos e poderes ou as forças produtivas e o poder total, além da análise do fenômeno do poder que é tratada e exercida de maneira que seria normal observá-la na vida diária. Essa rede de relações define um espaço que, no interior mesmo da sua alteridade ou diferença, no seu mesmo interior, é atravessado por um efeito de poder que é um mesmo que frota simultaneamente, no estrato mais superior ou mais profundamente na relação do sujeito e objeto em relação ao deter, o termo este, que se apresenta suficientemente.

Foucault serve-se de uma metáfora para exemplificar essa ideia, melhor dizendo, a de que o poder opera em rede, como um sistema de ligações e malhas, no qual os indivíduos circulam, mas também impactam e são afetados pelo poder. Ele não quer dizer então que se deve entender o poder como propriedade, mas antes como algo líquido e relacional, não exclusivamente assentado em certo lugar ou nas mãos de determinado grupo. Esse conceito de poder, assim, proporciona uma compreensão mais sutil da natureza das dinâmicas de dominação, de submissão e resistência, que podem ser percebidas, por exemplo, dentro de uma universidade católica como a PUC-SP.

No cenário da recusa da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”, que mobilizou tanto a comunidade acadêmica quanto a entidade religiosa, o poder se expressa de maneira complexa, atravessando vários atores e práticas institucionais. A decisão do Conselho Superior da universidade, que rejeitou a sugestão de estabelecer a cátedra, pode ser interpretada como uma manifestação desse poder em circulação. A complexidade do exercício do poder em um ambiente educacional católico é revelada pelas disputas acadêmicas, pressões externas e interferências religiosas, que formam uma rede de relações. A seguinte frase de Foucault exemplifica com precisão essa perspectiva descentralizada e dinâmica do poder, crucial para a nossa análise:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2004, p. 183-184).

Adicionalmente, Foucault investigou as dinâmicas entre poder e saber, defendendo que o conhecimento não é apenas um retrato fiel da realidade, mas sim uma criação social e política que espelha e mantém as hierarquias de poder. As suas análises sobre organizações de saber, a exemplo da medicina, da psiquiatria e do sistema prisional, revelaram como estas instituições servem de ferramentas para a gestão social, moldando os corpos e as mentes dos cidadãos de acordo com os padrões sociais e políticos predominantes.

O impacto das ideias de Foucault na sociedade de hoje é notório em vários campos, abrangendo desde a política e a filosofia até a psicologia e os estudos culturais. Alguns dos conceitos por ele fornecidos, como “biopoder”, “governamentalidade” e “dispositivo de poder”, firmaram-se como instrumentos analíticos cruciais para compreender e questionar os modelos atuais de poder e gestão social. O trabalho deste autor continua a inspirar uma nova leva de intelectuais e ativistas, oferecendo uma base teórica robusta para a crítica e a mudança de sistemas de poder desiguais e repressivos.

No contexto do pensamento ocidental, o raciocínio de Foucault enfrentou as concepções tradicionais de progresso, razão e realidade, questionando as concepções de totalidade e neutralidade que tinham sido até então responsáveis pela dominação cultural e política do Ocidente. Sua análise das estruturas de poder e saber possibilitou o surgimento de novas posições sobre política, autoconhecimento e realidade, fornecendo as bases para um novo tipo de análise cuidadosa e crítica.

De fato, a relevância do pensamento de Michel Foucault para a sociedade atual e para o ocidente é significativa. O filósofo não só proporciona uma análise profunda das estruturas de poder e saber que permeiam a vida das pessoas, mas também instiga a questionar as verdades consolidadas e a enxergar além das aparências superficiais. A sua obra não se restringe a descrever as formas de dominação existentes nas instituições sociais, mas nos instiga a investigar novos pontos de vista e métodos que possam fomentar uma sociedade mais equitativa, justa e livre. Ao desconstruir os mecanismos de poder que moldam as relações sociais e políticas, Foucault abre caminho para uma reflexão crítica e para a transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade e a exclusão. Assim, sua contribuição vai além da academia, inspirando movimentos sociais e políticos a buscar alternativas mais inclusivas e emancipatórias, de forma que a liberdade e a justiça possam ser alcançadas de maneira mais ampla e efetiva.

1.2 Desenvolvimento da Proposta da Cátedra

Uma cátedra acadêmica é uma ação colaborativa destinada a fomentar tanto o ensino quanto a pesquisa em uma área específica do saber. Formada através de acordos colaborativos, sua principal finalidade é a promoção de ações com impacto institucional significativo.

Uma cátedra se empenha em múltiplas atividades, como a condução das apresentações, discussões em grupo, debates e as ideias criativas. Tais empreendimentos não apenas aprofundam na compreensão de um tema, mas encorajam a disseminação da própria pesquisa por meio de experiências impactantes. Além disso, as cátedras têm uma função essencial na educação e formação dos indivíduos, oferecendo um conhecimento que ajuda a fortalecer as capacidades técnicas e científicas. Este quadro sobressai também pela colaboração em pesquisas difíceis e especializadas, favorecendo associações que cruzam as barreiras das áreas e das localizações.

A Cátedra tem o objetivo de aprofundar a cooperação acadêmica entre instituições de ensino superior e centros de pesquisa brasileiros e estrangeiros, bem como de pesquisadores e educadores de instituições de pesquisa e ensino superior no Brasil e seus pares da instituição anfitriã (Brasil, 2024, s.p.).

Pela sua estrutura flexível e pelo seu trabalho coletivo, as cátedras universitárias qualificam o sistema de ensino e contribuem para a evolução do saber em setores diferenciados e em ascensão. Elas se destacam como os núcleos de estudo e de pesquisa em atividade, promovendo descobertas inéditas e a troca de ideias de forma sistemática entre estudiosos, peritos e instituições conhecidas internacionalmente.

A criação da Cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente” na PUC-SP não é somente uma chance de disseminar e incentivar pesquisas sobre a obra de Foucault, mas também uma ação estratégica para estimular a cooperação acadêmica internacional. Através do Consulado Geral da França em São Paulo e com a participação de várias instituições de ensino superior, essa cátedra teria como objetivo não só aprofundar a compreensão da filosofia de Foucault, mas também investigar suas consequências para os desafios atuais.

Michel Foucault é uma das principais figuras filosóficas do século XX, conhecido pela sua análise crítica das estruturas de poder, das instituições sociais e da construção dos discursos que definem a modernidade. A sua produção não só recupera vozes marginalizadas da história, como as dos loucos, prisioneiros e homossexuais, mas também contesta as

narrativas predominantes da racionalidade científica, sugerindo uma análise genealógica das práticas e discursos que desvende as complexidades das interações de poder e conhecimento em variados contextos históricos e culturais. Assim, a urgência em aprofundar essas reflexões em um contexto acadêmico atual é a base para a instituição da Cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”. Esta cátedra, mais do que uma homenagem a Foucault como um pensador futurista, tem como objetivo utilizar suas metodologias críticas para explorar questões contemporâneas e fomentar discussões acerca do conceito de contemporaneidade em si. Foucault não apenas deixou um impacto significativo na nossa percepção de poder e conhecimento, mas também nos forneceu ferramentas analíticas essenciais para lidar com os desafios complexos que a sociedade atual enfrenta.

O Grupo de Pesquisa Foucault PUC/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) na PUC-SP firmou colaborações relevantes com instituições de prestígio na França, Portugal, Espanha, Argentina, Chile e outros países. Essas parcerias não só aprimoram o ambiente de pesquisa universitária, como também consolidam a universidade como um centro de estudos foucaultianos de destaque. Por meio dessas colaborações, os pesquisadores podem não apenas trocar conhecimentos e metodologias, mas também aprimorar suas próprias visões por meio de um diálogo internacional sólido e colaborativo. A instituição da cátedra não só reforça a imagem da universidade brasileira como um polo global de pensamento crítico, mas também proporciona um ambiente para colaborações interdisciplinares que ultrapassam limites geográficos e acadêmicos.

Respaldada em trabalhos consolidados de pesquisa realizados na PUC-SP, a Cátedra resulta de uma proposta elaborada por professores de nove Universidades estrangeiras (École Normale Supérieure de Paris, Universidad San Martín, Collège International de Philosophie, Universidad de Valparaíso, Universidade Nova de Lisboa, Universidad de Los Andes, Université de Bordeaux, Université de Paris VIII, Universidad Complutense de Madrid), apoiada pelo Consulado Geral da França em São Paulo (Muchail, 2015, s.p.).

A motivação por trás da criação desta cátedra está diretamente relacionada à importância de defender a autonomia no espaço acadêmico e intelectual. Nesse universo, as reflexões de Foucault sobre censura, bem como sobre a valorização da diversidade das perspectivas, são indispensáveis para assegurar um ambiente universitário vivo e receptivo. Promovendo uma prática de debates abertos e avaliações rigorosas, a cátedra respeita a pluralidade das ideias, ao mesmo tempo em que contesta as normas consensuais, estimulando assim os fundamentos de um ambiente inovador do saber. Além disso, a instalação da cátedra

contribui para a reputação da universidade como uma universidade de pensamento crítico global, reduzindo as barreiras para cooperações interpessoais que cortam fronteiras acadêmicas e territoriais.

1.3 Desafios e Liberdade Acadêmica

A liberdade acadêmica, reconhecida tanto pela Constituição quanto pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos, é um alicerce fundamental que deve orientar as discussões acerca do futuro do sistema de educação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (Brasil, 1988, s.p.).

Esses princípios não só salvaguardam, mas também promovem um ambiente favorável para o avanço do pensamento crítico e para a promoção de um debate público de alto nível. Contudo, a sua habilidade de aprimorar essas competências tem gerado desconforto para líderes autoritários globalmente. No entanto, é crucial entender que a liberdade acadêmica engloba a independência das instituições educacionais, assegurando que docentes, pesquisadores e alunos possam explorar livremente várias visões e conceitos, sem receio de retaliações ou censura. Este princípio não se restringe apenas ao acesso ao saber, mas também garante a liberdade de expressão e de investigação, essenciais para o progresso do saber e para a inovação em todos os campos do saber.

No cenário atual, entender o que a liberdade acadêmica salvaguarda e sua situação global é vital para a construção de um sistema educacional que não só aprimore a vida dos indivíduos, mas também fortaleça os fundamentos da democracia e do estado de direitos. Em várias sociedades atuais, a liberdade acadêmica tem enfrentado obstáculos consideráveis, caracterizados por tentativas de controle ideológico e pela imposição de limitações à investigação autônoma. Frequentemente, governos autoritários ou regimes que almejam fortalecer seu poder têm tentado influenciar ou até mesmo suprimir o meio acadêmico, restringindo a liberdade de expressão e a independência das instituições de ensino. Essas medidas não só impedem o avanço do saber objetivo, como também comprometem a função crucial que os acadêmicos têm na construção de uma sociedade esclarecida e reflexiva. É

essencial resistir a essas limitações não só para proteger os direitos de pesquisadores e educadores, mas também para manter os princípios democráticos e a habilidade de uma sociedade de avançar por meio de um debate livre e transparente.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de colocar em primeiro plano a salvaguarda e o fomento da autonomia no meio acadêmico. Tal atitude representa um progresso significativo para assegurar que o ensino realmente capacite os indivíduos a exercerem o pensamento crítico, a questionarem noções pré-concebidas e a impulsionarem o desenvolvimento da sociedade e da cultura. Ao dar suporte a esse alicerce essencial, estar-se-á não somente defendendo os direitos dos estudiosos, mas também consolidando os pilares de uma sociedade plural, aberta e em constante evolução.

Dessa forma, a resolução do Conselho Superior da Fundação São Paulo de não instituir a cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente” vai de encontro ao apoio que organizações científicas, filosóficas e pedagógicas manifestaram a tal empreitada. Isso representa um entrave à “autonomia acadêmica”, a qual é indispensável para o ambiente universitário.

Contudo, muitos reconhecem que a atração mundial pela obra de Foucault transcende questões religiosas, e que seus estudos podem aprimorar discussões relevantes para a sociedade atual. Evidência disso são os inúmeros pensadores católicos que o analisam e empregam suas teorias como fonte de inspiração. A proposta da cátedra, com o respaldo de órgãos científicos, filosóficos e educacionais, suscita debates complexos sobre as bases da independência universitária e a função das instituições de ensino na promoção do saber interdisciplinar. A decisão de rejeitar a cátedra, que parece contraditória diante do apoio inicial, levanta indagações sobre como as escolhas das instituições influenciam o cenário intelectual e cultural.

Ao contrário dessa escolha, a Biblioteca *du Saulchoir* em Paris fornece um modelo inspirador de como uma entidade pode ter um papel crucial na manutenção e incentivo ao pensamento crítico. A biblioteca, situada no centro da tradição católica, não só abriga os arquivos de Michel Foucault, como também os disponibiliza para pesquisadores de todas as proveniências. Este ato não apenas exalta a diversidade intelectual, mas também destaca a relevância de preservar um ambiente propício para a troca de ideias e a pesquisa acadêmica sem barreiras ideológicas. Os documentos de Foucault armazenados na Biblioteca *du Saulchoir* representam não somente um tesouro acadêmico, mas também um emblema da riqueza que surge ao permitir que diversas visões dialoguem e se enriquecem reciprocamente. Foucault, famoso por suas profundas contribuições à filosofia, história e teoria política,

continua a inspirar pesquisadores de várias áreas, incluindo aqueles que se interessam pela história do cristianismo primitivo e pela governabilidade contemporânea.

A conservação dos arquivos de Foucault na Biblioteca *du Saulchoir*, além de ser um recurso valioso para estudos acadêmicos, evidencia um compromisso duradouro com a liberdade de pensamento e a diversidade de pontos de vista. Em uma era em que as barreiras entre as disciplinas estão se tornando cada vez mais fluidas, é crucial que as instituições de ensino defendam a liberdade acadêmica como um princípio essencial. Isso vai além de simplesmente possibilitar o acesso ilimitado ao saber, mas também promover um ambiente intelectual onde ideias polêmicas possam ser discutidas de maneira respeitosa e construtiva. Assim, a rejeição da cátedra pode atuar como um lembrete da relevância de salvaguardar e intensificar a liberdade acadêmica em todas as suas manifestações. Ao agir dessa maneira, as instituições não só desempenham seu papel na promoção do avanço intelectual, como também asseguram a preservação de legados intelectuais, como o de Michel Foucault, para as próximas gerações de pesquisadores e pensadores. Mais do que nunca, o episódio dos arquivos de Foucault na Biblioteca *du Saulchoir* instiga a ponderar sobre a função das instituições em fomentar um ambiente acadêmico que valoriza a diversidade, a crítica construtiva e a busca incessante por saber.

Nesse contexto, percebe-se que o impacto de Foucault ultrapassa largamente as barreiras religiosas. O seu trabalho tem atraído a atenção de uma vasta gama de acadêmicos interessados em assuntos que vão desde a história do cristianismo inicial até a teoria política atual. Em outras palavras, esse interesse vai além do âmbito acadêmico, sendo essencial para entender as dinâmicas sociais, culturais e políticas que formam a nossa sociedade atual. Foucault também se dedicou intensamente, após a publicação pioneira de “As Palavras e as Coisas”, a questões de compaixão e governamentalidade, investigando como as estruturas de poder e controle afetam as interações humanas e a estruturação da sociedade. Essas questões permanecem pertinentes e instigantes, proporcionando visões valiosas para os desafios atuais. Portanto, a escolha de rejeitar a iniciativa citada parece ir contra os princípios de liberdade acadêmica, essenciais para o avanço intelectual.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: “ele exclui”, ele “reprime” ele “recalca”, ele “censura”, ele “abstrai”, ele “mascara”, ele “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 2014a, p. 135).

Portanto, em um mundo cada vez mais interligado e intrincado, é crucial que as entidades educacionais e culturais protejam e promovam a liberdade de pensamento, assegurando a preservação e o acesso ao patrimônio intelectual de todos. Isso não só reforça a comunidade acadêmica, como também auxilia na compreensão mais aprofundada e inclusiva dos problemas que formam nossa sociedade global. Assim, é determinante que as discussões acerca da liberdade acadêmica e da conservação do conhecimento permaneçam fundamentadas em princípios de respeito recíproco, receptividade à diversidade de pensamentos e um firme compromisso com a disseminação do conhecimento. Dessa forma, é possível realmente valorizar o legado de pensadores como Michel Foucault e assegurar um futuro que se enriquece com o pensamento crítico e a inovação intelectual.

A discussão sobre liberdade acadêmica e identidade institucional surge como um assunto fundamental nas conversas atuais, particularmente quando instituições de ensino se deparam com princípios religiosos e filosóficos contrastantes. Neste cenário, sugerimos analisar a correspondência entre Marilena Chauí, conceituada filósofa e docente emérito da Universidade de São Paulo (USP), e Dom Odilo Pedro Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, focada na polêmica recusa da cadeira dedicada a Michel Foucault na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Essas correspondências evidenciam contrastes significativos entre a firme defesa da liberdade acadêmica proposta por Chauí e a defesa da identidade institucional promovida por Dom Odilo, particularmente no âmbito das universidades católicas.

A carta aberta de Marilena Chauí dirigida ao Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, datada de 16 de junho de 2015 (Chauí, 2015), é um documento relevante não só pela sua dura crítica à PUC-SP, mas também pela sua firme defesa da liberdade acadêmica e da autonomia universitária. Este texto pode ser examinado a partir de um ponto de vista científico, ressaltando seus componentes retóricos, argumentativos e históricos, além de sua importância no cenário da filosofia e educação brasileira.

Em primeiro lugar, a carta faz uma análise histórica da PUC-SP como um refúgio da liberdade intelectual, ressaltando sua função em abrigar professores cassados durante a ditadura militar no Brasil e sua resistência às limitações impostas pelo regime. Chauí (2015) destaca que a universidade não apenas acolheu filósofos críticos, mas também apoiou a realização de eventos científicos vetados pelo governo, evidenciando um compromisso com a liberdade de expressão e o pensamento autônomo.

Nos anos recentes da história brasileira, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo tornou-se um dos grandes exemplos do verdadeiro sentido da instituição universitária: recebeu em seu corpo docente professores das universidades públicas que haviam sido cassados por governos da ditadura civil-militar por suas idéias filosóficas, científicas, políticas e pedagógicas; afrontou o Estado abrigando a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), proibida por esses mesmos governos; abriu suas portas para grupos de pesquisa nas mais variadas áreas do saber, sem jamais questionar os princípios teóricos e práticos que os orientavam; defendeu seus estudantes quando, em luta pela democracia, foram violentamente agredidos pelas forças policiais; recebeu movimentos sociais e populares de lutas por direitos, integrando a universidade às aspirações sociais e políticas dos excluídos e espoliados; ampliou suas publicações sem nunca exigir dos autores credenciais confessionais, mas exclusivamente a qualidade acadêmica de seus trabalhos, no mesmo espírito com que instituiu intercâmbios nacionais e internacionais com universidades públicas e centros de pesquisa (Chauí, 2015, s.p.).

A crítica central de Chauí (2015) está na negativa da PUC-SP em criar uma cátedra dedicada a Michel Foucault. Ela vê essa decisão como um ato de censura e intolerância intelectual, sustentando que Foucault, enquanto vivo, foi um fervoroso defensor da liberdade de pensamento e um crítico fervoroso das regras impostas.

Analizando a carta de Chauí sob a perspectiva da ciência, nota-se uma linha de raciocínio que se apoia em dados históricos e reflexões filosóficas consistentes. A autora ressalta o impacto considerável de Foucault nas áreas de Humanidades e Ética, notando que suas ideias continuam a fomentar discussões e gerar conhecimento neste século. Ao evocar Voltaire³, com a frase “discordo do que dizeis, mas defenderei até à morte vosso direito de dizê-lo”, ela enfatiza a importância da pluralidade de ideias e do debate franco no meio acadêmico.

Entre os grandes pensadores do Século XX, Michel Foucault pautou-se, em sua vida e em seu pensamento, pela ousadia de conceber o novo, polemizando contra a inércia e a auto-satisfação das idéias recebidas e repetidas, divergindo dos saberes instituídos e combatendo normas, regras e valores por eles sustentadas. Universidades e centros de pesquisa do mundo inteiro proibiram sua atividade como professor, seus trabalhos de pesquisa e suas publicações por que divergentes, polêmicas, inovadoras? Foi ele submetido ao vigiar e punir? Pelo contrário, foi e é reconhecido em toda parte como um dos maiores pensadores do Século XX, cuja herança percorrerá a filosofia, as ciências humanas, a ética e a política durante o Século XXI por que sua obra, como toda obra que é grande, ao pensar, dá a

³ Embora frequentemente atribuída a Voltaire, a frase “Discordo do que dizeis, mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo” não foi escrita por ele. Seu verdadeiro autor é a escritora inglesa Evelyn Beatrice Hall, que a formulou como uma síntese interpretativa do espírito do pensamento voltairiano, e não como uma citação literal do filósofo.

pensar, ao dizer, dá a dizer, fazendo-nos pensar e dizer o que sem ela não poderíamos pensar nem dizer (Chauí, 2015).

Além disso, a carta de Chauí é um testemunho da importância das universidades como guardiãs do conhecimento crítico e da reflexão independente. A autonomia universitária não deve ser comprometida por pressões externas ou dogmas institucionais, mas fortalecida como um espaço para o pensamento livre e a inovação intelectual. Portanto, ao analisar a carta de Marilena Chauí sob uma perspectiva científica, é possível reconhecer não apenas suas críticas específicas à PUC-SP, mas também sua defesa mais ampla dos valores fundamentais da academia e da filosofia como motores do progresso intelectual e social. Suas palavras ecoam não apenas como uma denúncia de uma decisão administrativa, mas como um apelo à preservação da liberdade acadêmica como um princípio central da educação superior.

Por outro lado, Dom Odilo defende a decisão do Conselho como um exercício de responsabilidade institucional e preservação da identidade católica da universidade. Argumenta que a recusa não implica na proibição do estudo ou ensino de Foucault na PUC-SP, mas na não aprovação de um pedido específico de criação de cátedra, baseado em critérios acadêmicos e institucionais que consideram a missão e os valores da universidade.

O posicionamento do Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer em relação à carta aberta de Marilena Chauí acerca do assunto da Cátedra Michel Foucault na PUC-SP pode ser examinado sob várias perspectivas científicas, levando em conta os elementos retóricos, argumentativos e históricos contidos no documento. Apesar de ele se opor fervorosamente a interpretações que sugerem censura ou limitação da liberdade acadêmica na PUC-SP, alguns elementos da carta podem ser examinados para evidenciar uma possível visão de limitação ou cerceamento.

Para desfazer qualquer equívoco, esclareço que a decisão – quase unânime – dos membros do Conselho Superior da Fundação São Paulo, Mantenedora da PUC-SP, não consistiu na “proibição” de uma Cátedra dedicada a Michel Foucault, mas no indeferimento de um pedido de criação da Cátedra, nos termos em que foi apresentado, “independentemente de se manterem os trabalhos do Grupo de Pesquisa deste, ou de qualquer filósofo na Universidade” (Ata da reunião do Conselho). A alguns pode parecer que indeferir e proibir sejam a mesma coisa, mas são duas ações diversas (Scherer, 2015, s.p.).

O Cardeal, ao distinguir claramente entre “indeferimento” e “proibição”, indica que a rejeição da Cátedra não foi uma imposição de censura direta, mas uma decisão administrativa fundamentada em critérios precisos. Contudo, essa decisão pode ser vista como um meio de

restringir o reconhecimento institucional e financeiro para a análise sistemática de Foucault no ambiente universitário. Isso suscita dúvidas sobre o impacto das políticas administrativas no alcance e na profundidade das pesquisas acadêmicas, particularmente em relação a personalidades polêmicas ou tópicos que possam provocar discussões no meio acadêmico. Portanto, ao optar por não criar a Cátedra em homenagem a Michel Foucault, a universidade deliberadamente limita a variedade de perspectivas acadêmicas e limita a capacidade dos pesquisadores de investigar a fundo as ideias do filósofo. Portanto, esta ação pode ser vista como uma tentativa de estabelecer restrições ao que é visto como legítimo ou aceitável no ambiente universitário, indo de encontro aos princípios de uma academia que preza pela diversidade de pontos de vista e pelo diálogo intelectual franco. Esta circunstância provoca reflexões acerca de como as escolhas gerenciais moldam o ambiente de ensino e pesquisa, impactando de forma relevante a diversidade de pensamento e a liberdade acadêmica na instituição.

Ao analisar a carta de Dom Odílio Pedro Scherer, considerando a ótica da independência no meio acadêmico, das escolhas da gestão e da questão da repressão de ideias, percebe-se que, apesar de sua defesa da independência da universidade e da ausência de censura clara, certos aspectos geram dúvidas sobre a autonomia acadêmica na PUC-SP. A recusa em estabelecer a Cátedra Michel Foucault, justificando-se com a autonomia da instituição, pode ser interpretada como uma forma velada de restringir o avanço do conhecimento e a diversidade de opiniões na universidade. Uma análise atenta da carta revela o quão intrincado é alcançar um ponto de equilíbrio entre a independência da instituição e a garantia da liberdade acadêmica nas faculdades e universidades.

Este intercâmbio de visões entre a Professora Marilena Chauí e o Cardeal Dom Odílio ilustra claramente as dificuldades das universidades em lidar com a pluralidade de pensamentos e convicções religiosas. Manter um debate permanente sobre os limites da autonomia universitária em situações concretas é de extrema relevância. O caso da PUC-SP auxilia na compreensão de como as instituições de ensino superior buscam harmonizar passado, individualidade e progresso no cenário acadêmico.

1.4 O aumento no interesse pelo pensamento de Foucault

O episódio da recusa da cátedra de Michel Foucault pela Fundação São Paulo provocou um fenômeno surpreendente e intrigante: um crescimento expressivo no interesse pelo pensamento de Foucault entre aqueles que desconheciam seu trabalho. Em outras

palavras, o que poderia ter sido uma tentativa de marginalização se converteu em um grande interesse público. Indivíduos que nunca se aprofundaram em seus escritos agora se questionam sobre quem é Foucault, o que ele realmente acredita e o que suas obras proporcionam. Foucault, reconhecido pela sua visão crítica e inovadora das estruturas de poder, da história do pensamento e da construção das identidades, surge como uma personalidade de grande importância. Sua obra, frequentemente desafiadora e provocativa, suscita um debate aprofundado sobre questões cruciais da sociedade atual.

Este novo interesse não é somente uma procura por conhecimento acadêmico, mas também uma ponderação sobre como suas concepções podem clarear problemas contemporâneos, proporcionando uma perspectiva singular para analisar assuntos como controle social, poder disciplinar, sexualidade e a conexão entre saber e poder.

Nessa perspectiva, a análise bibliométrica realizada na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) evidenciou que Michel Foucault é um personagem destacado nas pesquisas acadêmicas de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (Tanus; Silva; Silva, 2020). Ao examinar artigos publicados entre 1972 e 2019, identificou-se um total de 128 pesquisas que fazem referência a Foucault, somando 362 citações de suas obras, incluindo livros, capítulos e publicações. A sua influência é particularmente notável nos seguintes campos: “Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação”, em que suas ideias são usadas para examinar a evolução do campo; “Informação, Educação e Trabalho”, explorando como as estruturas de poder moldam a disseminação e organização da informação; e “Organização e Representação do Conhecimento”, em que se aplicam suas teorias para entender a estrutura e o acesso à informação.

Estes achados destacam não só a persistência de Foucault como um pensador pioneiro na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) no Brasil, mas também sua contribuição singular para entender as dinâmicas sociais e do saber na sociedade brasileira atual. Portanto, o que inicialmente poderia ser interpretado como um esforço para calar vozes discordantes acabou expandindo o alcance e o impacto das ideias de Foucault, em um mundo cada vez mais interligado e informado. O interesse suscitado por este episódio não é apenas intelectual, mas também uma procura por entendimento e envolvimento crítico com as complexidades do nosso tempo.

2 A SUBJETIVIDADE, O PODER E A VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE FOUCAULDIANA

Este capítulo desenvolve uma análise aprofundada sobre os modos pelos quais a subjetividade foi historicamente produzida em correlação com os mecanismos de poder e as práticas de vigilância, tendo como eixo interpretativo a obra de Michel Foucault. A partir da observação da metamorfose das práticas punitivas — da punição física e pública para formas disciplinares mais sofisticadas e internalizadas — investiga-se como o poder passou a incidir não apenas sobre o corpo visível, mas adentrou as dimensões psíquicas e morais dos indivíduos. A análise estende-se à atuação das instituições religiosas na conformação dessa nova economia de poder, destacando o papel estratégico da confissão e da vigilância espiritual na constituição de subjetividades atravessadas por discursos normativos e regimes de verdade. O percurso teórico abrange, ainda, a emergência do sujeito moderno, marcado por uma racionalidade individualista que orienta a conduta de si e dos outros, delineando uma nova forma de governo das almas e dos corpos. Por fim, serão examinadas as possibilidades de resistência enquanto forças imanentes ao próprio exercício do poder, tensionando as estruturas disciplinares e abrindo fissuras no interior das relações de dominação.

2.1 Da punição espetacular ao dispositivo disciplinar: a transformação das práticas punitivas

Examinar o livro “Vigiar e Punir: Nascimento da prisão”, de Michel Foucault, é uma tarefa intrincada, mas simultaneamente gratificante. Ao combinar filosofia, história e psicologia de maneira inovadora, Foucault ultrapassa limites disciplinares e se recusa a ser classificado sob uma única designação. A sua produção é caracterizada por um envolvimento constante com questões que não têm respostas definitivas, questionando os limites da lógica e as normas estabelecidas. Segundo Foucault, a filosofia não deve ser percebida como um acúmulo de conhecimentos, mas como um exercício crítico que constantemente questiona as convicções e as práticas políticas e sociais predominantes. Foucault, ao longo de sua carreira intelectual, atua como ativista político, teórico social, crítico cultural e historiador. O seu trabalho questiona as concepções convencionais de poder, sexualidade, insanidade e delinquência, oferecendo uma nova visão sobre esses assuntos. A sua obra se divide em três etapas distintas: a primeira, denominada arqueologia do saber, foca na análise das condições

históricas do saber; a segunda, genealogia, trata da análise do poder e suas expressões; e a terceira, que pode ser interpretada como uma análise das práticas estéticas e artísticas.

Em “Vigiar e Punir” (1975), o autor explora as dinâmicas de poder em organizações contemporâneas, a exemplo de prisões, hospitais, colégios e indústrias. A obra concentra-se na avaliação do sistema carcerário e nas ações que almejam padronizar e gerir os indivíduos, expondo como o poder se manifesta na comunidade contemporânea. A obra estuda de que forma a vigilância e a sanção se converteram em instrumentos indispensáveis para a preservação da ordem da sociedade, governando de maneira discreta os corpos e as condutas.

Na sua análise histórica sobre o surgimento da prisão, Michel Foucault insere essa mudança em um contexto mais vasto das transformações nas relações de poder que começaram no final do século XVIII e se prolongaram até o século XIX. Ele defende que a gênese das prisões não se limita à emergência de uma nova forma de punição, mas também espelha uma reestruturação da sociedade, que se torna estruturada por “disciplinas”. Essas matérias constituem uma “Microfísica do Poder”, que atua nos corpos das pessoas em várias instituições, tais como escolas, hospitais, indústrias e presídios. Neste cenário, a prisão se estabelece como um dos principais instrumentos de controle social e disciplinar, espelhando a maneira como as sociedades contemporâneas se estruturam para dominar os corpos e as mentes dos indivíduos.

Foucault inicia seu estudo narrando o caso de Robert-François Damiens⁴, que foi sentenciado a um martírio público brutal - o esquartejamento - após tentar matar o rei Luís XV. Para Foucault, a seleção deste exemplo não é meramente ilustrativa, mas tem como objetivo destacar as práticas punitivas daquele período, que estavam profundamente vinculadas ao poder soberano. A função do castigo não era somente punir, mas também demonstrar publicamente a autoridade do governante. Neste cenário, o delito era percebido não somente como um insulto à sociedade, mas também como uma provocação direta ao monarca, cuja autoridade precisava ser reafirmada através de uma punição pública, que funcionava tanto como castigo quanto como show. Essas práticas punitivas de natureza espetacular e física serviam para submeter os corpos das pessoas à força simbólica do poder do soberano.

Com o tempo, a forma de punir mudou significativamente. Foucault observa que, depois de mais de 200 anos, as punições passaram por uma grande transformação. As torturas

⁴ Robert-François Damiens foi um camponês francês que, em 1757, tentou assassinar o rei Luís XV. Em consequência, foi condenado à tortura, esquartejamento e queima pública. Ele é considerado a última pessoa executada na França por meio desses métodos cruéis, marcando o fim das punições públicas violentas típicas daquela época.

foram eliminadas e penas como a detenção tomaram seu lugar. Isso aconteceu em razão de uma reestruturação mais abrangente dos mecanismos de controle social, que surgiu em meio a uma série de escândalos no sistema de justiça e a uma demanda crescente por reformas sociais. O sistema antigo de punições públicas e cruéis foi substituído por um que prioriza a vigilância e o controle constante das pessoas.

Neste novo modelo de penalidade, o corpo do sentenciado deixou de ser o foco principal de punição física explícita. Antes, as penalidades buscavam despejar toda a ira do governante no corpo do condenado, de forma brutal e evidente, agora as penalidades estão se tornando mais discretas, com a finalidade de controlar o indivíduo de forma mais eficiente e menos evidente. Ao invés de mostrar o corpo torturado como uma exibição pública, como era habitual nas punições do passado, o novo método de punição implicava na reclusão do indivíduo. A punição era realizada de maneira menos evidente e mais interna, dentro das instituições de controle, como as prisões.

Foucault (2008) também aponta que a prática da confissão pública foi abolida. Antigamente, a confissão servia para mostrar publicamente arrependimento e submissão ao poder, mas hoje, no sistema penal, essa prática perdeu todo o seu simbolismo. O corpo, que antes era um lugar de dor e humilhação, agora tem menos importância como alvo direto do controle penal. Foucault diz:

Em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo da repressão penal (Foucault, 2008, p. 20).

Com o desaparecimento das punições corporais e do espetáculo do padecimento, ocorreu uma transformação profunda na forma como o domínio e a autoridade são aplicados. Em vez da força bruta, observa-se uma opressão mais discreta, que, no entanto, exerce um controle incessante sobre a conduta e a existência dos indivíduos. A detenção, portanto, assume o papel primordial no gerenciamento da sociedade, estabelecendo um sistema inédito de sanções que não se fundamenta na agressão ostensiva, mas na observação atenta e no acompanhamento contínuo dos atos das pessoas.

Segundo Foucault, a França aboliu o “teatro público dos horrores” em 1848, juntamente com práticas como o pelourinho, o patíbulo, o chicote e o ferro quente, que haviam sido abolidas na Inglaterra em 1834. Esta alteração sinalizou uma inversão nas modalidades de punição, onde o abatimento físico e a dor deixaram de ser elementos fundamentais da punição. Apesar da guilhotina ter persistido, tornou-se um acontecimento

privado, visto apenas pelo executor e pelo condenado. Embora a decapitação continue sendo um ato violento e evidente, as torturas físicas que marcavam as punições passadas deixaram de existir. Os executores tiveram contato mínimo com os corpos dos condenados, e o carrasco apenas aguardava o momento de executar a sentença.

A relação entre castigo e corpo, que era central nos suplícios da Idade Média, foi suprimida. As práticas punitivas passaram a ser repudiadas, e o objetivo agora era não tocar mais no corpo do condenado ou tocá-lo o mínimo possível. A intenção passou a ser atingir algo além do corpo físico: a alma do condenado. A alma tornou-se o principal alvo das novas formas de poder, sendo o ponto onde se articulavam os efeitos de um certo tipo de poder, além de servir como referência para um saber que regulava esse poder. O saber passou a ser a engrenagem que, por meio da disciplina e do controle, reforçava o poder, criando uma nova dinâmica de controle sobre os indivíduos.

De acordo com Juarez Santos, os sistemas penais são uma estratégia de poder, colocada em prática pelos governantes e que, na verdade, refletem as políticas das classes que estão no topo da pirâmide social. Essas estratégias buscam fazer com que a população viva sempre em um estado de submissão, fazendo com que aqueles que são observados, corrigidos e educados acabem assimilando e reproduzindo essas relações de poder que são impostas a eles.

O poder político e o saber científico aparecem como fenômenos interligados: o poder produz o conhecimento adequado ao seu domínio ideológico, e o conhecimento reproduz o poder a que corresponde, nas relações entre classes e grupos sociais (Santos, 1981, p. 44).

Esta ligação entre autoridade e conhecimento não apenas intensifica o controle social, mas também estabelece um sistema que se alimenta, perpetuando a subordinação dos indivíduos em um modelo de administração disciplinar.

Esse poder político e o conhecimento científico tal como hoje se conhece surgiram nas mudanças econômicas que marcaram a transição do feudalismo para a industrialização, junto com o crescimento da burguesia e do proletariado. Essas transformações mudaram a maneira como as penalidades eram aplicadas, trocando os castigos públicos e torturantes por uma ideologia que beneficia a classe dominante, onde a punição ficou mais elaborada e sem sofrimento explícito, com o foco no indivíduo.

A pena deixou de ser fundamentada no sofrimento físico como técnica punitiva e passou a focar na disciplinarização da alma do condenado, criando uma nova forma de poder que envolve saberes, técnicas e discursos interligados, usados como ferramentas para moldar

o comportamento dos indivíduos. Na Idade Moderna, a “alma” passou a ser vista como a essência interna de cada indivíduo, sendo o foco do sistema punitivo, que procurava modificar o interior do condenado para assegurar a efetividade da vigilância.

Ao longo da história, as maneiras de punir se transformaram. Abandonando suplícios cruéis, como a tortura, o encarceramento se consolidou como a principal sanção, com foco na restrição da liberdade individual. Dentro das prisões, foram implementadas novas formas de penalidade, que incluem a diminuição das refeições, a privação da vida sexual, o isolamento em celas solitárias e a imposição de rigidez física.

Analisando o nascimento da prisão, Foucault procura acompanhar a jornada histórica das práticas punitivas, associando-as à evolução do sistema carcerário. Ele constata que, após o enfraquecimento da soberania absoluta, o direito e o poder se manifestaram de forma renovada, originando um sistema estável, integrado ao sistema judicial do Estado. Para Foucault, a criação da prisão se deu em três fases distintas:

- Na primeira fase, no século XVII, as prisões coexistiam com outros lugares de punição, como manicômios e asilos;
- Na segunda fase, entre o fim do século XVIII e o início do XIX, a prisão se estabeleceu como a principal forma de penalidade, representando a normalização das ações. Foi nesse período que rolou uma reforma intensa dos sistemas de justiça e penal, que Foucault descreve como uma “sociedade de vigilância e disciplina”, onde a localização das pessoas passou a ser um fator determinante.
- Na terceira fase, com a reforma carcerária, as técnicas disciplinares foram trocadas por um modelo voltado à cura e à reeducação, focando na mudança do comportamento por meio de uma observação constante, porém não visível.

No entendimento de Oksala (2001), a arquitetura das prisões foi planejada com a finalidade de isolar e hierarquizar os indivíduos, com espaços onde todos são vigiados sem que sequer consigam perceber. Referida estrutura arquitetônica, desenvolvida para os presídios, aplicou-se também a outras instituições que exercem o controle social, a exemplo das escolas, hospitais e fábricas. Oksala afirma:

Esses elementos estão presentes no projeto e na construção de diversas instituições modernas, incluindo escolas, hospitais, fábricas e prisões. Vivemos em uma sociedade disciplinar, onde o poder é exercido por meio de uma vigilância difusa, mas anônima (Oksala, 2001, p. 73).

O que Oksala (2001) destaca é que essa nova sociedade disciplinar, implantada entre os séculos XVII e XVIII, instituiu um novo sistema de controle social baseado em diversas técnicas. Esses espaços foram planejados como modelos predeterminados para possibilitar a vigilância constante e disciplinar os indivíduos, mantendo o controle sobre eles de maneira eficiente e invisível.

Nesse contexto, é importante destacar o papel da Igreja nas relações de poder e, consequentemente no controle social.

O Cristianismo, desde suas origens, é conhecido pela sua habilidade de se organizar hierarquicamente, um fenômeno que se estende tanto à sua estrutura institucional quanto às suas práticas religiosas e sociais. Esta característica se evidencia na construção, ao longo dos séculos, de uma cadeia de autoridade claramente estabelecida, que se estende desde as instâncias mais centrais até as mais periféricas, assegurando a unidade doutrinária e a preservação dos princípios que embasam a fé cristã.

A estrutura burocrática da Igreja Católica evidencia claramente essa hierarquia. O papa, como líder supremo da Igreja, desempenha um papel crucial na administração espiritual e administrativa da fé católica. Os cardeais e bispos, abaixo dele, têm um papel crucial na administração das dioceses e na interpretação das orientações eclesiásticas. Por outro lado, os arcebispos supervisionam vastas regiões eclesiásticas, enquanto padres, diáconos e religiosos se encarregam de evangelizar e servir diretamente os fiéis em suas comunidades, atuando como colaboradores dos bispos. Esta estrutura hierárquica, estabelecida através dos séculos, garante a unidade institucional e a aderência às diretrizes do Vaticano, o centro supremo de autoridade católica e organização para toda a comunidade católica.

Apesar da formalização dessa estrutura ao longo dos séculos, a lógica hierárquica do Cristianismo tem suas raízes nas suas raízes. Desde a época de Jesus Cristo, a estrutura comunitária da crença cristã se apresentava de maneira segmentada. Ao selecionar doze apóstolos para serem seus mais próximos seguidores, Jesus criou um núcleo de liderança encarregado de propagar suas palavras e princípios, seguindo uma tradição judaica. A tarefa dos apóstolos era propagar o evangelho em várias áreas, inicialmente no Oriente Médio e, posteriormente, na Europa. O contexto histórico da época favoreceu esse processo, particularmente o fenômeno da Hellenização, que começou com as vitórias de Alexandre Magno. A harmonização cultural e linguística fomentada pelo império helênico criou um cenário favorável para a propagação do Cristianismo, facilitando a disseminação das ideias cristãs entre diversos povos e territórios. No trabalho de Robert Hastings Nichols (1992, p. 24), o escritor tece um comentário pertinente acerca do crescimento da Igreja após o primeiro

século, proporcionando reflexões profundas acerca deste processo histórico e suas consequências.

Entre o ano 100 d.C. e o reinado de Constantino, o Cristianismo alcançou maravilhoso progresso. Em 313, era a religião dominante na Ásia Menor, região muito importante do mundo de então, como na Trácia e na longínqua Armênia. A Igreja se constituía numa influência civilizadora muito poderosa na Antioquia, na Síria, nas costas da Grécia e Mesopotâmia, nas ilhas gregas, no norte do Egito, a província da África, na Itália, no sul da Gália e na Espanha. Era menos forte em outras partes do império, inclusive a Britânia. Era fraca, naturalmente, nas regiões mais remotas, como a Gália central e do norte. Em todas essas regiões a Igreja alcançou povos das mais variadas línguas, que não faziam parte da civilização greco-romana [...] O cristianismo não tinha alcançado somente os limites do império; mesmo o leste da Síria e a Mesopotâmia receberam influência poderosa (Nichols, 1992, p. 34).

O Judaísmo teve um papel crucial na construção do Cristianismo inicial. Numerosas comunidades cristãs iniciais estavam fortemente ligadas à tradição judaica, tornando as sinagogas locais relevantes para a propagação das novas crenças cristãs. Contudo, mesmo com essas origens compartilhadas, o Cristianismo se estabeleceu como uma ruptura com o Judaísmo, principalmente por sustentar como sua base essencial a fé na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, considerado pelos cristãos como o Messias esperado. Esta diferenciação se estabeleceu como um dos componentes fundamentais da identidade cristã, distinguindo-a das demais tradições religiosas daquele período.

Portanto, a estrutura hierárquica do Cristianismo não é somente uma característica institucional, mas também um componente crucial para sua propagação e solidificação ao longo da história. A fé cristã, desde sua origem, se organizou para assegurar a manutenção de seus ensinamentos e a continuidade de sua missão de evangelização. Este modelo hierárquico, inicialmente baseado na liderança apostólica, evoluiu ao longo dos séculos até se transformar na complexa estrutura que temos hoje, com o Vaticano atuando como o núcleo do poder eclesiástico e uma rede de autoridades eclesiásticas encarregadas de gerir e guiar os fiéis globalmente.

A partir do quarto século, o Cristianismo começa a penetrar mais profundamente nas sociedades ocidentais, com a transferência das lideranças religiosas para o Oeste. Essa transferência do poder para Roma é relevante, pois a cidade se torna o núcleo da nova fé, tornando-se assim, propensa a mudanças sociais, políticas e culturais. Por mais de três séculos, o Cristianismo foi uma religião à margem, frequentemente percebida com ceticismo e sujeita a perseguições. Contudo, com o surgimento de Constantino Magno e sua conversão,

em 325 d.C., a Igreja Cristã começa a ser oficialmente reconhecida e estabelecida como a religião oficial do Império Romano.

Segundo Deiros (2005, p. 84), no final do século IV, o monarca Teodósio oficializou a Igreja Católica, estabelecendo-a como a única religião admitida no Império Romano:

Constantino chegou a ser o único imperador do Império Romano a partir de 323, depois de derrotar um de seus opositores, Licínio. No ano 325 fez uma exortação geral para que todo o povo do Império se tornasse cristão. Esta decisão influenciou grandemente a Teodósio o Grande, que começou a reinar em 378, e em 380 colocou o cristianismo como religião oficial do Império Romano.

Esta nova configuração possibilitou a expansão eficiente da propaganda cristã. Ao contrário do Judaísmo, o Cristianismo adota uma perspectiva mais inclusiva, o que favorece seu rápido desenvolvimento. A identidade judaica, profundamente arraigada em aspectos étnicos e culturais, costuma estabelecer limites estritos entre judeus e não-judeus, estabelecendo uma distinção evidente entre “nós” e “eles”. Por outro lado, o Cristianismo, adotando uma perspectiva mais abrangente e humanista, propaga uma mensagem que convida mais indivíduos a se juntarem à sua fé, sem as mesmas restrições severas de aceitação que são características do Judaísmo. Essa característica tornou o Cristianismo uma alternativa mais atrativa para muitos, pois sua proposta monoteísta era mais compreensível e menos burocrática.

A combinação de vários elementos históricos permitiu que o Cristianismo se alinhasse progressivamente com os governos, estabelecendo-se como uma força política e social significativa. Um dos fatores mais importantes foi o aprimoramento da comunicação, um elemento essencial para a propagação de qualquer movimento, particularmente numa época onde a difusão de informações ainda era restrita. A troca de mercadorias e a venda de produtos entre cidades estabeleceram uma rede de interação entre diversos povos e culturas. Esta dinâmica permitiu a interação entre pessoas de várias crenças e práticas religiosas, permitindo um intercâmbio contínuo de conceitos e perspectivas de mundo. Este processo de intercâmbio cultural, além de ser um simples canal de comunicação, se transformou em um terreno propício para a disseminação de novas crenças e ideologias.

Em um período em que as convicções religiosas eram fragmentadas e desordenadas, era comum que as pessoas se envolvessem com aspectos místicos de diversas tradições religiosas, principalmente quando esses elementos eram percebidos como adequados ou em sintonia com as demandas espirituais de cada comunidade. Por outro lado, o Cristianismo

aproveitou essa adaptabilidade religiosa para ampliar sua presença, beneficiando-se da facilidade de adaptação a diversas culturas, mas também utilizando um “plano” bem estruturado, com metas religiosas e políticas bem definidas, que facilitavam sua aceitação em várias áreas. A maior parte do seu sucesso deve-se à sua capacidade de se comunicar eficazmente com o público. A pregação, também conhecida como homilética, tornou-se o principal meio de propagação da mensagem cristã, sendo essencial em um cenário onde a maioria da população era analfabeta.

Ao percorrer diversas cidades, os primeiros cristãos utilizavam a homilética como um meio eficiente de difundir as ideias cristãs e convidar as pessoas a deixarem suas antigas convicções para se juntarem a essa nova fé. De fato, a conversão se torna um dos pilares fundamentais do Cristianismo, simbolizando não somente uma alteração religiosa, mas uma genuína mudança espiritual e existencial. A habilidade de persuadir outras pessoas a aderirem à nova crença foi largamente facilitada pela comunicação verbal, particularmente em um cenário onde o analfabetismo era a regra. A pregação não se restringia a discursos extensos ou complexos, mas frequentemente se baseava em mensagens simples, diretas e de fácil memorização, possibilitando que os convertidos disseminassem a palavra por meio do “boca a boca”. Esta forma de comunicação direta e íntima causou um impacto significativo, pois impactava as pessoas de forma individual, instigando-as a ponderar sobre suas vidas e a possibilidade de um novo modo de enxergar o mundo.

Além da mudança religiosa, a adesão ao Cristianismo implica uma significativa alteração nos valores, emoções e atitudes das pessoas. Portanto, a conversão vai além de simplesmente aderir a uma nova fé, é um processo de reconfiguração da identidade do indivíduo. Ela envolve uma reavaliação do mundo e de si mesmo, uma transformação drástica na forma como se interage com a realidade externa e interna. Esta mudança não acontece instantaneamente, mas é resultado de um processo progressivo que frequentemente implica a superação de uma crise existencial intensa.

A conversão religiosa, entendida como um processo de transformação de vida, está intrinsecamente conectada ao conceito de crise. Em grego, a expressão “krisis” (κρίσις) pode ser traduzida como “separação”, “decisão”, “transformação” e até mesmo uma circunstância de piora ligada a doenças. Todos esses significados evidenciam a natureza paradoxal da crise: ela é um momento de tensão e angústia, mas também um momento de virada, uma chance para transformação e renovação. Frequentemente, a conversão acontece quando a pessoa se encontra numa encruzilhada, confrontada com um dilema existencial ou espiritual, e precisa

“decidir” qual direção tomar. Portanto, a crise se transforma no motor que impulsiona a procura por respostas e pela mudança.

Essa dialética comunicacional da conversão, envolvendo tanto a busca interna quanto externa, é o que confere à experiência religiosa uma intensidade única. Como um processo comunicacional, a conversão permite ao indivíduo encontrar sentido e significado em meio à crise existencial. Ao aceitar o divino e se abrir à fé cristã, o converso passa a redefinir sua relação com o mundo e consigo mesmo. Esse reencontro consigo mesmo é simbolicamente representado pela experiência de êxtase e pela promessa de vida eterna, aspectos centrais na espiritualidade cristã. O pecado, dentro dessa perspectiva, é visto como “ausência de vida”, um estado de desconexão com o divino e com o próprio ser.

Pereira (2006) ressalta que a eternidade é um aspecto da vida divina que não pode ser atribuído a uma pessoa condenada pelo pecado. Por outro lado, a conversão é a vivência na qual o ser humano vivencia a regeneração e o perdão de seus pecados, libertando-se da condenação, sendo salvo do não-ser e desfrutando de uma vida autêntica e transcendental. Portanto, a conversão não se limita a uma mudança religiosa, mas a uma profunda transformação na identidade humana, possibilitando-lhe ultrapassar sua condição de pecado e alcançar um novo estilo de vida, caracterizado pela ligação com o sagrado e pela procura da eternidade.

A conversão religiosa, através do processo de comunicação, é um dos alicerces essenciais para a transcendência e a reestruturação espiritual da pessoa. Este fenômeno não acontece de forma isolada, mas dentro de um contexto mais abrangente de interações sociais, políticas e culturais. Ao crescer no Império Romano, o Cristianismo foi fortemente impactado por diversos elementos que favoreceram sua propagação, ao mesmo tempo que esses elementos foram moldados pela religião em sua busca por legitimidade e aceitação social. Dois fatores principais contribuem para esse processo: a estrutura de comunicação oferecida pela política romana e a mudança da sociedade por meio da conversão.

Segundo Harnack (2005), o primeiro fator é a unidade política estabelecida pelo Império Romano, que assegurou uma estabilidade territorial inédita na história antiga. Ao unificar várias regiões com distintas culturas e tradições, Roma implementou um sistema de comunicação e transporte que possibilitou um fluxo ágil de indivíduos, produtos, conceitos e, consequentemente, de convicções religiosas. As vias romanas, interligadas através do Império, não apenas facilitavam o tráfego militar ou comercial, mas também se transformaram nos meios de propagação do Cristianismo. As jornadas dos apóstolos, como a de Paulo à Ásia Menor, evidenciam claramente a importância da infraestrutura romana para a

propagação da nova fé, possibilitando que suas concepções se interligassem com uma população variada e desunida.

Roma, além de ser um importante centro geográfico e político, também possuía uma cultura de comunicação sofisticada. A troca de ideias, o intercâmbio cultural e a incorporação de práticas religiosas estrangeiras fizeram do Império Romano um ambiente propício para o surgimento de novas doutrinas religiosas. Da mesma forma que os Mistérios de Elêusis e o culto a Mítra obtiveram grande aceitação, o Cristianismo também se integrou a essa trama religiosa e cultural, proporcionando uma nova perspectiva espiritual. Esta inclusão não foi apenas resultado de sua aceitação teológica, mas também de uma estratégia de comunicação eficaz dos seus missionários, que souberam utilizar as oportunidades de interconexão oferecidas pelo Império para tornar a nova fé compreensível para diversos grupos.

Ademais, o *orbis Romanus* - a noção de unidade política e cultural - teve uma importância significativa. Os cristãos começaram a vincular os valores romanos, tais como a noção de unidade social e o direito à cidadania, aos fundamentos de sua crença. A publicidade cristã não se restringia apenas a pregar sobre a salvação e a vida eterna, mas também a fomentar um discurso de unidade, pertença e proteção espiritual, elementos altamente apreciados por uma sociedade acostumada com a estrutura política romana. Esta identificação com os princípios do Império auxiliou no reconhecimento progressivo do Cristianismo não somente como uma religião marginal, mas como uma força espiritual apta a validar e solidificar os alicerces de uma nova estrutura social.

Outro aspecto crucial para a solidificação do Cristianismo foi a ascensão do misticismo e do metafísico nas esferas sociais e filosóficas do Império Romano, particularmente no término da Antiguidade. O século IV e o começo do V foram caracterizados por um aumento na procura por respostas para questões existenciais e espirituais, num cenário de declínio político e crise ética. O pensamento científico e racional da Grécia e Roma começava a ser questionado, enquanto as religiões místicas, com suas promessas de redenção e transcendência, atraíam um número crescente de seguidores. Ao se apresentar como uma religião que combina monoteísmo com a promessa de vida eterna, o Cristianismo encontrou uma chance singular de ampliar sua influência. Oferecer uma perspectiva que englobava tanto uma explicação para o sofrimento humano quanto uma solução espiritual para o vazio existencial dos indivíduos se tornou um atrativo notável, particularmente em uma época em que a crença nas instituições convencionais começava a diminuir.

Também se deve à sua habilidade de provocar uma experiência de conversão profundamente transformadora. No âmbito cristão, a conversão vai além de uma simples alteração de crenças ou práticas; implica uma reestruturação completa do ser, um novo modo de ver o mundo e de se conectar com o sagrado. Este processo de mudança era crucial em um período onde a maioria da população era analfabeta, e a disseminação de ideias dependia de uma comunicação direta e oral. A homilética, a arte de pregar, tornou-se um instrumento crucial para os missionários cristãos, que percorriam as cidades divulgando o Evangelho e angariando novos seguidores. As pregações iam além de simples discursos religiosos; eram, na realidade, momentos de intensa mudança pessoal e coletiva. Portanto, a conversão provocava uma transformação não só no indivíduo, mas também na comunidade, ao implementar um novo conjunto de valores, um novo entendimento sobre o sofrimento, a morte e a promessa de salvação.

Em última análise, a interação entre religião e Estado, particularmente após o Cristianismo se tornar a religião oficial do Império Romano, estabelece um novo cenário onde a Igreja Católica adquire um papel de grande poder e relevância. O cristianismo evoluiu não somente como uma questão de fé individual, mas também como um meio de estruturação social e governamental. A estrutura hierárquica e a burocracia da Igreja, com sua influência espiritual e temporal, contribuíram para solidificar essa ligação entre a religião e o Estado. O Cristianismo, agora predominante, não se restringe mais a proporcionar respostas espirituais aos indivíduos, mas também se transforma em um instrumento de controle social, capaz de estruturar comportamentos, definir regras e penalizar transgressões. Nesta nova configuração, a conversão não só provocava uma mudança pessoal, mas também espelhava a reestruturação da sociedade em geral. A Igreja se tornou um dos principais responsáveis pela preservação da ordem social, empregando seus próprios métodos de comunicação e controle para regular as ações humanas.

Desde que o Cristianismo se estabeleceu como a religião oficial do Império Romano, a Igreja Católica começou a desempenhar não só uma função espiritual, mas também política e social, desempenhando funções que se assemelhavam aos mecanismos descritos por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*. A seção seguinte, denominada “Vigiar e punir na igreja”, se concentrará na avaliação de como a estrutura hierárquica e burocrática da Igreja passou a adotar práticas de monitoramento e disciplina sobre os corpos e mentes dos fiéis. A mudança de fé não era mais apenas uma vivência pessoal, mas também um meio de reorganização social e controle coletivo, onde a Igreja monitorava atitudes, normatizava comportamentos e impunha penalidades simbólicas e reais.

2.2 Vigiar e punir dentro da igreja

Jeremy Bentham, filósofo e jurista inglês, desenvolveu o conceito de panóptico em 1785. Este era um projeto arquitetônico concebido para a supervisão constante dos internos de uma instituição, como presídios, escolas e hospitais, possibilitando que um único observador pudesse supervisionar todas as atividades sem ser notado.

seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara de morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas (Bentham, 2008, p.19-20) .

Bentham, como um pensador do século XVIII, estava situado em um cenário onde as instituições políticas e religiosas exerciam grande domínio sobre as pessoas. Portanto, mesmo não sendo a intenção inicial, o seu projeto arquitetônico pode ser interpretado como uma metáfora da vigilância divina empregada pela Igreja Católica ao longo dos séculos. O cristianismo, especialmente em sua forma católica, sempre atuou com a ideia de um Deus onisciente, que tudo vê e tudo conhece, impondo uma sensação de constante monitoramento sobre os seguidores. A ideia do “olho que tudo vê” e a exigência de prestar contas na confissão sacramental intensificam essa estrutura disciplinar, que, de certa forma, antecipa o princípio do panóptico de Bentham.

Embora Jeremy Bentham tenha introduzido inicialmente o conceito de panóptico, Michel Foucault o aprofunda e cria a ideia do Panoptismo, que se origina no livro “Vigiar e Punir: o nascimento da prisão”. O primeiro caso de monitoramento que Foucault descreve em seu livro sobre o Panoptismo refere-se a uma cidade devastada pela Peste Negra. Neste cenário, contrapondo-se a mistura caótica da peste, o poder disciplinar é evidenciado visto que cada acontecimento é registrado por meio de um trabalho ininterrupto de escrita: No início do capítulo III de *Vigiar e Punir*, o filósofo descreve como, em tempos de surtos epidêmicos, o controle social se intensificava. Durante quarentenas, a administração pública instituía mecanismos rigorosos de supervisão, mantendo um registro estrito dos movimentos dos cidadãos. Hierarquias bem definidas de funcionários desempenhavam papéis específicos, como a distribuição de alimentos e a fiscalização de quem permanecia ou não em suas residências. A fuga das regras estabelecidas era severamente punida, em alguns casos com a pena de morte.

A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão sequestrada e olhada (Foucault, 2004, p. 224).

O panóptico, enquanto modelo disciplinar, organiza-se em torno da ideia de que a visibilidade gera controle. Sua estrutura física consiste em uma construção circular ou em forma de anel, no centro da qual se ergue uma torre de vigilância. A iluminação da torre impede que os prisioneiros enxerguem se há um guarda os observando, o que os obriga a comportar-se como se estivessem sempre sob supervisão. Como Foucault aponta, essa incerteza gera um estado de visibilidade permanente que assegura o funcionamento automático do poder:

Daí o efeito mais importante: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Este espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos em um lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído [...] – tudo isso constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (Foucault, 2004, p. 163).

A conexão entre o panóptico e a estrutura disciplinar da Igreja Católica fica clara ao analisarmos os métodos de regulação do comportamento dos fiéis ao longo da história. A confissão auricular, estabelecida de maneira sistemática no Concílio de Latrão IV (1215), ilustra claramente como a Igreja estabeleceu um sistema de vigilância espiritual, onde o indivíduo não só era monitorado, mas também incentivado a se tornar um guardião de si mesmo. Da mesma forma que no panóptico, onde o detento assimila a vigilância e passa a agir como se estivesse constantemente sob observação, a confissão favorece a autodisciplina da conduta moral.

Além disso, a própria organização da Igreja baseia-se em uma hierarquia estrita, que garante a supervisão contínua dos membros da comunidade eclesástica. Padres estão submetidos a bispos, que por sua vez respondem ao Papa, e essa cadeia de autoridade reflete o modelo de poder disciplinar descrito por Foucault. A normatização da vida religiosa, as regras monásticas e as doutrinas sobre o pecado e a redenção reforçam a ideia de um controle minucioso sobre os corpos e as almas dos fiéis.

Portanto, ainda que Bentham tenha concebido o panóptico como um modelo arquitetônico de vigilância, sua aplicação transcende o espaço prisional e encontra paralelos nas práticas institucionais da Igreja. A disciplina religiosa, operando por meio da confissão, da vigilância moral e da hierarquia clerical, configura-se como um sistema de poder em que a onipresença divina se traduz em mecanismos concretos de controle, que moldam o comportamento individual e coletivo.

O Panóptico torna-se, dentro de uma lógica de poder, um instrumento altamente eficaz, pois a sensação de vigilância constante, ao menos na teoria, conduz o indivíduo vigiado a uma internalização das regras impostas, moldando seu comportamento e limitando suas ações dentro dos padrões estabelecidos. Jeremy Bentham, ao conceber o Panóptico, empregou um recurso essencial para o funcionamento desse dispositivo: o poder visível, mas inverificável. Isso significa que o detento tem plena consciência de que está sob constante observação, mas não pode determinar quando e por quem está sendo vigiado. A incerteza quanto à presença do vigia, paradoxalmente, potencializa o controle, pois a simples possibilidade de estar sob escrutínio faz com que o prisioneiro regule suas próprias atitudes, garantindo, assim, o funcionamento automático do poder disciplinar.

A aplicação desse conceito na estrutura eclesiástica revela-se de forma bastante semelhante. A Igreja, ao longo dos séculos, estabeleceu um sistema de vigilância que, tal como no Panóptico, não necessita de um observador constante para ser eficaz. A figura de Deus, onisciente e onipresente, assume esse papel de vigilância suprema. O fiel é instruído desde a infância que todas as suas ações, pensamentos e intenções estão sob a vigilância divina, e que, ao término da vida, responderá por seus atos. A falta de uma visualização tangível da fiscalização não atenua seu impacto, ao contrário, o intensifica: se Deus está em toda parte e monitora cada movimento, qualquer transgressão às regras definidas pode levar a penalidades.

O temor do além, da condenação perpétua e do afastamento de Deus atuam como mecanismos de punição neste sistema. O Capítulo 16, versículo 16 do Livro de Marcos ilustra bem essa lógica ao declarar: “Aquele que crer e for batizado será salvo, mas aquele que não crer será condenado”. Portanto, a doutrina cristã cria uma dinâmica binária de recompensas e penalidades, que reverbera diretamente nos mecanismos disciplinares estudados por Foucault. O detento que não se insurge tem certas vantagens, como comida e sol. Por sua vez, aquele que desafia o sistema pode enfrentar penalidades severas. Igualmente, o devoto que adere aos mandamentos da Igreja e vive de acordo com os princípios cristãos tem a garantia de salvação, enquanto o transgressor se depara com a condenação perpétua.

No entanto, a atuação da Igreja na regulamentação das condutas não ocorre de maneira uniforme ao longo da história. Por exemplo, durante a Inquisição, sua intervenção disciplinar era clara e ostensiva, impondo penalidades físicas a quem fosse visto como herege. Qualquer desvio das normas estabelecidas poderia resultar em penalidades severas, como a pena capital. Em várias situações, razões triviais eram suficientes para a perseguição, como o fato de uma pessoa ser canhota ou possuir cabelos ruivos, características que, em certas épocas, eram vinculadas a aparições demoníacas. Nos séculos em que reis e papas governavam conjuntamente, a supervisão era muito mais palpável, uma vez que os inquisidores e representantes do clero estavam presentes fisicamente para garantir a adesão à doutrina.

Com a diminuição da influência direta da Igreja no Estado, particularmente após o Iluminismo, sua tática disciplinar se tornou mais delicada e culturalmente assimilada. A Igreja diminuiu sua influência política oficial, porém manteve sua influência na formação moral e ética das sociedades do ocidente. Os princípios cristãos, tais como a honestidade, a benevolência e a submissão, persistiram na estruturação do comportamento humano, atuando como uma ferramenta disciplinadora de ampla abrangência.

No entendimento foucaultiano de poder, se Deus é o personagem que se posiciona no cume da torre do Panóptico, exercendo uma vigilância constante e inquestionável, a Igreja pode ser vista como o meio de garantir que essa vigilância produza um impacto real nos fiéis. Assim, podemos estabelecer uma comparação entre o papel da Igreja e o do carrasco nas execuções públicas de séculos anteriores. Um caso emblemático disso pode ser visto na obra “Demonomania dos Feiticeiros” (1586), de Jean Bodin, onde indivíduos comuns, como médicos e videntes, eram rotulados como bruxos e, conseqüentemente, sentenciados à pena capital.

Assim, observa-se que as táticas de supervisão e disciplina da Igreja, mesmo em épocas diferentes, preservam um núcleo comum: a regulamentação do comportamento por meio do temor de penalidades e da garantia de recompensa, estabelecendo-se como um dos mecanismos de poder mais eficazes na história humana.

Na estrutura disciplinar da Igreja, Deus desempenha simultaneamente as funções de soberano absoluto e guardião onipresente, ao passo que a Igreja é um instrumento burocrático que garante a adesão às suas orientações e mantém sua influência sobre os fiéis. No núcleo deste sistema de controle, mecanismos de autoridade são utilizados para intensificar a disciplina e formar subjetividades, assegurando que a supervisão ultrapasse as fronteiras físicas das instituições religiosas. O confessionário é uma dessas ferramentas essenciais,

atuando como um local onde a pessoa é incentivada a reconhecer e expressar seus erros, reforçando sua submissão às regras morais e doutrinárias estabelecidas pela Igreja.

Ao comparecer à confissão, o devoto não só reconhece seus pecados, mas também reafirma a autoridade da Igreja como intermediária entre Deus e o ser humano. A confissão não é somente um processo de purificação espiritual, mas também uma ferramenta que possibilita à instituição exercer controle sobre os pensamentos, anseios e atitudes individuais. O penitente não só se submete à escuta do sacerdote, como também assimila a importância da supervisão, tornando-se, assim, um observador de suas próprias ações. O dispositivo opera de maneira tão eficiente que a estrutura do confessionário espelha a lógica do panoptismo: é um espaço delimitado e hierarquizado, onde o sacerdote permanece na obscuridade da cabine, enquanto o fiel se ajoelha do lado de fora, diante da pequena cerca que permite a comunicação apenas através da voz. Esta disparidade espacial intensifica a percepção de que quem julga está oculto, porém totalmente ciente das infrações praticadas.

A confissão não se limita ao ato de confessar pecados e aceitar uma reparação. O seu impacto disciplinar perdura na vida diária da pessoa, que precisa não só reparar as repercussões de suas ações, mas também reiterar continuamente seu compromisso com os princípios e normas estabelecidos pela entidade religiosa. A penitência imposta pelo sacerdote, seja através de uma série de preces, um jejum ou uma ação de reparação, atua como um meio de reforçar a autoridade eclesiástica. A noção de que é crucial confessar-se regularmente e buscar o perdão divino enfatiza a importância de um estado constante de auto-monitoramento, onde o devoto começa a monitorar-se para não cometer falhas.

Esta prática se estabeleceu ao longo da história da Igreja como um dos mecanismos de controle social mais eficientes. Em épocas de forte influência da Igreja sobre o Estado, a confissão não era somente um recurso para orientação espiritual, mas também uma ferramenta de monitoramento da comunidade. Por exemplo, durante a Inquisição, o ato de confessar poderia estar associado a um processo inquisitório, onde as informações relatadas poderiam se transformar em evidências contra o próprio arrependido ou contra terceiros. A confissão, então, não era apenas um ritual religioso, mas um elemento inserido em um sistema de vigilância e punição.

Além do confessionário, outros dispositivos foram criados para sustentar essa lógica disciplinar. Por exemplo, a catequese introduz as crianças desde tenra idade na prática da confissão, ensinando-lhes a responsabilidade por suas ações e a manter uma atitude de submissão perante a autoridade do sacerdote. Os retiros espirituais, os testes de consciência e os sermões de domingo desempenham funções semelhantes, reforçando a vigilância divina e a

importância de seguir os preceitos religiosos. Portanto, a Igreja estabelece um sistema onde o indivíduo não apenas adere externamente às regras, mas também assimila a necessidade de cumpri-las, desenvolvendo uma conduta disciplinada mesmo na ausência de uma autoridade visível.

Este modelo disciplinar, que se solidificou através dos séculos, gerou figuras representativas na tradição católica. O culto a santos que dedicaram suas vidas à escuta dos fiéis nos confessionários demonstra como essa prática se tornou central na espiritualidade cristã. Por exemplo, São Leopoldo Mandic recebeu o título de herói da confissão por sua incansável dedicação ao cuidado dos penitentes. A sua trajetória demonstra como a Igreja estabeleceu o papel do confessor como um elemento crucial na preservação da ordem e da disciplina moral, convertendo o ato de confessar em um ritual crucial para a consolidação do poder eclesiástico.

A internalização da vigilância, impulsionada por práticas como a confissão, possibilita que a influência religiosa ultrapasse as barreiras do espaço físico das igrejas e mosteiros. A experiência de estar constantemente sob a vigilância divina faz com que o devoto se transforme em seu próprio guarda-costas, fortalecendo a ideia do panoptismo. Portanto, a Igreja não precisa manter uma vigilância constante e ostensiva sobre seus fiéis, pois a estrutura do seu sistema disciplinar assegura que as pessoas adotem as normas e as repliquem de forma espontânea em suas ações.

Durante séculos, este padrão de poder desenvolveu maneiras de se ajustar às mudanças sociais, persistindo mesmo em cenários de secularização e alterações culturais. Embora a influência da Igreja tenha diminuído em diversos aspectos da vida pública, a estrutura disciplinar de sua estrutura ainda está em funcionamento, expressando-se em diversas áreas do dia a dia e reforçando sua função na construção das subjetividades.

A lógica do Panóptico não se limita apenas à estrutura da Igreja e ao ritual de confissão, mas também se estende à relação pessoal do crente com Deus. No modelo de arquitetura proposto por Bentham, o guarda detém um privilégio absoluto: vê sem ser notado, controla sem que sua presença precise ser constantemente confirmada. A efetividade deste instrumento de poder está precisamente na incerteza da vigilância, pois, ao se sentir constantemente vigiado, o indivíduo se disciplina a si mesmo. Esta estrutura está fortemente alinhada à visão monoteísta de Deus nas três principais religiões abraâmicas - judaísmo, cristianismo e islamismo.

O Deus dessas tradições possui qualidades que o posicionam no topo da hierarquia espiritual e moral: é onisciente, pois detém conhecimento completo sobre todas as ocorrências

do universo, incluindo os atos, pensamentos e intenções de cada indivíduo; é onipresente, tendo em vista que ultrapassa o tempo e o espaço, estando em todos os lugares ao mesmo tempo. Estes atributos tornam Deus o símbolo supremo de vigilância e julgamento, estabelecendo sua autoridade de forma inquestionável.

Essa visão se fundamenta nos textos sagrados e nas tradições religiosas que, ao longo dos séculos, influenciaram o comportamento dos devotos. No cristianismo, os Dez Mandamentos, dados por Deus a Moisés conforme a narrativa bíblica de Êxodo (20:1-17), estabelecem um código de ética e social que estabelece os limites do comportamento aceitável. A adesão a essas regras não é uma opção, mas uma obrigação incondicional para quem aspira à salvação. O desrespeito a esses princípios não só resulta em penalidades terrenas, frequentemente intensificadas pelas instituições religiosas e pelas sociedades que se apoiam nessas tradições, mas também na condenação eterna, um castigo que vai além da própria existência humana.

No entanto, a lógica da supervisão divina vai além da imposição de normas e do risco de punição. Ao contrário do guarda do Panóptico, cuja principal responsabilidade é garantir a observância das regras e impor penalidades aos infratores, Deus também desempenha a função de juiz compassivo. No cristianismo, particularmente, a chance de arrependimento e perdão é um dos aspectos fundamentais da doutrina. O fiel que se desvia tem a possibilidade de ser redimido, contanto que admita sua culpa e realize os rituais de perdão estabelecidos pela Igreja. Esta dinâmica intensifica a internalização da disciplina, pois a concepção de um Deus vigilante e equitativo, apto a premiar ou penalizar, leva a pessoa a um estado de autoavaliação contínua e procura por conformidade.

A dimensão subjetiva dessa conexão com o sagrado é um dos elementos que fazem deste sistema de controle uma ferramenta de controle extremamente eficiente. No Panóptico, a dúvida sobre a presença do vigia faz com que as pessoas se comportem como se estivessem constantemente sob vigilância. Igualmente, a fé na onisciência divina leva o devoto a vigiar-se, prevenindo não só ações reprováveis, mas também pensamentos e anseios que possam ser vistos como impuros ou pecaminosos. A concepção de que Deus não só monitora as atividades externas, mas também conhece os desejos mais profundos de cada indivíduo, expande a abrangência do controle religioso para o domínio da subjetividade, influenciando não somente as ações, mas também as consciências.

Esta organização disciplinar se apresenta de várias maneiras ao longo da história. Durante os períodos em que a Igreja possuía influência política direta, a supervisão dos fiéis era aprimorada através de tribunais religiosos e instrumentos de coação, como a Inquisição.

Em épocas recentes, com a separação entre a Igreja e o Estado, a supervisão divina ainda é eficaz, porém sua efetividade deriva da própria assimilação dos dogmas e da fé na onisciência divina. Assim, o fiel torna-se um participante ativo na preservação da disciplina, vigiando constantemente suas ações e pensamentos em prol da obediência à religião.

Este modelo de autoridade, fundamentado na noção de um Deus que tudo observa e pode julgar a qualquer instante, não só garante a autoridade das entidades religiosas, mas também forma profundamente a moral e a cultura das sociedades afetadas pelo monoteísmo. A concepção de certo e errado, a organização dos sistemas legais e até mesmo as ideias de culpa e responsabilidade pessoal são profundamente influenciadas por essa lógica disciplinar. Assim, mesmo em sociedades progressivamente mais secularizadas, o princípio da supervisão divina persiste como influência, mesmo que seja reinterpretado em variados contextos e práticas sociais.

No âmbito do pensamento de Michel Foucault, a crítica ao adestramento humano é determinante para a compreensão da dinâmica do poder nas sociedades atuais. Segundo Foucault, a contínua observação e a disciplina social provocam um processo de internalização das normas, onde as pessoas, através de um controle psicológico ininterrupto, passam a ser não só observadas, mas também responsáveis por suas próprias ações. Este processo de autocontrole é percebido como um mecanismo de adestramento que, apesar de eficaz na obtenção de conformidade, não está livre de resistência. Esta resistência, frequentemente sutil, surge quando o poder não é exercido de maneira clara e direta, mas através de normas internalizadas, que frequentemente se tornam invisíveis e inatas aos indivíduos.

Contudo, dentro do cenário religioso, a dinâmica do adestramento se manifesta de forma distinta. No Brasil, a religião está passando por um processo de adaptação que espelha as tensões entre poder e liberdade. A maioria dos detentos brasileiros adere ao cristianismo, seja no catolicismo ou no protestantismo. No entanto, essa adesão religiosa não deve ser vista simplesmente como uma aceitação incontestável da moral cristã. Conforme os censos do IBGE conduzidos em 2000 e 2010, observou-se uma redução no número de católicos e um aumento expressivo de evangélicos, particularmente os pentecostais, o que evidencia uma transformação na configuração religiosa do país. Apesar de ainda ter um impacto, a religião não é mais percebida como um impedimento moral imediato, como poderia ter sido no passado.

Isso ocorre pois, na sociedade contemporânea, a ideia de castigo divino perdeu grande parte de sua eficácia como mecanismo de dissuasão instantânea. A vida de muitos indivíduos, incluindo os privados de liberdade, é guiada pela busca de respostas imediatas para seus

questionamentos. Crimes como roubo ou homicídio necessitam de uma resposta rápida, e a promessa de punição futura não parece exercer o mesmo efeito de controle social que exercia anteriormente. Além disso, a participação religiosa dos prisioneiros pode estar associada a interesses pragmáticos, como a obtenção de benefícios no sistema prisional.

Também deve-se levar em conta o tipo de moralidade que o sistema religioso impõe, que ao longo dos séculos tem se mostrado adaptável às circunstâncias sociais e políticas de cada período. A religião, particularmente o catolicismo, sempre se adaptou às mudanças sociais e nunca teve uma atuação monolítica. Ao longo da história, a Igreja Católica sofreu um processo de secularização progressivo, particularmente após o declínio da relação entre a Igreja e o Estado. Por exemplo, no século XVI, a simples posse de um livro do *Index Librorum Prohibitorum* poderia resultar na morte por fogueira, evidenciando o controle absoluto da Igreja sobre a moral e as convicções das pessoas. Contudo, ao longo do tempo, as penalidades tornaram-se mais ideológicas e menos diretas, seja através de exílio religioso, como a excomunhão, ou por meio de práticas de penitência, como a repetição repetida de orações tradicionais, substituindo castigos físicos e mais severos.

Este processo de adaptação demonstra que a religião, ao invés de ser apenas um limitador moral, é um terreno onde diversas interpretações e práticas emergem em resposta às demandas e demandas da sociedade. Por exemplo, a prática da confissão, apesar de ainda ser percebida como um meio de controle moral, também evidencia uma transformação na perspectiva da Igreja acerca do pecado e da punição. No cenário contemporâneo, a confissão não resulta em punições severas como na época da Inquisição, mas ainda desempenha um papel de destacada importância na formação da moralidade do devoto. Assim, a religião, em diversos períodos históricos, foi influenciada por transformações sociais, políticas e econômicas, tornando-se um componente dinâmico e flexível, ao invés de ser apenas um instrumento de controle.

No final das contas, o método de adestramento sugerido por Foucault, apesar de eficiente em diversos setores da sociedade contemporânea, se depara com uma complexidade maior no âmbito religioso, onde a moral e o poder são constantemente negociados e reinterpretados. Ao contrário da disciplina estritamente voltada para a obediência, a religião proporciona uma dimensão de liberdade e autonomia moral, que é continuamente redesenhada pelos indivíduos e pelas entidades religiosas. Portanto, a interação entre autoridade e liberdade, entre disciplina e fé, persiste como um dos aspectos mais intrigantes e desafiadores na avaliação das sociedades atuais, particularmente em cenários de marginalidade, como o sistema carcerário.

O vínculo entre religião e poder social, particularmente no âmbito das religiões monoteístas - judaísmo, cristianismo e islamismo - pode ser aprofundado através da análise do conceito de panóptico, proposto por Jeremy Bentham e posteriormente refinado nas ponderações de Michel Foucault. Este conceito ilustra um sistema de vigilância em que a existência de um observador invisível leva as pessoas a alterarem seu comportamento, pois nunca têm certeza de quando ou se estão sendo monitoradas. Nas religiões monoteístas, Deus assume o papel de guardião, e os humanos, como observadores, são obrigados a aderir às normas divinas em um sistema de recompensas e castigos, conforme estabelecido nas escrituras sagradas. Este modelo de monitoramento, apesar de eficiente em contextos históricos de sociedades menos complexas e com menor mobilidade social, parece ter perdido eficácia nas sociedades contemporâneas, onde a diversidade religiosa e a variedade de crenças questionam as regras pré-definidas.

A ideia de que a religião atua como o principal controle moral sobre as ações humanas, particularmente em relação à criminalidade, também está em debate. A declaração de José Luiz Datena, um famoso apresentador de televisão, de que “aqueles que cometem crimes não possuem Deus no coração”, demonstra uma compreensão simplista e simplificada das conexões entre delitos, moralidade e fé. Esta visão parece ignorar as complexidades do sistema religioso e social atual. Por exemplo, em um estudo sobre a população prisional do Brasil, 88,8% afirmam ser cristãos, demonstrando que a crença em si não assegura a conformidade moral, nem impede ações vistas como pecaminosas ou criminosas. Numerosos, em ambientes como o sistema prisional, podem optar por uma adesão superficial ao cristianismo, guiados por interesses institucionais, tais como vantagens dentro do sistema prisional, ao invés de um compromisso genuíno com os princípios da fé. Isso nos faz questionar a efetividade do modelo panóptico como instrumento de controle social moral, particularmente em um contexto onde as intenções podem ser disfarçadas ou usadas para fins escusos.

Ao analisar detalhadamente as várias vertentes do cristianismo, notamos que a utilização do conceito de panóptico não é uniforme, mas se manifesta em diversas intensidades e formas. O ato de confessar-se, uma das práticas fundamentais da Igreja Católica, demonstra de maneira evidente a dinâmica de controle e vigilância implementada pela religião. No cenário da confissão, o sacerdote assume um papel intermediário entre o guardião (Deus) e o vigiado (o fiel), tornando-se, assim, um guardião da torre. O padre observa, mas não é observado. Sua autoridade, porém, vai além da simples escuta dos pecados do fiel: ele também tem o poder de aplicar punições, como a penitência, com o objetivo de

proporcionar a redenção do penitente. Esse ritual revela como o sistema religioso, mesmo sendo orientado por princípios de fé e moralidade, também carrega consigo uma lógica de controle social que reflete uma dinâmica de poder. Este sistema, além de proporcionar a remissão de pecados, também assegura a manutenção de uma hierarquia de poder dentro da Igreja, consolidando a autoridade e o controle sobre os fiéis. Nesse contexto, o padre assume um papel de mediador não apenas espiritual, mas também disciplinar, estabelecendo e reforçando normas que regem o comportamento do indivíduo.

A ideia de que a vigilância divina nunca pode falhar é uma construção essencial para a manutenção da autoridade de Deus, como ser absoluto e soberano. Se Deus deixasse de observar seus fiéis, perderia sua condição de vigia supremo e deixaria de ser Deus, no sentido tradicional da fé monoteísta. Essa lógica não só fundamenta a estrutura religiosa, mas também a estrutura de poder que as religiões monoteístas exercem sobre os indivíduos. No entanto, ao considerarmos a aplicação prática do panóptico, é evidente que ele apresenta limitações. A religião, como qualquer dispositivo de controle social, não é capaz de assegurar uma disciplina total e infalível. Como Michel Foucault nos ensina, todo sistema de poder deixa uma margem de incerteza, o que implica que, no cotidiano, os indivíduos podem escapar ao controle religioso e cometer atos contrários à moral religiosa, como homicídios, furtos ou fraudes. Esses “intervalos divinos”, nos quais a moralidade religiosa parece ser transgredida, indicam que a sociedade baseada nesse modelo de controle é, de fato, uma sociedade disciplinar utópica, ou seja, uma sociedade na qual o controle total sobre os indivíduos é algo impossível de ser alcançado. A noção de “livre-arbítrio”, nesse sentido, surge como um meio de justificar essas transgressões, permitindo que o ser humano, em sua experiência cotidiana, se distancie das normas religiosas de maneira temporária.

A falha do panóptico, então, não está apenas em sua incapacidade de controlar totalmente os comportamentos, mas também no fato de que, ao longo do tempo, a aplicação de sua lógica tornou-se mais flexível e adaptável. A religião, enquanto aparato de controle social, não só permanece uma estrutura de vigilância, mas também se reinventa para manter sua relevância e eficácia no mundo contemporâneo. As práticas religiosas, que antes eram restritas a encontros presenciais, como missas e cultos, agora se estendem ao âmbito digital. A televisão, as plataformas de streaming e outras mídias proporcionam uma forma de “panóptico invertido”, onde os vigiados podem ver sem serem vistos, alterando a dinâmica de controle social tradicional. Nesse contexto, a vigilância religiosa não se dá mais pela imposição direta de regras, mas pela sedução e fascinação das imagens e mensagens transmitidas.

Essa transformação do panóptico para um modelo digital não se limita a cultos e celebrações públicas, mas se expande para outras áreas da prática religiosa. Um exemplo disso é o aplicativo “Confession: A Roman Catholic App”, lançado pela Apple em 2010, com a aprovação de bispos e padres especialistas, que oferece uma versão digital do ritual da confissão. O aplicativo orienta o fiel passo a passo: exame de consciência, arrependimento, firme propósito de emenda, confissão, absolvição e até a penitência. Esta inovação digital evidencia a atualização do panóptico religioso, ajustando-se às novas formas de comunicação e às demandas de uma sociedade influenciada pela tecnologia. Apesar de o aplicativo não substituir a experiência presencial da confissão, ele mantém a estrutura de controle e organização do tempo e das ações dos fiéis, evidenciando que o papel disciplinar da religião persiste, mesmo em um mundo digital.

Para concluir, o panóptico, ao invés de ser uma estrutura de controle obsoleta, se ajusta às novas circunstâncias sociais e tecnológicas para manter sua função disciplinadora. A religião, enquanto instrumento de controle social, atravessa uma transformação que espelha as transformações na sociedade atual. A utilização de plataformas digitais, como a televisão e aplicativos para dispositivos móveis, evidencia a adaptação das práticas religiosas às novas formas de comunicação e controle. Simultaneamente, essas modificações expõem as restrições do sistema de monitoramento religioso, destacando que a disciplina religiosa, tal como qualquer sistema de autoridade, lida com desafios e contradições na tentativa de regular as ações humanas. Portanto, o panóptico persiste como uma metáfora pertinente para compreender a complexa interação entre religião, poder e controle social. No entanto, ele se apresenta de maneiras novas e intrincadas, espelhando as transformações culturais e tecnológicas do mundo contemporâneo.

Neste capítulo, é examinada a filosofia de Michel Foucault, dando ênfase à conexão entre poder, subjetividade e mecanismos disciplinares. A proposta de Foucault questiona as ideias convencionais sobre a maneira como os indivíduos são formados e administrados através de relações de poder. Foucault, ao contrário da visão que vê o poder apenas como repressivo, defende que ele também é produtivo, contribuindo para a formação das subjetividades e a construção de conhecimentos que influenciam a experiência humana. No âmbito da Igreja Católica, ao longo da história, foi implementado um intrincado sistema de supervisão espiritual, que não só estabelecia normas e dogmas, mas também estimulava a autogestão dos fiéis. Este processo, em que o indivíduo se torna consciente de si mesmo, se assemelha ao conceito do panóptico, um conceito fundamental na obra de Foucault.

Conforme descrito por Jeremy Bentham e reinterpretado por Foucault, o panóptico é um modelo arquitetônico e disciplinar onde a sensação de constante vigilância induz o indivíduo a modificar seu comportamento, mesmo sem uma supervisão direta. Durante séculos, a Igreja estabeleceu mecanismos parecidos, onde os fiéis não só eram observados, mas também assimilavam a necessidade de autoavaliação e confissão. Nesse contexto, a prática confessional ilustra um mecanismo de poder que não funciona através de coerção direta, mas pela formação de um sistema onde o indivíduo se sente compelido a avaliar e registrar suas próprias ações, aderindo à norma instituída. A confissão não só intensifica a disciplina moral, como também estabelece uma tecnologia de subjetivação, onde a identidade do sujeito é formada por um discurso de verdade produzido e validado por entidades religiosas.

Assim, a análise da subjetividade no pensamento de Foucault mostra como mecanismos de poder e conhecimento moldam a constituição dos indivíduos ao longo da história ocidental. O pensador evidencia que as formas de subjetivação não são imutáveis ou inatas, mas sim reflexos históricos das relações de poder que permeiam diversas épocas e contextos sociais. Portanto, a subjetividade não é um elemento fundamental, mas uma criação que surge do cruzamento entre práticas disciplinares, padrões culturais e discursos de verdade. Ao analisar essa construção, Foucault instiga a questionar as formas estabelecidas de subjetividade e a explorar novos caminhos de existência e resistência frente às forças que controlam e estruturam nossas vidas.

Esta avaliação requer um estudo detalhado da trama da subjetivação ocidental, pois Foucault não retrata a constituição dos indivíduos como um processo linear, mas como uma série de mudanças profundas e interligadas. Na sua perspectiva, os variados sistemas de poder e conhecimento são apresentados como estruturas dinâmicas que influenciam as vivências humanas de diversas formas ao longo da história. O pensador não só reconhece os mecanismos que moldam a subjetividade, como também ressalta a chance de rupturas e reinvenções nesse contexto de forças. Portanto, sua pesquisa vai além de uma mera reconstrução histórica e adquire um caráter problematizador, possibilitando o entendimento de que os processos que estabelecem a interação do indivíduo com o mundo e com ele próprio.

Adicionalmente, Foucault apresenta o termo “veridicção”, que se refere à criação da verdade em um determinado sistema de poder. De acordo com ele, a verdade não é um fato absoluto, mas um resultado das relações de poder que estabelecem quais discursos são aceitos e quais são marginalizados. Na esfera da subjetividade, a veridicção tem um papel crucial, uma vez que controla as maneiras como as pessoas manifestam sua identidade e criam

narrativas sobre si mesmas. Por exemplo, a confissão atua como um mecanismo de veridicção, uma vez que estabelece um modelo de subjetividade onde o indivíduo é solicitado a expressar sua verdade dentro de uma estrutura normativa previamente definida. Foucault, ao identificar esse processo, não só desvenda os processos de sujeição que atuam na formação dos indivíduos, mas também indica a possibilidade de resistência através do desenvolvimento de novas formas de subjetividade e novas práticas de vida.

Em última análise, o espetáculo do mundo se estabelece por meio do método foucaultiano de contar histórias, cuja ênfase não se limita à descrição dos mecanismos de poder, mas também à compreensão das circunstâncias que possibilitaram o surgimento de certas subjetividades. Segundo Foucault, a vivência do que somos atualmente não pode ser separada dos discursos, práticas e sistemas de poder que nos precederam. Sob essa ótica, o desafio é reconhecer as estruturas que nos formam e, a partir delas, identificar rotas de resistência e mudança. Foucault, ao traçar os processos históricos que formaram a subjetividade ocidental, não só revela as armadilhas do poder, mas também propõe que podemos sempre nos reinventar, criar novos modos de ser e escapar, pelo menos em parte, dos dispositivos que nos aprisionam.

2.3 O surgimento da subjetividade na antiguidade

Na Antiguidade, surge um ponto crucial de mudança na compreensão da subjetividade humana, estabelecendo uma nova visão do indivíduo dentro das estruturas sociais e culturais daquele período. Michel Foucault examina o conceito de “cuidado de si”, que inicialmente desempenha um papel crítico em relação à moral e à formação da subjetividade contemporânea, em vez de reivindicar um princípio ético.

De acordo com Foucault, a história da moralidade ocidental sofre uma ruptura entre os séculos I e II da era cristã. Esta transformação é demonstrada pela mudança de uma forma de interação consigo mesmo, chamada “uso dos prazeres” pelos gregos do período clássico, para um enfoque em “decifrar o desejo” na filosofia do período imperial romano.

Mais tarde, nos séculos IV e V, vemos uma nova mudança nas práticas de cuidado de si cristão, onde o cuidado de si se entrelaça com o poder pastoral, exigindo uma verdadeira “abnegação de si” para que esse cuidado aconteça. As reflexões de Foucault destacam como as práticas de autoconhecimento e de cuidado de si evoluíram ao longo da história, revelando as complexidades da subjetividade e sua conexão com o contexto social e cultura.

A ideia de “cuidado si” se apresenta como um componente crucial para compreender a trajetória intelectual de Michel Foucault em seus últimos anos, a partir dos anos 1980. Esta concepção não só teve um papel fundamental em um dos cursos mais famosos de Foucault no Collège de France, chamado “A Hermenêutica do Sujeito”, como também foi o título do seu último livro publicado em vida, “O Cuidado de Si”. Este terceiro volume de sua “História da Sexualidade” inacabada consumiu grande parte do seu tempo e energia intelectual desde os anos 70 até os seus dias finais, quando ele revisava as revisões finais dos dois volumes anteriores, lançados em junho de 1984, pouco antes de seu falecimento no Hospital da Pitié-Salpêtrière em Paris.

Antes de aprofundar no estudo das táticas empregadas na criação do conceito de cuidado próprio, é crucial analisar como Foucault procura esclarecer o cenário onde o princípio do cuidado próprio se manifesta. Este princípio não só se destaca como um alicerce filosófico, mas também simboliza uma continuidade técnica das discussões acerca das “práticas de transformação do eu” na Antiguidade Grega.

Segundo Foucault, para que se compreenda completamente o princípio do cuidado consigo mesmo, precisamos investigar o que significa “preocupar-se consigo mesmo”. Na Grécia Antiga, o conceito de “preocupação consigo mesmo”, representado pelo termo grego *heautou epimeleisthai*, era frequentemente utilizado nos diálogos socráticos, ganhando notoriedade particularmente através das obras de Platão. Foucault defende que essa prática era predominante em um contexto político particular, marcado por um pequeno grupo de jovens aristocratas em Atenas. Devido à sua posição privilegiada, esses indivíduos eram vistos como “os primeiros da cidade” e tinham a intenção de exercer autoridade sobre a cidade e seus habitantes: “Jovens que, desde a mocidade, são devorados pela ambição de prevalecer sobre os outros, sobre seus rivais na cidade, assim como sobre seus rivais de fora da cidade, em suma, de passar a uma política ativa, autoritária e triunfante” (Foucault, 2006, p. 55).

Foucault começa sua investigação com o texto de Platão. Na realidade, Platão aborda esse tema em seus primeiros diálogos, também chamados de diálogos socráticos. Um exemplo disso é o termo “Primeiro Alcibiades”, empregado por Foucault, que explora essa questão de forma mais detalhada. O diálogo descreve uma conversa entre Sócrates e Alcibiades, um jovem aristocrata ambicioso que aspira a ocupar a posição mais elevada no governo de Atenas. Ele tem a intenção de fornecer orientações aos atenienses na assembleia sobre assuntos ligados à guerra e à paz da cidade, tópicos intimamente associados aos princípios de justiça e injustiça.

Portanto, durante a conversa, o principal objetivo é estabelecer o que é visto como justo e injusto. Esta pesquisa abrange a análise do belo e do feio, do benéfico e do prejudicial, do bom e do mau, e a relação desses conceitos com a justiça e a injustiça. Sócrates revela a Alcibiades que possui limitado entendimento sobre esses tópicos; no entanto, esses temas são fundamentais para a prática política. Nesta etapa, Sócrates distingue três categorias de pessoas: as que possuem conhecimento, as que reconhecem sua ignorância e as que acreditam saber, mas na realidade não sabem. Alcibiades é reconhecido por Sócrates como integrante deste último grupo, e é exatamente a partir dessa constatação que Sócrates, mais tarde, aborda o assunto do cuidado pessoal:

Não se pode governar bem os outros, não se pode transformar os próprios privilégios em ação política sobre os outros em ação racional, se não se está ocupado consigo mesmo. Entre privilégio e ação política, este é, portanto, o ponto de emergência da noção de cuidado de si (Foucault, 2006, p. 49).

Ele percebe que, nos diálogos de Sócrates, a crítica à pedagogia adotada em Atenas era frequente, destacando duas falhas: o insucesso escolar e o fracasso amoroso. Foucault compara a educação em Atenas com a de Esparta, ressaltando as diferenças notáveis entre ambas: enquanto em Esparta predominava um rigor constante e uma severa imposição de normas coletivas, essa metodologia não era tão frequente nos diálogos socráticos, sendo mais evidente nos últimos textos platônicos. Foucault também faz uma analogia com a educação persa, que instruía os príncipes jovens sobre as quatro virtudes essenciais: sabedoria, bravura, moderação e justiça.

Sob essa ótica, o estudo de Michel Foucault acerca da pedagogia nos diálogos de Sócrates oferece uma visão das práticas educativas na Grécia Clássica. Foucault resalta não somente as diferenças estruturais entre as metodologias educacionais de Atenas e Esparta, bem como as influências da educação persa. Embora os diálogos socráticos demonstrem um foco principal na procura da verdade e no desenvolvimento moral individual, a disciplina e a rigidez coletivas predominantes em Esparta evidenciam uma ênfase na conformidade e na estabilidade social. A analogia com a educação persa sublinha a variedade de pontos de vista educacionais na antiguidade, enfatizando a relevância dada a essas virtudes essenciais na educação dos jovens. Portanto, Foucault nos convida a ponderar sobre a origem do autocuidado na Grécia Antiga, destacando sua ligação com a autoridade da aristocracia.

Foucault nota um crescimento do conceito de autocuidado nos séculos I e II da era cristã. No diálogo “Alcibíades”, o autocuidado está ligado à preparação para exercer autoridade sobre os demais, porém, nos séculos I e II, surge uma nova perspectiva. Neste

contexto, o autocuidado não se foca no poder externo, mas no desenvolvimento interno do indivíduo. Este cuidado é visto como um processo contínuo de crescimento pessoal e espiritual ao longo da existência, evidenciando um progresso notável na compreensão e aplicação do autocuidado ao longo da história.

Devido à prática do cuidado de si nos primeiros séculos, ressalta-se a relevância de se afastar das paixões, entender profundamente os erros e maus costumes, e reconsiderar nossas opiniões sobre as coisas. Este período foi caracterizado por uma procura pela autopercepção e pelo crescimento espiritual, onde as pessoas buscavam alcançar um equilíbrio interno e um entendimento mais profundo de si mesmas. A reflexão acerca das paixões e a autocrítica possibilitavam uma avaliação mais meticulosa das nossas ações e sentimentos, com o objetivo de purificar e elevar a nossa espiritualidade. Ao encarar seus erros e vícios, os indivíduos aspiravam a uma vida mais virtuosa e em sintonia com princípios morais mais elevados. Esta prática do cuidado de si ia além do aspecto físico, alcançando um nível mais profundo de autoconhecimento e autorreflexão, fomentando o crescimento pessoal e espiritual.

Neste cenário, o cuidado de si é visto como uma prática pessoal voltada para o autocuidado, visando afastar-se das paixões que podem perturbar o equilíbrio interior. Na visão filosófica de Sêneca, este princípio é enfatizado como um trabalho para toda a vida, uma disciplina que requer um compromisso diário, devido à íntima ligação entre os princípios filosóficos e a prática. Assim, o envolvimento consigo mesmo é visto como uma constante jornada de autotransformação e crescimento pessoal. Em suas correspondências com Lucílio, o filósofo Sêneca sempre o incentiva a se empenhar nessa prática. Esta perspectiva destaca que o cuidado de si não se restringe a idades específicas, sendo uma responsabilidade que deve ser assumida independentemente da idade. Embora Lucílio esteja na faixa dos quarenta e cinquenta anos, ele mantém-se aberto aos conselhos do seu mentor, demonstrando uma disposição constante para seguir suas instruções. Conforme Foucault:

De todo modo, como vemos, mesmo quando concebia como uma prática de juventude, a prática de si deve corrigir, não formar, ou não apenas formar; deve, também, e principalmente, corrigir, corrigir um mal que já está lá. É preciso cuidar se, mesmo quando se é jovem. Um médico, seguramente, tem muito mais chances de sucesso se for chamado no começo do que no termo da doença. Entretanto, mesmo que não tenhamos sido corrigidos durante a juventude, podemos vir a sê-lo (Foucault, 2006, p. 352).

Um elemento crucial para o cuidado de si é a distância de pessoas que nos incentivam aos vícios. De acordo com Sêneca, devemos nos manter o mais longe possível de pessoas viciadas. Os vícios, que começam sutis, acabam por se manifestar de maneira intensa. Além

disso, para cultivar o cuidado de si, é crucial se envolver em uma conversa interna, identificando quais caminhos tomar e quais evitar. Se não fizermos essa distinção, podemos nos deixar levar pelas correntes. Para os estoicos, a avaliação das coisas tem um papel crucial, pois uma interpretação errônea de um acontecimento pode provocar paixões incontrolláveis. Segundo Sêneca, o cuidado de si é uma atitude consciente de busca pelo desenvolvimento da alma, onde as pessoas devem se libertar das paixões, uma vez que elas se opõem à natureza. Praticar o cuidado de si exige desprendimento das superficialidades que, muitas vezes, erroneamente atribuímos como essenciais em nossas existências.

Assim, Foucault reconhece que o Império Romano desempenhou um papel crucial na evolução do conceito de cuidado de si, definindo-o como a era dourada dessa prática. Ele nota nessa época uma mudança notável na compreensão e na implementação do cuidado de si, particularmente influenciada pela figura destacada de Sêneca. De acordo com Foucault, Sêneca representa o cuidado consigo mesmo não somente como um conjunto de virtudes morais, mas como uma ética que se infiltra na vida diária, exercendo um impacto transformador nela.

Nestas circunstâncias, é possível perceber que o cuidado de si vai além de ações isoladas ou restritas por circunstâncias específicas, tornando-se um compromisso constante e meticuloso. Sêneca, através de suas obras literárias e cartas, destaca a relevância desse envolvimento regular com o cuidado de si, destacando a necessidade de uma revisão contínua das ideias e dos padrões de pensamento. Essa prática vai além do simples controle das paixões ou da busca por uma vida moralmente virtuosa; envolve uma profunda mudança na subjetividade e na vivência humana.

Neste contexto, o cuidado de si é um processo de autoconhecimento, autocrítica e autotransformação, que guia a pessoa rumo a uma vida mais genuína e feliz. Assim, o Império Romano não só presenciou um período histórico de auge do cuidado de si, mas também atua como um ponto de inspiração e reflexão para as questões atuais relacionadas a esse conceito.

2.4 A racionalidade individualista do sujeito moderno

Em seus últimos escritos, Michel Foucault, investigou como o sujeito moderno (presente em grande parte do Ocidente) é atravessado pelos mecanismos específicos da racionalidade competitiva e individualista. Em uma conferência realizada nos Estados Unidos, em 1979, intitulada “Omnes et Singulatim: uma Crítica da Razão Política”, Foucault abordou uma preocupação central do pensamento ocidental do século XIX: a crítica do papel da razão

nas estruturas políticas, ou da sua ausência. Ele destacou que, enquanto as Luzes buscavam aumentar os poderes políticos da razão, os pensadores do século XIX começaram a questionar se a razão não estava se tornando excessivamente dominante em nossas sociedades.

Com efeito, Foucault identificou uma relação perigosa entre uma sociedade inclinada à racionalização e as ameaças que isso representava para a liberdade individual, a espécie humana e sua sobrevivência, enfatizando que a filosofia tinha como tarefa realizar uma crítica da razão política, especialmente desde Kant, quando seu papel passou a ser não apenas limitar a razão aos dados da experiência, mas também vigiar os abusos do poder da racionalidade política nos Estados modernos e na organização política da sociedade. Essa função conferia à filosofia uma promissora esperança de relevância contínua. A filosofia poderia realizar esse procedimento crítico não apenas através da vigilância em relação às práticas reais de poder, mas principalmente pela desmontagem dos seus mecanismos e pela análise da racionalidade subjacente a eles. Nos cursos ministrados no Collège de France nos anos de 1978-1979, como “Segurança, Território, População” e “Nascimento da Biopolítica”, Foucault demonstrou como essa racionalidade, nas sociedades ocidentais modernas, apresentava características tanto individualizantes quanto totalizantes, operando de forma intrincada e simultânea.

O verdadeiro problema dessa nova racionalidade governamental não é, portanto, tanto ou somente a conservação do Estado numa ordem geral, mas a conservação de uma certa relação de forças, a conservação, a manutenção ou o desenvolvimento de uma dinâmica de forças. Pois bem, creio que para pôr em ação uma razão política que vai, portanto, se definir, agora, essencialmente a partir da dinâmica de forças, creio que para isso o Ocidente, ou as sociedades ocidentais, criaram dois grandes conjuntos que só podem ser compreendidos a partir daí, dessa racionalização das forças. Esses dois grandes conjuntos de que eu queria lhes falar hoje e da próxima vez são, evidentemente, de um lado, um dispositivo diplomático-militar e, de outro, o dispositivo de polícia. [...] Essa manutenção da relação de forças e esse desenvolvimento das forças internas a cada um dos elementos, sua junção, é precisamente isso que mais tarde vai se chamar de mecanismo de segurança. (*In: Aula de 1º de março de 1978: Segurança, Território, População (1977-1978)*) (Foucault, 2008 p.8).

Posto desse modo, a racionalidade moderna combina dois princípios fundamentais: o da individuação, oriundo do poder pastoral cristão; e o da totalização, presente na doutrina da razão de Estado do século XVI. No século XVIII, essa racionalidade materializa-se na teoria do Estado policial, cujo propósito é fortalecer o poder estatal por meio do cuidado detalhado com o bem-estar dos cidadãos, gerando o que conhecemos como Estado de bem-estar social.

É evidente para Foucault que a matriz da razão política moderna reside essencialmente na aplicação das técnicas pastorais dentro do aparato estatal. Ele cunhou o termo

“governamentalidade” para descrever o processo que transformou a arte de governar desde a pastoral cristã até o Estado de polícia, e que continua até os dias atuais na forma do Estado de bem-estar social. Governamentalidade, neste contexto, não se refere apenas à concentração do poder estatal, mas também à articulação do poder com técnicas específicas de conhecimento, controle e coerção sobre os indivíduos. Foucault defende que a governamentalidade é uma racionalização das interações de poder, com o objetivo de compreender a complexa interação entre o poder e o indivíduo. Em outras palavras, a governamentalidade é o elo dinâmico entre as técnicas de dominação ou submissão e as práticas contemporâneas de formação do sujeito, onde as pessoas começam a se autogovernar.

O ponto de contato onde os modos pelos quais os indivíduos são dirigidos pelos outros se articula com o modo pelo qual eles se conduzem a si mesmos é aquilo que, penso, podemos chamar de “governo”. Governar as pessoas, no sentido amplo do termo, não é uma maneira de forçá-las a fazer aquilo que quer quem governa; há, sempre, um equilíbrio instável com complementariedade e conflitos, entre as técnicas que asseguram a coerção e os processos através dos quais o si [o sujeito] se constitui ou se modifica por si mesmo (Foucault, 2013, p.38-39).

Entendemos que, nessas situações, há uma conexão clara entre o processo de racionalização social e os abusos de poder. A crítica que Foucault faz à racionalidade política vai além de uma simples narrativa histórica sobre instituições ou conceitos; é, acima de tudo, uma análise detalhada de como a racionalidade presente nas instituições molda o comportamento das pessoas. Para isso, Foucault não se restringe ao estudo do processo da razão, mas procura entender a essência dessa racionalidade que vive lado a lado com a violência.

Podemos constatar, assim, que o ponto central da crítica da racionalidade política é o processo de “racionalização da gestão do indivíduo”. Em outras palavras, essa crítica visa questionar os fundamentos e as condições de existência dessa racionalidade. O objetivo é denunciar os abusos de poder cometidos em nome da razão, tanto dentro das instituições quanto por meio da própria racionalidade política moderna. Sua análise é fundamental para entender a operação dos Estados nacionais modernos no Ocidente – claro, sob uma perspectiva europeia –, de forma que busca revelar como os mecanismos de poder, muitas vezes justificados como racionais, são utilizados para perpetuar e legitimar as estruturas de dominação presentes na sociedade.

2.5 A Confissão, a Verdade e a Interiorização do Sujeito

No curso “Do governo dos vivos”, ministrado no Collège de France em 1980, Foucault examina o cristianismo não como uma religião isolada, mas como um sistema que une a fé à confissão. Posto assim, ele destaca como essa religião conecta o reconhecimento da verdade divina (a fé) com a revelação da verdade sobre si mesmo (a confissão). No entanto, o objetivo de Foucault não é simplesmente analisar o cristianismo; ele está mais interessado em realizar uma análise genealógica dos vínculos entre o sujeito e a verdade no contexto ocidental, suas análises genealógicas, não busca fornecer uma síntese exaustiva do cristianismo antigo. Situando desta maneira, ele segue as trilhas que são mais relevantes para seu projeto: descrever o longo processo de formação da subjetividade no Ocidente, revelando as conexões entre subjetividade, verdade e poder. Com efeito, Foucault não surge como o primeiro a desmistificar a concepção tradicional da verdade, um caminho antes traçado por predecessores como Nietzsche. Porém, sua abordagem não limita-se a uma mera repetição das ideias do filósofo alemão; ao contrário, Foucault mergulha mais profundamente e, talvez, radicaliza a compreensão da imanência da verdade, explorando sua interligação intrínseca com os instintos de poder que permeiam as relações humanas. Seguindo a esteira de Nietzsche, interpretado por ele, Foucault rompe com a concepção clássica da verdade como uma entidade transcendental e eterna, destacando sua natureza histórica e contextual inextricavelmente entrelaçada aos dispositivos de exercício do poder.

Nessa nova perspectiva, Foucault direciona seu olhar ao conceito de confissão, uma temática de suma importância em seus estudos. A confissão é compreendida como uma construção da verdade pelo próprio sujeito, que o convoca a incorporar essa verdade em sua própria existência. Emergindo das profundezas da subjetividade, a confissão assume um papel central na formação do sujeito confessor ao longo da história ocidental. Na perspectiva arqueológica sugerida por Michel Foucault, a confissão no cristianismo inicial surge como um elemento fundamental para entender as complexidades presentes nas práticas discursivas e institucionais.

Neste cenário, a abordagem arqueológica de Foucault vai além da simples análise das superfícies visíveis, procurando explorar as estruturas de poder implícitas nos textos sagrados, nas tradições litúrgicas e nas instituições eclesiais. Foucault, ao concentrar sua análise nos textos sagrados do cristianismo, desvenda camadas de significado frequentemente escondidas pela tradição e pela interpretação tradicional. Cada palavra, cada frase é analisada não somente pelo seu sentido aparente, mas também pela rede de relações de poder que permeia a

narrativa religiosa. Portanto, a escritura não serve apenas como um meio de transmitir mensagens divinas, mas também como um instrumento de controle que influencia a percepção e as ações dos fiéis ao longo dos anos.

[...] poderíamos chamar de “aleturgia” o conjunto dos procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma aleturgia (Foucault, 2014b, p. 7).

Assim, a investigação arqueológica expõe as táticas utilizadas pelas instituições cristãs para fortalecer e manter suas posições de autoridade através da ritualização do poder. Ao examinar as instituições religiosas, a metodologia arqueológica de Foucault revela estruturas organizacionais que ultrapassam sua função aparente de facilitadoras da fé. Essas organizações, em vez de serem meros meios de propagação de doutrinas, são vistas como intrincados sistemas de poder que impactam o dia a dia, moldando a ética e a conduta humana. De fato, a análise arqueológica mostra como as instituições cristãs criam sistemas de controle e vigilância que perduram ao longo da história, deixando marcas duradouras nas sociedades onde estão inseridas. A utilização da metodologia arqueológica no contexto do cristianismo permite um entendimento mais profundo da complexa relação entre fé e poder. Portanto, a fé é vista não somente como uma vivência pessoal, mas como um componente de um sistema mais vasto de relações de poder que atravessam a sociedade.

A avaliação arqueológica nos mostra como as narrativas religiosas têm sido usadas como ferramentas de controle e influência ao longo da história. Dessa forma, fica claro que as estruturas de poder dentro do cristianismo estão sempre mudando, mas continuam a exercer sua influência nas sociedades de hoje. Essa abordagem arqueológica revela uma jornada intelectual de escavação, desvendando dinâmicas complexas entre fé e poder. Ao desafiar as interpretações tradicionais, Foucault nos oferece uma visão mais profunda das estruturas de poder que moldam a prática religiosa, concentrando sua análise em uma característica única do cristianismo: a busca incessante pela verdade sobre si mesmo. Em outras palavras, o cristão devoto é incentivado a reinterpretar constantemente sua própria existência, explorando sua individualidade para descobrir sua verdade interna mais profunda. Foucault ultimamente essa necessidade de confrontar a verdade pessoal como um aspecto fundamental do cristianismo:

Uma das características mais fundamentais do cristianismo é ter vinculado o indivíduo à obrigação de buscar em si mesmo a verdade do que ele é. O cristianismo vinculou o indivíduo à obrigação de busca, no fundo de si mesmo e a despeito de tudo o que poderia ocultar essa verdade, certo segredo cujo esclarecimento, cuja manifestação deve ter importância decisiva em sua caminhada para a salvação da alma (Foucault, 2018, p. 80).

Foucault introduziu o conceito de “veridicção” para descrever a necessidade de expressar a verdade sobre si mesmo, uma ideia que se desenvolveu a partir de estratégias estabelecidas pelo cristianismo, como o exame de consciência, a orientação espiritual e a prática da penitência. Foucault analisou como a prática da confissão no cristianismo inicial, particularmente nos séculos IV e V, se transformou nas instituições monásticas. Nos séculos iniciais, a produção da verdade pessoal era feita por meio de movimentos corporais dramáticos, porém, nos séculos subsequentes, ocorreu uma alteração fundamental: a necessidade de expressar essa verdade a um interlocutor designado para escutar e direcionar. Portanto, esse novo procedimento modificou o ato de confessar, tornando-o mais social e verbal. Ao revelar sua verdade, a pessoa começou a interagir com um interlocutor específico, estabelecendo um ritmo distinto na procura pela verdade e na direção espiritual. Esta progressão na prática da confissão não só modificou as instituições monásticas, mas também fez com que a obrigação de declarar a verdade sobre si mesma se tornasse um instrumento mais complexo e socialmente incorporado no cristianismo inicial dos séculos IV e V. Essas circunstâncias de transformação proporcionam percepções valiosas acerca das dinâmicas de poder, verdade e subjetividade que se manifestam nas crenças.

2.6 Resistência manifestação da força

Ao abordar o poder como uma dinâmica de forças, como discutido por Foucault em 1974, que molda afetos, comportamentos e indivíduos dóceis, coordenando também a vida da população, Foucault pôde visualizá-lo como algo difundido. Isso demonstra que o poder permeia todos os aspectos da sociedade, trabalhando para criar indivíduos submetidos às estratégias presentes em todo o campo social; isto é, relação intrínseca entre poder e conhecimento configura a vida social por meio de dispositivos construídos a partir de práticas sociais. Sob esse cenário, o sujeito que emerge dessas interações é comumente percebido como subjugado. Mais especificamente, os saberes, concebidos como resultantes de práticas formais de enunciados e visibilidades ao longo da história, delineiam o sujeito como subordinado à ordem do discurso. Adicionalmente, no contexto das relações de poder, essa

subordinação se intensifica, uma vez que o poder opera através de estímulos e incitações, visando extrair ações úteis dos corpos para assegurar o adequado funcionamento do campo social.

[...] parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 2020, p. 88-89).

Frente à ideia de que o poder, entendido como uma interação de forças, exerce influência na produção de emoções, a resistência emerge para Foucault como uma terceira forma de poder. Se as forças são definidas pelo poder como um processo de influenciar e ser influenciado, resistir implica na capacidade das forças de estabelecer conexões não previstas pelas estratégias predominantes na esfera política. A habilidade da vida em resistir a um poder que busca gerenciá-la está intimamente ligada à possibilidade de criar novas formas de organização e mudança.

Por essa perspectiva, resistir contrasta com o simples ato de reagir. Enquanto as pessoas reagem, atendem às exigências do poder; quando alguém resiste, abre caminho para novas formas de existência valendo-se de combinações de forças nunca antes empregadas. Por essa ótica, resistência equivale a criação.

[...] a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (Revel, 2005, p. 74).

Sendo assim, para Foucault, a resistência caracteriza-se como uma manifestação da força que se desvia das táticas impostas pelas relações de poder dominantes. Essa ação possibilita que a força se conecte com outras provenientes de fora do domínio de poder, aquelas que promovem a transformação e a inovação, apontando para o futuro e gerando novas oportunidades de vida. Por conseguinte, é fundamental compreender que as formas de resistência são flexíveis e maleáveis, de forma que elas estão constantemente se remodelando em resposta às dinâmicas de poder em evolução no presente. Dessa maneira, resistir é criar,

forjando um tempo diferente além das estratégias de poder estabelecidas, o que implica que as formas de resistência devem ser continuamente reavaliadas à luz dos jogos de poder em andamento.

3 O HOMEM COMO AGENTE HISTÓRICO: DECISÃO, CULTURA E PODER NAS RELAÇÕES ENTRE A MODERNIDADE E AS INSTITUIÇÕES

A procura por sentido é um elemento essencial da vivência humana, constituindo um elemento vital da nossa existência. Desde o início da consciência, a mente humana tem se empenhado incessantemente para compreender a finalidade primordial do mundo e da história. Este impulso ultrapassa uma mera curiosidade momentânea; é algo que integra a natureza humana. A habilidade de procurar, entender e atribuir significado é essencial para a existência humana, espelhando uma necessidade profunda que transcende as necessidades diárias.

A vontade de entender o mundo e a nossa posição nele é movida por uma força essencial que está profundamente arraigada na essência humana. Este impulso se expressa de várias maneiras: na filosofia, na fé, na ciência e nas artes. Cada uma dessas áreas procura responder às questões fundamentais sobre a essência da vida, a razão de ser da existência e a relevância das vivências humanas. Por meio dessas investigações, a pessoa busca elaborar uma narrativa consistente e relevante acerca do mundo e de sua própria existência.

A relevância dessa procura por sentido fica ainda mais clara em períodos de crise ou mudança. Nesses momentos, a necessidade de descobrir um propósito se torna ainda mais urgente. A procura por esclarecimentos e a interpretação de acontecimentos aleatórios espelham nosso desejo de colocar ordem e propósito em nossa realidade. Sem essa habilidade de encontrar sentido, a vida pode aparentar ser confusa e sem propósito. Ademais, a procura por sentido não é apenas um problema pessoal, mas também coletivo. Culturas e comunidades desenvolvem mitos, rituais e sistemas de influência que contribuem para proporcionar uma visão comum do mundo e da vida. Estas estruturas culturais procuram responder às questões universais sobre sentido e propósito, oferecendo um sentimento de pertença e coesão social.

A habilidade de atribuir significado às coisas possibilita que as pessoas lidem com a incerteza e a complexidade da existência. Ao invés de simplesmente aceitar o absurdo e a ausência de sentido, os humanos são impulsionados pela convicção de que podem descobrir respostas e aprofundar seu entendimento sobre sua posição no cosmos. Este impulso demonstra a inteligência e a capacidade humana de transcender o que se apresenta, em busca de uma compreensão mais abrangente e profunda.

Para o ser humano, o sentido é tão vital quanto a respiração. A ausência de significado não é meramente uma dificuldade cognitiva: ela constitui um desafio existencial profundo, criando um ambiente que passa a ser insuportável e opressivo. Martin Heidegger, em seu

trabalho sobre “Ser e Tempo”, destaca essa urgência ao afirmar que a questão do sentido do ser deve ser levantada (Heidegger, 2012). Esta afirmação sublinha a centralidade da busca por sentido na constituição do ser humano, indicando que a capacidade de encontrar e atribuir significado é fundamental para nossa existência.

Frequentemente, quando se discute a falta de sentido, recorre-se ao conceito de absurdo, que não oferece uma resposta precisa para os humanos. De fato, isso pode intensificar o sentimento de desamparo e confusão. O absurdo, ao invés de solucionar os dilemas existenciais, acaba por turvar e limitar a habilidade humana de entender o mundo à sua volta. Trata-se de uma experiência que, ao excluir a chance de descobrir um sentido, intensifica a confusão e a vulnerabilidade percebida.

Os humanos, por natureza, são seres que procuram e atribuem sentido às coisas. Esta procura não é algo acessório ou facultativo; é uma exigência essencial para o nosso desenvolvimento integral. Da mesma forma que nosso corpo necessita de nutrição para sobreviver fisicamente, nossa mente necessita de propósito para atingir um nível de sobrevivência existencial e mental. Esta procura por sentido se converte em um impulso crucial que orienta nossas ações, escolhas e percepções da vida.

Quando enfrentamos a falta de significado, experimentamos uma espécie de “fome existencial”. Isso pode resultar em um estado de inércia e desespero. Em contrapartida, a habilidade de atribuir significado às experiências proporciona uma estrutura que auxilia na organização de nossas experiências e na criação de uma unidade interna. Este procedimento é crucial para a elaboração de uma narrativa individual que nos dê uma sensação de continuidade e sentido.

Além disso, a busca por sentido está fortemente arraigada na maneira como as pessoas enfrentam desafios e crises. Ao enfrentar desafios ou eventos que parecem sem propósito, a tendência é procurar uma explicação que faça sentido e que permita a integração desses eventos em uma visão mais ampla da vida. Essa competência de entender e atribuir significado é fundamental para a resiliência. Portanto, a procura por sentido transcende uma característica específica da experiência humana: é uma necessidade fundamental que molda a nossa percepção do mundo e de nossa própria existência. A ausência de sentido não só compromete nossa compreensão, como também compromete nossa capacidade de viver de forma integral e harmoniosa. O anseio por encontrar e atribuir significado é um impulso fundamental que orienta a mente humana, estabelecendo uma base para a formação de nossa vida e identidade. Este processo de busca e atribuição de significado permite ao indivíduo transcender a mera sobrevivência e procurar uma satisfação mais profunda e autêntica.

3.1 O conceito de anti-significado

O conceito de anti-significado, que se refere à negação total da possibilidade de descobrir qualquer sentido, constitui um obstáculo crucial para a existência humana. Este princípio não só descarta a noção de que o mundo e a vida têm algum tipo de sentido intrínseco, como também questiona a própria natureza da experiência humana. O anti-significado envolve a destruição da estrutura que nos permite atribuir valor e ordem à nossa visão da realidade, gerando um cenário existencial que pode se mostrar profundamente perturbador e desorientado.

Ao aderir ao conceito de anti-significado, a pessoa está efetivamente adotando uma perspectiva que vai contra a sua inata procura por compreensão. Este compromisso é contraditório, pois contraria a própria natureza da existência humana, caracterizada pela incessante procura por descobrir e atribuir sentido. O ser humano possui uma natureza antropológica voltada para a criação de significados. Esta direção demonstra nossa capacidade de refletir, interpretar e conectar experiências pessoais a uma visão mais ampla da realidade.

A rejeição do significado ultrapassa uma escolha filosófica ou um posicionamento intelectual; é uma negação da dinâmica intrínseca ao ser humano. A pessoa não pode simplesmente abdicar de sua necessidade de sentido, pois essa necessidade é fundamental para sua estrutura ontológica. A experiência de enfrentar a falta de sentido é frequentemente vista como um sinal de desamparo existencial, onde a falta de sentido gera um sentimento de vazio e desorientação. Este sentimento de vazio não só é desconfortável, como também pode se converter em uma fonte de intenso sofrimento psicológico, sublinhando a importância vital da busca por significado.

Compreender a relação entre o sentido insignificante e a condição humana revela uma contradição intrínseca. A pessoa é um ser interpretativo, cuja capacidade de atribuir sentido às experiências é vital para sua sobrevivência psicológica e emocional. A tentativa de negar essa capacidade não só é impraticável, como também vai contra a essência da experiência humana. Dito de outra forma, a busca por sentido transcende uma mera preferência ou anseio, é uma demanda ontológica fundamental. Deixar essa necessidade de lado resulta em um desequilíbrio que questiona a própria estrutura da nossa existência.

A posição do indivíduo no mundo é determinante para entender como a procura por sentido se expressa e evolui. O ser humano não vive isolado; está inserido em um ambiente complexo e interligado que influencia e determina suas vivências. A existência humana no mundo é tanto física quanto interpretativa, e essa dualidade tem um papel fundamental na

atribuição e entendimento do significado. “Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permanecerá palavra muda, adormecida nas coisas” (Foucault, 2002, p. 44). Cada pessoa contribui para a intrincada teia de interpretações que define a vivência humana. A habilidade de dar sentido é um atributo intrínseco ao ser humano e espelha a dinâmica da personalidade. A humanidade, desde os primórdios da civilização, tem se esforçado para compreender o universo e sua posição nele, através de mitos, religiões, filosofias e ciências. Esses sistemas de fé e saber não se limitam a tentar entender o mundo, mas também funcionam como meios para unir as vivências individuais e coletivas em uma perspectiva mais unificada e compreensível da realidade.

A busca por sentido simboliza o desejo humano de criar ordem e propósito em um mundo que pode parecer, por vezes, caótico e sem sentido. A avaliação da realidade vai além de uma simples atividade cognitiva, sendo um processo profundamente enraizado na maneira como a pessoa interage com o mundo. Cada experiência é moldada por vários contextos sociais, culturais e históricos que influenciam na atribuição do significado. Assim, a construção do sentido é um processo constante e dinâmico que engloba tanto a perspectiva individual quanto a coletiva.

A construção do significado estabelece valor ao criar uma conexão entre a realidade e o olhar que a destaca por meio da linguagem. Ela exige uma estrutura prévia que organiza os objetos da realidade, uma vez que as coisas não são imediatamente acessíveis ou compreensíveis por si mesmas. Somente através da representação, mediada pelas palavras, a realidade torna-se inteligível. No entanto, é fundamental reconhecer a construção e o que a representação expressa uma imagem ou ideia, sem necessariamente constituir a realidade em si, tampouco a verdade. As palavras atribuem valor aos objetos, mas estes não se reduzem ao que é nomeado. Para que um nome seja capaz de representar algo, ele próprio precisa carregar um valor, o qual é determinado pela posição que ocupa no domínio do saber; ou seja, a representação não apenas nomeia os objetos do real, mas também os valoriza, na tentativa de “construir um saber tão verdadeiro quanto o de uma razão eterna” (Foucault, 2002a, p. 462). Adicionalmente, a participação humana no mundo requer uma contínua negociação entre a vivência individual e as influências culturais e sociais. A interpretação que cada pessoa dá às suas vivências é influenciada por diversos elementos, como suas convicções, princípios e o ambiente cultural onde reside. Esta interação entre o pessoal e o coletivo é crucial para entender como o sentido é formado e preservado ao longo da existência.

A capacidade de atribuir significado às experiências e ao ambiente envolvente é crucial para a construção de uma narrativa pessoal que proporcione unidade e significado.

Esta narrativa proporciona uma sensação de continuidade e direção, permitindo ao indivíduo enfrentar os desafios e incertezas da vida de forma que seja emocionalmente recompensadora e significativa. A busca por significado não é apenas uma característica fundamental do ser humano, mas também um elemento fundamental para a elaboração de uma vida vivida de maneira integral e autêntica.

A análise do anti-significado e a compreensão da posição humana no mundo revelam aspectos profundos e interconectados da experiência humana. O anti-significado é um desafio à nossa capacidade de atribuir sentido, criando uma contradição ontológica que enfatiza a exigência inata de sentido. Em contrapartida, a participação do sujeito no mundo destaca a importância da capacidade de interpretação na construção de uma vida com propósito e unidade. Em conjunto, essas perspectivas destacam a relevância da busca por sentido na existência humana e a complexa interação entre o ser humano e o mundo.

Nos tempos atuais, a busca por sentido tornou-se ainda mais pronunciada, refletindo uma transformação significativa na forma como a sociedade contemporânea aborda questões existenciais e culturais. O século XXI, com sua velocidade de mudanças tecnológicas e culturais, tem destacado a necessidade urgente de compreender o significado do mundo, da história e do destino humano. Esta demanda crescente não é meramente uma questão de capricho ou de uma curiosidade passageira, mas uma exigência cultural profunda que emerge do alto grau de maturidade cultural alcançado pela sociedade contemporânea. A crescente demanda por uma compreensão mais profunda das questões existenciais reflete uma mudança paradigmática significativa em relação ao modo como esses dilemas eram abordados no passado. Tradicionalmente, essas questões eram tratadas dentro de estruturas rígidas, muitas vezes sob a égide das instituições religiosas ou de sistemas filosóficos consolidados. Essas formas de pensamento forneciam explicações estáveis, sustentadas por uma visão de mundo unificada, em que a verdade era vista como absoluta e imutável. No entanto, o progresso da ciência, da filosofia e, em particular, da crítica moderna, trouxe uma ruptura com essa abordagem monolítica. Michel Foucault, em sua análise das estruturas de poder e saber, destacou que as formas de conhecimento estão sempre vinculadas a regimes de verdade específicos, moldados historicamente por relações de poder. Ele argumenta que o saber, longe de ser neutro, está sempre imbricado em contextos sociais e culturais que determinam o que pode ser considerado verdadeiro em diferentes momentos históricos:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros [...], os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos

valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Com o progresso da ciência contemporânea, que priorizou o método empírico para a análise do mundo, emergiram novos métodos para questionar as concepções convencionais sobre a existência humana e o cosmos. Simultaneamente, a filosofia começou a focar na subjetividade e no significado da vida, investigando as complexidades da vivência humana além dos limites convencionais. Foucault destaca que essa ruptura simboliza uma mudança nas formas de controle e normatização praticadas pelas instituições que anteriormente dominavam o discurso acerca da verdade, como a Igreja e o Estado. Ao invés de um conhecimento único e inquestionável, a modernidade possibilita diversas formas de interpretação e questionamento. “O saber não tem mais que desencravar a velha Palavra dos lugares desconhecidos onde ela se pode esconder; cumpre-lhe fabricar uma língua e que ela seja bem-feita” (Foucault, 2002a, p. 86).

Assim, a reflexão crítica ganhou destaque no pensamento atual, exercendo uma função crucial na revisão e na reinterpretação das tradições consolidadas. Foucault contribui para essa reflexão ao evidenciar a construção histórica das formas de conhecimento e como os indivíduos, ao questionarem tais estruturas, podem se libertar das restrições impostas por discursos totalizantes. Ele ressalta que o poder, quando distribuído em várias instituições, como o Estado, a ciência e a medicina, mantém o domínio sobre as pessoas, controlando suas ações e subjetividades.

Esta nova visão é crucial para compreender a mudança nas respostas às questões existenciais na era moderna. Se antes as respostas eram baseadas em um único ponto de vista, atualmente são formadas por um diálogo constante entre diversas disciplinas, onde a ciência, a filosofia e a crítica social têm funções complementares. De acordo com Foucault, esse processo espelha a fragmentação e a complexidade dos sistemas de verdade que fundamentam nossa percepção da realidade. A procura por uma compreensão mais aprofundada das questões existenciais se enquadra nesse cenário de pluralidade, onde as verdades absolutas cedem lugar a uma incessante procura por novos métodos de conhecimento, que se ajustam às circunstâncias históricas e culturais atuais.

Assim, o pensamento de Foucault ilumina como essa transformação no pensamento moderno é caracterizada pela contestação das verdades estabelecidas e pela abertura para novas possibilidades de interpretação. O avanço da ciência, da filosofia e da teologia, em diálogo com a crítica foucaultiana, tem sido essencial para expandir os horizontes da reflexão

sobre a existência humana, abrindo caminho para um entendimento mais complexo e inclusivo das questões que antes eram rigidamente determinadas por tradições consolidadas. Com isto, a maturidade cultural da nossa era é evidente na forma como as sociedades modernas abordam e reavaliam uma ampla gama de questões e posições, de forma que, em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, há uma crescente necessidade de reinterpretar e revisar conceitos antigos e estabelecer novas compreensões sobre a realidade. A interconexão de diferentes culturas e a rápida disseminação de informações contribuem para uma ampla gama de perspectivas e interpretações, exigindo que os indivíduos e as sociedades busquem um entendimento mais profundo e integrado da experiência humana.

Este processo de reavaliação e reinterpretação é uma marca do nosso tempo, sinalizando um progresso rumo a uma compreensão mais ampla e complexa do significado. Portanto, é importante diferenciar o conceito de sentido de seus respectivos conteúdos. A procura por significado é um percurso intrincado e multifacetado que pode resultar em uma variedade de deduções e interpretações. Dito de outra forma, a mesma pergunta pode resultar em respostas diferentes ou até mesmo opostas, dependendo das visões e métodos empregados. Por exemplo, questões filosóficas acerca do sentido da vida, da história e do destino da humanidade podem ser interpretadas de diversas formas, espelhando a diversidade de pensamentos e vivências humanas.

A variedade de respostas não deve ser interpretada como um insucesso na procura por sentido, mas como um sinal da complexidade inerente a essa procura. O fato de que diferentes pessoas ou culturas possam chegar a conclusões distintas não indica que a busca tenha sido em vão, mas sim, evidencia a riqueza e a profundidade do estudo do significado. A interação e o debate entre essas diversas visões são essenciais para o progresso do entendimento e para a formação de uma perspectiva mais unificada e completa da realidade.

A concordância sobre a possibilidade e a importância de uma investigação franca sobre o mundo, a história e a essência humana é um avanço significativo e positivo. Entender a relevância de questionar o sentido e de se envolver em pesquisas abertas possibilita que a sociedade previna uma atitude evasiva e desprovida de significado. Ademais, a abertura para investigar variadas perspectivas e acolher a variedade de pontos de vista favorece um cenário intelectual e cultural mais diversificado e vibrante.

Este acordo inicial sobre a importância de investigar e questionar o significado das coisas é vital para a formação de um entendimento mais profundo e relevante da experiência humana, uma vez que possibilita que indivíduos e sociedades se afastem de respostas simplistas e procurem uma compreensão mais genuína e bem embasada. Portanto, a procura

por sentido não é meramente uma questão filosófica ou acadêmica, mas uma exigência cultural e existencial essencial para o avanço e a unidade das sociedades atuais. Além disso, é um sinal de uma maturidade cultural que demanda um entendimento mais profundo e completo da realidade. Neste contexto, o objetivo deste estudo é examinar como a Igreja Católica, uma entidade histórica que deixou uma contribuição significativa na construção dos valores ocidentais e da subjetividade, ainda pode exercer uma função significativa na contemporaneidade.

A finalidade da análise é evidenciar que, para manter sua pertinência, a Igreja deve se atualizar e reformular sua hermenêutica à luz da contemporaneidade. Esta atualização não significa abandonar suas origens, mas sim ajustar suas práticas e mensagens para responder aos dilemas existenciais do homem atual. Este estudo tem como objetivo investigar como a Igreja pode reconsiderar seus princípios básicos - como a dignidade humana, a solidariedade e a justiça social - de maneira a incorporá-los de maneira relevante no cenário contemporâneo.

Michel Foucault oferece ferramentas valiosas para essa análise, especialmente através de seu conceito de “biopoder” e da transformação das dinâmicas de poder ao longo do tempo. Esta pesquisa pretende aplicar a perspectiva foucaultiana para entender como a Igreja pode reinventar seu papel e suas práticas, mantendo sua relevância moral e espiritual em um mundo pluralista e interconectado. A adaptação da Igreja à modernidade não apenas preserva sua importância histórica, mas também contribui para a formação de um “novo homem”, um indivíduo que busca coesão e propósito em meio às complexidades do presente.

Assim, o propósito deste estudo é mostrar que a modernização da Igreja Católica pode atuar como um meio para proporcionar um novo significado ao indivíduo contemporâneo, auxiliando-o a lidar com os desafios existenciais atuais e fomentando uma sociedade mais equitativa e consciente. Com esta análise, busca-se evidenciar que, mesmo diante dos desafios contemporâneos, a Igreja pode persistir como uma fonte fundamental de significado e direção, auxiliando na criação de uma vida completa e relevante nos tempos atuais.

3.2 A modernidade e a reestruturação Institucional: o impacto decisivo sobre a igreja católica no ocidente

A chegada da modernidade representou um marco crucial na história do ocidente, provocando uma profunda transformação nas instituições estabelecidas, com destaque para a Igreja Católica. Até agora, a Igreja enfrentou diversos desafios externos que a desafiaram e, simultaneamente, consolidaram sua posição. Por exemplo, os ataques dos impérios romanos e

das comunidades judaicas contribuíram para fortalecer sua fé e melhorar suas atividades missionárias. No entanto, com a chegada da modernidade, a natureza dos desafios que a Igreja enfrentou passou por uma mudança significativa.

Diferentemente dos ataques físicos e perseguições de épocas passadas, a modernidade trouxe uma gama de mudanças ideológicas e princípios que desafiavam a estrutura e as convicções da Igreja. O surgimento de novos paradigmas de pensamento e organização social, como o racionalismo, o empirismo e as revoluções políticas e sociais, não apenas questionavam a autoridade da religião, mas também ofereciam alternativas atraentes para muitos de seus devotos. A Igreja iniciou uma batalha contra um adversário menos visível, mas igualmente relevante: um conjunto de ideias que defendiam uma visão secular e científica, em contraste direto com as convicções e práticas religiosas estabelecidas.

Este confronto com a modernidade não se resumiu a uma batalha de ideias, mas sim a uma transformação na percepção da sociedade acerca da função da religião e da moralidade. Por exemplo, tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Socialista promoveram novos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que se opunham diretamente aos princípios hierárquicos e de governo apoiados pela Igreja. Essas revoluções não apenas questionavam a ordem política e social estabelecida pela Igreja, mas também estabeleciam uma nova fundação para a organização da sociedade que não se fundamentava na autoridade religiosa.

Além disso, o avanço das ciências naturais e das filosofias iluministas criou um cenário de desconfiança e ceticismo em relação às interpretações religiosas tradicionais. O surgimento do pensamento científico e racionalista colocou em dúvida muitas das verdades absolutas defendidas pela Igreja, promovendo um modelo de compreensão baseado na evidência empírica e na lógica, ao invés da revelação divina.

Neste contexto, as teses de Michel Foucault oferecem uma ferramenta valiosa para entender a complexidade desse confronto entre a Igreja e a modernidade. Foucault analisa como o poder, que antes era exercido pela Igreja através de práticas como o controle moral e espiritual dos indivíduos, foi substituído e transformado pelo que ele chama de “biopoder”. Este conceito refere-se a uma forma de poder que se concentra na administração e gestão da vida das populações, uma mudança que reflete a secularização das funções anteriormente desempenhadas pela Igreja. A modernidade, portanto, trouxe um desafio multifacetado para a Igreja Católica, envolvendo não apenas a resistência a ataques diretos, mas uma transformação fundamental na forma como a sociedade via a religião e a moralidade.

A análise de Foucault ajuda a compreender como essas mudanças afetaram a Igreja e como o poder e a subjetividade foram reconfigurados à medida que o Ocidente avançava para

uma nova era e o Estado começava a ter o controle sobre o indivíduo. Assim, historicamente, o poder do Estado estava enraizado na autoridade do Rei, legitimada pela Igreja, o que lhe conferia domínio total sobre seus súditos e recursos, tratando a vida humana como parte de sua posse. No entanto, nos últimos dois séculos, essa “arte de governar” passou por uma significativa mudança. O foco do poder deslocou-se da autoridade de decidir sobre a morte para a capacidade de administrar a vida, estabelecendo, assim, uma nova forma de controle: determinar como os indivíduos devem viver e se comportar, regulando suas existências em vez de suas mortes.

[...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu [...] em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer (Foucault, 2002b, p. 232).

A modernidade trouxe uma série de mudanças revolucionárias que alteraram profundamente o cenário social e cultural do Ocidente, desafiando diretamente o status quo estabelecido pela Igreja Católica. Por séculos, a Igreja desempenhou o papel de principal autoridade moral e espiritual, moldando não apenas as crenças individuais, mas também as normas sociais e a organização política. Sua influência abrangente cobria todos os aspectos da vida cotidiana, desde a moralidade pessoal até as questões de governança e justiça. No entanto, com o surgimento da modernidade, a Igreja se viu confrontada por uma nova era de pensamento que questionava as suas doutrinas e práticas estabelecidas. Este período, marcado pelo avanço do racionalismo e do pensamento científico, trouxe uma perspectiva inovadora que desafiava as explicações e interpretações tradicionais promovidas pela Igreja. A ascensão de uma abordagem mais racional e empiricamente orientada para entender o mundo ofereceu alternativas significativas ao entendimento baseado na fé e na revelação divina, fundamentais para a visão de mundo da Igreja.

A Revolução Francesa e a Revolução Socialista foram episódios significativos de ruptura que questionaram e, em várias circunstâncias, rejeitaram a autoridade da Igreja. A Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, impactou diretamente a estrutura eclesiástica, questionando as hierarquias e privilégios estabelecidos pela Igreja. A revolução francesa estabeleceu uma nova estrutura social, fundamentada em princípios lógicos e universais, contrapondo-se à estrutura hierárquica e fundamentada na fé.

Em contrapartida, a Revolução Socialista expressou uma crítica severa não apenas às entidades religiosas, mas também ao sistema capitalista, que, segundo os socialistas, perpetuava as disparidades econômicas e sociais. O propósito da proposta socialista de reestruturação social era erradicar as desigualdades e estabelecer uma nova ordem econômica e social, questionando a legitimidade das entidades religiosas que, por meio de seu sistema de governo, perpetuavam as desigualdades existentes.

Além dessas revoluções, o progresso do pensamento científico e das teorias filosóficas desempenhou um papel crucial na contestação das crenças religiosas. O racionalismo, o empirismo e o iluminismo promoveram uma visão de mundo que destacava a lógica e a validação empírica, em vez de valorizar as explicações religiosas e metafísicas. Este novo modelo intelectual não apenas trouxe novas perspectivas sobre a natureza e a vida, mas também desafiou diretamente a moralidade e a autoridade da Igreja, baseadas em verdades reveladas e doutrinas que não podiam ser examinadas empiricamente.

Assim, a modernidade se revelou um obstáculo intenso e intrincado para a Igreja Católica. As bases sobre as quais a Igreja havia firmado sua autoridade moral e espiritual começaram a ser questionadas e frequentemente substituídas por novos métodos de entendimento e implementação. A influência da Igreja na moral e na espiritualidade dos indivíduos foi progressivamente questionada e modificada por novas ideias e entidades. Esta mudança não se resumiu a um conflito de ideias, mas sim a uma mudança significativa nas estruturas sociais e culturais. Ela representa uma mudança significativa na forma como as sociedades ocidentais se percebiam e organizavam suas vidas. Isso coloca a Igreja Católica em um desafio sem precedentes e requer uma adaptação significativa para preservar sua influência em um mundo que muda rapidamente.

Michel Foucault, com sua análise do poder, do biopoder e da sexualidade, revela percepções profundas sobre como a modernidade transformou as estruturas sociais e institucionais, incluindo a Igreja.

Foucault destacou a complexidade das relações de poder, que ultrapassam os aspectos repressivos, incluindo também componentes produtivos e normativos. Em suas obras, ele argumenta que o poder não se expressa somente através da imposição de leis e normas, mas também pela criação de saberes e práticas que impactam a subjetividade e a vida cotidiana. Esta perspectiva é crucial para entender como a Igreja Católica, historicamente detentora de um amplo controle sobre a moral e a espiritualidade, foi desafiada e transformada pela modernidade.

Um dos conceitos centrais na obra de Foucault é o de “biopoder”, que ele descreve como uma forma de poder que se concentra na gestão e regulação da vida das populações. O biopoder emerge com a modernidade e representa uma transição do poder pastoral exercido pela Igreja para uma forma de poder que é secular e administrado pelo Estado. Este conceito ajuda a explicar como o poder, anteriormente associado à moralidade e à espiritualidade, foi transformado em um poder que gerencia a saúde, a natalidade e a vida cotidiana das populações, a modernidade trouxe consigo uma nova forma de administração da vida, que substituiu e secularizou muitas das funções que anteriormente eram atribuídas à Igreja.

Foucault também oferece uma análise detalhada da sexualidade como um “dispositivo” construído historicamente, em vez de um fenômeno natural ou universal em sua investigação. Ele argumenta que a sexualidade não é apenas um campo de repressão, mas também um campo de produção de discursos intensa. A Igreja desempenhou um papel fundamental na formação dos discursos sobre sexualidade por meio da autoridade pastoral e das práticas de confissão.

O ritual da confissão, por exemplo, permitiu à Igreja exercer um controle detalhado sobre a vida sexual dos indivíduos, moldando as normas e os valores associados ao comportamento sexual. O cristão deve confessar incessantemente tudo o que se passa nele a alguém que estará encarregado de dirigir a sua consciência, sendo que essa confissão exaustiva vai produzir, de algum modo, uma verdade, que não era conhecida certamente pelo pastor, tampouco era conhecida pelo próprio sujeito. É essa verdade obtida pelo exame de consciência – sua confissão, essa produção de verdade que se desenvolve durante a direção da consciência, a direção das almas –, que constituirá a ligação permanente do pastor com o seu rebanho e com cada um dos membros dele. A verdade, a produção de verdade interior ou a produção da verdade subjetiva é um elemento fundamental no exercício do pastor (Foucault, 2010).

Com o surgimento da modernidade, a sexualidade deixou de ser gerida somente pela Igreja, passando a ser gerenciada também pelas ciências humanas e médicas. Portanto, o que antes era limitado à ética religiosa tornou-se um campo de investigação científica e regulamentação, espelhando a transição do poder pastoral para o biopoder. As ciências psiquiátricas, psicológicas e a psicanálise, como formas de conhecimento, contribuíram para a formação de uma “scientia sexualis”, que deu origem a novas categorias de normalidade e anormalidade sexual.

A visão de Foucault evidencia como as práticas e discursos contemporâneos tiveram um impacto profundo e variado na sociedade. A análise do poder, do biopoder e da

sexualidade permite uma compreensão mais complexa e crítica do efeito da modernidade na Igreja Católica e em outras instituições. Foucault, ao contrário de ver a modernidade simplesmente como um período de declínio para a autoridade religiosa, nos ajuda a entender como as transformações nas formas de poder e conhecimento transformaram as instituições e práticas sociais, ressaltando a continuidade e a adaptação dos métodos de controle e normatização em novos contextos seculares e científicos.

Portanto, a influência de Michel Foucault proporciona uma perspectiva enriquecedora para analisar a interação entre a Igreja Católica e a modernidade, revelando a profundidade das mudanças ocorridas e a maneira como novas formas de poder e conhecimento surgiram e se estabeleceram ao longo do tempo.

O conceito de “poder pastoral” foi elaborado por Michael Foucault para descrever um tipo específico de poder exercido pela Igreja Católica sobre seus seguidores, que se caracteriza por uma abordagem tanto abrangente quanto detalhada. O poder pastoral é fundamentalmente voltado para o bem-estar espiritual e moral dos indivíduos e da comunidade como um todo. Esse tipo de poder é simultaneamente totalizante e individualizante: a Igreja se empenha em orientar a vida de toda a sociedade e, ao mesmo tempo, busca um conhecimento profundo e íntimo de cada indivíduo para guiá-lo à salvação. Nesse sentido, no esquema da pastoral cristã medieval, o fiel: “É aquele que é dirigido e deve aceitar, deve obedecer, no interior do mesmo dessa relação individual, e por ser uma relação individual. O Cristão se põe nas mãos do seu pastor para as coisas espirituais, mas também para as coisas materiais e para a vida cotidiana” (Foucault, 2008, p. 232).

Assim, no contexto do poder pastoral, práticas como a confissão desempenham um papel crucial. A confissão é um processo em que os indivíduos comunicam suas transgressões e falhas morais a um clérigo. Esta ação não apenas permite à Igreja orientar o comportamento moral dos fiéis, mas também concede um controle significativo sobre suas vidas pessoais. O saber obtido através da confissão é utilizado para direcionar e modelar o comportamento dos indivíduos, garantindo que estejam em conformidade com os princípios e normas religiosas estabelecidos pela Igreja. Este domínio abrangente destaca a natureza totalizante do poder pastoral, que visa regular tanto a vida pública quanto a privada das pessoas.

No entanto, com a chegada da modernidade, o poder pastoral passou por uma transformação significativa. Foucault argumenta que o biopoder é uma versão moderna e secular do poder pastoral, atualmente exercido pelo Estado em vez da Igreja. O biopoder se distingue pela valorização da administração e gestão da vida comunitária, substituindo a busca pela redenção espiritual por uma atenção à “salvação” tangível e palpável dos indivíduos.

Dito de outra forma, enquanto o poder pastoral focava na moral e na espiritualidade, o biopoder foca em questões tangíveis e tangíveis, tais como saúde pública, gestão populacional e bem-estar social.

A emergência do biopoder representa a continuidade histórica do poder pastoral, contudo adaptado às novas condições e necessidades da era contemporânea. Ao invés de atuar como um “pastor” espiritual, o Estado atual desempenha a função de “pastor” das comunidades em um cenário mais pragmático e administrativo. O biopoder se dedica ao controle e gestão de diversos aspectos da vida pública e privada, tratando de questões como a peste, a fome e outras condições materiais que afetam a qualidade de vida das comunidades. Ou seja, em vez de procurar a redenção espiritual dos indivíduos, o biopoder se concentra em aprimorar as condições de vida e administrar os recursos e serviços essenciais para garantir o bem-estar das comunidades.

Assim, o biopoder simboliza uma alteração nos métodos de controle e administração anteriormente aplicados pela Igreja. Ele troca as práticas religiosas e espirituais por estratégias e métodos seculares, visando gerenciar a vida social e a saúde das pessoas. Este conceito de biopoder ilustra a evolução do poder pastoral, que buscava regular a moralidade e a espiritualidade, para um poder voltado para a administração prática da vida das pessoas.

Foucault, através do conceito de biopoder, fornece uma chave para compreender a transição do poder pastoral da Igreja para o poder do Estado moderno. O poder pastoral tinha como objetivo a salvação espiritual e a conformidade moral dos indivíduos, enquanto o biopoder se empenha em garantir a saúde e o bem-estar das comunidades de forma mais palpável e administrativa. Assim, a modernidade simboliza uma mudança significativa na forma de exercer o poder e gerir a vida social, espelhando o avanço das instituições e técnicas de controle em resposta às novas situações e necessidades da sociedade.

3.3 A sexualidade como um dispositivo histórico

Michel Foucault sugere uma avaliação revolucionária da sexualidade, vendo-a como um “dispositivo histórico” originado de processos culturais e históricos específicos, em vez de ser uma característica inata ou universal. Esta perspectiva é fundamental para entender como a sexualidade é moldada por contextos históricos e o papel fundamental que as instituições, em particular o Cristianismo, desempenharam na estruturação e regulamentação da sexualidade.

No centro da análise de Foucault está o conceito de que a sexualidade não é simplesmente um aspecto da natureza humana, mas um campo de discursividade e regulação social que surgiu historicamente. Assim, um dos principais mecanismos através dos quais a sexualidade começou a ser regulada foi o ritual da confissão, instituído pela Igreja Católica. Este ritual não apenas permitiu à Igreja exercer um controle moral sobre os fiéis, mas também criou um espaço para elaboração e disseminação de um discurso sobre a sexualidade. Ao exigir que os indivíduos revelassem seus desejos e comportamentos sexuais a um sacerdote, a Igreja criou um novo campo de discussão sobre a sexualidade, transformando-a de uma esfera privada e pessoal em um tópico de interesse e regulação eclesiástica. Esse discurso e controle sobre a sexualidade permitiram à Igreja estabelecer categorias de comportamento sexual, definindo o que era considerado normal ou anormal. Assim, o ritual da confissão, ao exigir a exposição de aspectos íntimos da vida dos indivíduos, forneceu à Igreja um meio de normatizar e controlar a sexualidade, criando um espaço onde certos comportamentos eram identificados e julgados com base em normas religiosas forjando, assim, a subjetivação do indivíduo.

Foucault argumenta que, em vez de reprimir a sexualidade, a modernidade promoveu uma autêntica propagação de discursos sobre o sexo. Em vez de uma repressão, houve um aumento e expansão do debate sobre sexualidade, resultando na criação de uma “*scientia sexualis*” - um conjunto de conhecimentos científicos e médicos destinados a classificar e regulamentar comportamentos sexuais. Esta nova esfera de conhecimento era sustentada por várias disciplinas, como Psicologia e Psiquiatria, que, de certa forma, se converteram em formas secularizadas de poder pastoral.

Essas áreas do conhecimento contribuíram para a normatização da sexualidade ao estabelecer padrões e categorias de comportamento sexual, muitas vezes espelhando e intensificando as categorias normativas definidas pela Igreja. A classificação de comportamentos como normais ou desviantes tornou-se um elemento fundamental na regulamentação da sexualidade, afetando de forma significativa a forma como as pessoas entendem e experimentam essa faceta de suas vidas.

Foucault observa que essa normatização não ficou restrita ao campo acadêmico ou científico, mas penetrou profundamente na cultura e na vida social. As categorias e normas estabelecidas pela “*scientia sexualis*” influenciaram a formação de políticas públicas, a prática clínica e a cultura popular, refletindo um processo de regulamentação que se estendeu além da Igreja para se incorporar às instituições e práticas modernas.

Este processo de normatização e regulação da sexualidade impacta significativamente a subjetividade dos indivíduos. Ao definir categorias normativas e diagnósticos, o discurso acerca da sexualidade afeta a forma como as pessoas percebem e experimentam seus próprios corpos e desejos. Durante a história e a modernidade, o poder pastoral tem contribuído para a construção de uma realidade onde a sexualidade é constantemente monitorada, categorizada e regulamentada, refletindo um controle total e detalhado sobre aspectos fundamentais da vida humana.

O papel do Cristianismo na construção do sistema sexual e a transformação desse sistema na era contemporânea destacam a complexidade das relações entre poder, conhecimento e subjetividade. Foucault, em vez de conceber a sexualidade como um domínio exclusivamente pessoal ou biológico, nos mostra como ela é moldada por processos históricos e culturais, refletindo a contínua influência do poder na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo.

3.4 A Herança do Poder Pastoral e o Estado Moderno

A constante transformação das formas de controle social e das instituições demonstra a constante adaptação e evolução do poder ao longo da história. Este procedimento pode ser compreendido ao analisar a herança do poder pastoral da Igreja Católica, que desempenhou um papel fundamental na construção do Estado contemporâneo. A herança do poder pastoral não só influenciou a configuração das instituições atuais, como também exerceu uma influência considerável na administração e regulamentação da vida das comunidades.

O conceito de poder pastoral, proposto por Michel Foucault, oferece uma análise crítica de como a Igreja Católica dominou seus seguidores durante a Idade Média e períodos posteriores. A autoridade pastoral é caracterizada por uma tática focada no bem-estar espiritual e moral dos indivíduos, abrangendo tanto a comunidade quanto os indivíduos em suas particularidades. Em vez de se limitar a uma orientação moral universal, a Igreja buscava um conhecimento profundo e individual de cada indivíduo para guiá-lo no caminho da salvação.

Portanto, a confissão atuava como um instrumento para a Igreja exercer um controle mais profundo sobre a vida privada das pessoas, ultrapassando a moralidade pública para abranger aspectos íntimos e pessoais. Este tipo de controle não só regulamentava comportamentos, mas também tinha um impacto significativo na forma como as pessoas viam e guiavam suas vidas espirituais e morais.

Com o advento da modernidade, houve uma transformação significativa no tipo de controle exercido sobre os indivíduos e as populações. Foucault argumenta que o biopoder surgiu como uma forma secularizada do poder pastoral, agora exercido pelo Estado em vez da Igreja. O biopoder, conforme conceituado por Foucault, é um tipo de poder que se concentra na administração e gestão da vida das populações, abordando questões como saúde pública, controle demográfico e bem-estar social. Ao contrário do poder pastoral, que se preocupava com a salvação espiritual, o biopoder se preocupa com a “salvação” material e concreta das populações, lidando com problemas tangíveis como a peste, a fome e as condições gerais de vida.

Várias entidades governamentais exercem o biopoder, como o sistema jurídico, o sistema educacional, os serviços de saúde e as organizações culturais. Essas entidades governamentais desempenham um papel crucial na formação das identidades pessoais e coletivas. Eles dominam a conduta social e moldam a forma como as pessoas entendem e experimentam sua vida e identidade.

Por exemplo, o sistema legal estabelece normas e leis que direcionam o comportamento dos indivíduos. Essas normas não só definem o que é considerado legal ou ilegal, mas também afetam a maneira como os indivíduos interagem e se comportam na sociedade. Em contrapartida, o sistema de ensino transmite conhecimentos acadêmicos e introduz valores e normas culturais que influenciam a identidade e o comportamento dos indivíduos. Além disso, os serviços de saúde desempenham um papel fundamental na administração da saúde e na prevenção de doenças, enquanto as entidades culturais estabelecem as normas e os princípios sociais.

Com base no exposto, fica evidente que a obra de Michel Foucault oferece uma ampla variedade de perspectivas para compreender a formação do indivíduo contemporâneo e a influência do poder na formação das identidades, desvendando como os discursos sociais, políticos e científicos atuam na criação e controle dos indivíduos. As suas análises sobre biopoder e sexualidade são especialmente relevantes para entender como a modernidade moldou a sociedade e as práticas culturais. Elas destacam que o poder não é apenas exercido através da repressão, mas principalmente através da normalização e controle dos corpos e comportamentos. Por exemplo, o conceito de biopoder possibilita observar como o Estado contemporâneo passou a administrar a vida dos indivíduos por meio de aparelhos que rastreiam, categorizam e aprimoram a vida humana, impactando desde políticas públicas até padrões de comportamento individuais. Por outro lado, sua genealogia da sexualidade demonstra a importância dos discursos sobre o sexo na formação das identidades,

evidenciando que o que consideramos “natural” é, na realidade, o produto de construções históricas e sociais. Foucault, portanto, fornece instrumentos teóricos poderosos para questionar as estruturas de poder que sustentam as formas contemporâneas de subjetivação.

CONCLUSÃO

Esta dissertação objetivou examinar tanto a instituição quanto a recusa da cátedra “Michel Foucault e a Filosofia do Presente”, buscando suas consequências para o universo acadêmico e relações de poder que permeiam as instituições de ensino superior brasileiras.

A obra de Michel Foucault oferece uma ampla variedade de perspectivas para compreender a formação do indivíduo contemporâneo e o efeito do poder na formação das identidades. As suas reflexões acerca de biopoder e sexualidade são especialmente relevantes para entender como a modernidade influenciou a sociedade e as práticas culturais. Foucault enfatiza que o poder não se limita à repressão, mas também à produção, moldando subjetividades e comportamentos de maneiras complexas. Os seus estudos oferecem perspectivas importantes para estudos futuros sobre a formação e o desafio do poder e da subjetividade na era pós-moderna. A questão central é como o biopoder e a sexualidade se manifestam em um contexto onde as comunidades participam diretamente na formulação de políticas.

A análise dos comportamentos e discursos contemporâneos pode revelar novos processos de subjetivação e domínio. O envolvimento crescente das comunidades na formulação de políticas pode levar à criação de novas formas de regulação e normatização, refletindo a contínua mudança das dinâmicas de poder. A forma como os indivíduos se relacionam com as entidades governamentais e como estas moldam as subjetividades e comportamentos pode oferecer uma compreensão mais profunda das forças que moldam a sociedade contemporânea.

Além disso, é crucial refletir sobre a persistência do poder pastoral na formação dos indivíduos na pós-modernidade, considerando que as práticas e discursos originados da tradição cristã ainda têm um impacto significativo na sociedade contemporânea. Analisar essas influências pode oferecer novas perspectivas sobre as dinâmicas de poder e subjetividade, revelando como as tradições históricas continuam a moldar a vida moderna e sua importância no atual contexto de transformações.

O conflito entre a Igreja Católica e a modernidade representa um marco crucial na evolução de ideias e instituições. A análise das teses de Michel Foucault oferece uma visão crítica para entender a mudança do poder pastoral para o biopoder e a maneira como a sexualidade foi organizada como um recurso histórico. A modernidade trouxe desafios e transformações que ainda impactam a sociedade contemporânea, o que torna crucial a análise

das heranças e das transformações provocadas por esses processos históricos para compreender as dinâmicas atuais.

A continuidade do controle social e das regras, da autoridade pastoral da Igreja ao biopoder do Estado atual, destaca a complexidade das relações entre poder, conhecimento e subjetividade. A modernidade não apenas modificou as instituições e práticas sociais, mas também impactou a maneira como as pessoas entendem e experimentam suas próprias vidas. A exploração contínua dessas dinâmicas permite uma compreensão mais profunda das forças que compõem a sociedade contemporânea e indica novos caminhos para o pensamento crítico e a análise social. A avaliação da herança do poder pastoral e sua transformação em biopoder proporciona uma base sólida para analisar a evolução das práticas de controle social e como elas afetam as instituições e as subjetividades na sociedade atual.

Ao refletirmos sobre os conflitos e transformações que caracterizaram a relação entre a Igreja e a modernidade, torna-se evidente que a pessoa não pode ser reduzida a um simples objeto de análise, nem a um tema de discussão ou a um objeto passivo de estudo. A essência humana reside na capacidade de conversar, sendo a única forma de compreender completamente uma situação a participação em um diálogo livre e consciente. Logo, o indivíduo é, primeiramente, um possuidor de liberdade e capacidade de tomar decisões. Diferentemente das épocas passadas, onde as instituições, incluindo as religiosas, tinham um papel fundamental na definição dos comportamentos individuais e coletivos, o indivíduo contemporâneo se posiciona como o autor de sua própria trajetória, sendo o responsável por suas escolhas e pela construção do mundo que o cerca.

Se por um lado as circunstâncias históricas, culturais e sociais exercem influências ponderáveis sobre os indivíduos, por outro, são os próprios indivíduos, coletivamente, que elaboram e conferem sentido às dinâmicas históricas. Portanto, mais do que um simples produto das forças históricas, o homem é o seu protagonista. A história, longe de ser uma sequência mecânica e predeterminada de eventos, resulta da interação entre as condições objetivas e as respostas que o ser humano, consciente de sua autonomia, oferece a essas condições. Assim, ao invés de ser moldado passivamente pelas instituições ou estruturas sociais, o ser humano moderno apresenta-se como um "ser de decisão", cujo papel na criação da história se dá de forma ativa e deliberada.

Essa construção da história, no entanto, não ocorre no vazio. O homem, ao deparar-se com as demandas impostas pela realidade – como fome, abrigo, comunicação e conhecimento –, responde de maneira criativa e produtiva, utilizando seu trabalho como meio para transformar o mundo ao seu redor. É por meio desse trabalho que os valores culturais e

civilizatórios são produzidos, garantindo não apenas o desenvolvimento humano, mas também a continuidade de um processo evolutivo que, ao longo do tempo, se reinventa e se aprimora.

Cada necessidade humana marca o início de novas etapas na trajetória histórica. Diante da escassez de alimentos, a humanidade responde por meio da agricultura e do aprimoramento das técnicas de extração e produção. Em resposta à escassez de abrigo, responde com a fabricação de vestuário e a construção de casas, que, ao longo do tempo, se tornam progressivamente mais refinadas. Em virtude da distância e da necessidade de comunicação, ele oferece os meios de transporte e de troca de informações, possibilitando a conexão de culturas e o avanço do conhecimento. Diante da escassez de conhecimento e educação, a humanidade reage criando sistemas de ensino e promovendo métodos de pesquisa científica e tecnológica cada vez mais avançados.

Dessa forma, a história humana pode ser compreendida como um processo contínuo de diálogo entre o homem e o ambiente, no qual o esforço humano de transformar e adaptar a realidade concretiza-se nos produtos da cultura que, por sua vez, garantem as condições para novos ciclos de desenvolvimento. Em cada fase desse processo, o ser humano reafirma sua condição de sujeito criador e de agente de sua própria história. Esse ciclo de respostas e transformações demonstra que o homem não é apenas uma figura passiva diante das estruturas sociais ou históricas, mas o artífice de um mundo que, a cada geração, torna-se mais complexo e mais profundamente marcado pela intervenção humana.

Concluimos, portanto, que a relação entre a Igreja, o Estado e o homem moderno refletem não apenas uma transição de poder, mas, sobretudo, uma mudança na compreensão da própria humanidade. O homem, enquanto sujeito de decisão e ação, transcende as limitações impostas pelas instituições e coloca-se como um ser que questiona, responde e transforma. A história, então, é o produto desse contínuo diálogo entre as circunstâncias e a vontade humana, e é na tessitura desse diálogo que o ser humano encontra sua identidade e sua capacidade de moldar o futuro.

Ao longo da presente pesquisa, buscamos evidenciar como a obra de Michel Foucault proporciona uma nova e relevante perspectiva sobre a história da Igreja, ao destacar a interdependência entre as práticas eclesiais, o pensamento teológico e as transformações históricas que marcaram o Ocidente. Embora não se possa afirmar que Foucault tenha intencionado, de maneira explícita, realizar uma "revolução" no campo da história da Igreja, é inegável que sua análise crítica das estruturas de poder e das relações de poder no contexto

religioso trouxe contribuições substanciais para a compreensão da dinâmica institucional e das práticas de governança religiosa.

Foucault adota uma perspectiva institucional ao analisar minuciosamente a máquina eclesiástica, sem negligenciar os movimentos internos e externos de resistência que definem as dinâmicas de poder dentro da Igreja. Este exame cuidadoso das instituições e sua conexão com a governança expõe a ideia de Foucault de uma análise do poder como algo descentralizado e disperso. Como o próprio filósofo afirma, “não há entre o nível do micropoder e o nível do macropoder algo como um corte, ao fato de que quando se fala de um não se exclui falar do outro” (Foucault, 2008, p. 481). Esta citação resume a ideia central de que as relações de poder não se restringem a um único âmbito, mas se entrelaçam em vários níveis, influenciando a estrutura religiosa e a sociedade de maneira intrincada.

Foucault, além disso, ao refletir sobre a governabilidade democrática e o funcionamento da economia capitalista, lança um importante desafio teórico ao enfatizar a prática do poder na forma pastoral. O poder pastoral vai além dos limites da Igreja, impactando aspectos cruciais da estrutura social e política, ao influenciar a subjetividade dos indivíduos e a maneira como eles se relacionam com as normas e valores da sociedade.

Finalmente, ao enfatizar que a história não pode ser compreendida sem considerar o impacto da fé e das práticas religiosas, Foucault fornece uma lição crucial para a historiografia: a análise histórica deve considerar todas as formas de poder, incluindo as que atuam no âmbito da espiritualidade e da fé. A prática do poder pastoral, ao invés de ser um elemento secundário, representa uma das forças fundamentais que influenciaram e continuam influenciando a dinâmica da sociedade ocidental.

REFERÊNCIAS

BENTHAM, Jeremy *et al.* O Panóptico. In: TADEU, Tomaz (Org.). Tradução de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno e Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2008.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal MEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/catedra#:~:text=A%20C%C3%A1tedra%20tem%20o%20objetivo,seus%20pares%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20anfitri%C3%A3>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Carta Aberta ao Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer**. 16 jun. 2015. Disponível em: <https://filosofiapucsp.wordpress.com/2015/06/25/carta-aberta-de-marilena-chauí/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CNBB. **Diretório da Liturgia e da Organização da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2011.

DEIROS, Pablo A. **Historia del cristianismo: los primeros 500 años**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Centro, 2005.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: MJ, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete, Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e política: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder: conferência na Universidade de Tóquio, 1978. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. v. 5, p. 56-76.

FOUCAULT, Michel. **L'origine de l'herméneutique de soi**. Paris: Vrin, 2013.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- FREITAS, D. de; HOLANDA, A. F. Conversão religiosa: buscando significados na religião. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, jun. 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jan. 2025.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Unicamp, 2012.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LEA, H. C. **História da Inquisição na Idade Média**. São Paulo: Madras, 2006.
- MUCHAIL, Salma Tannus. Professora emérita da PUC comenta polêmica acerca de cátedra. **Folha de São Paulo**, 3 jun. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/catedra#:~:text=A%20C%C3%A1tedra%20tem%20o%20objetivo,seus%20pares%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20anfitri%C3%A3>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- NICHOLS, Robert Hastings. **História da igreja cristã**. São Paulo, SP: Casa editora presbiteriana, 1992.
- OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Tradução de Muria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.
- SCHERER, Odilo Pedro. **Carta à Profa. Marilena Chauí**. 26 jun. 2015. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/aci/2015_06_26_carta_aberta_a_prof.a_marilena_chau_i.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.
- SILVA, Manoel da Conceição. **Reeducação presidiária: a porta de saída do sistema carcerário**. Rio de Janeiro: Editora Ulbra, 2003.
- TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; SILVA, Daniela Cândido da; SILVA, Amanda Ingrid Silva de. A presença de Michel Foucault na produção científica nacional da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 52-72, mar./ago. 2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v11i1p52-72.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.